

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E
INSTITUCIONAL

Letícia Eli Pereira de Campos

**Mulheres negras em ciberativismo: produzindo subjetividades,
ciberespaço e escrevivência.**

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Jaqueline TITTONI

Coorientador: Prof. Dr. Deivison Mendes Faustino

Porto Alegre
Fevereiro, 2021

Um dia, agora ela já sabia qual seria a sua ferramenta, a escrita. Um dia, ela haveria de narrar, de fazer soar, de soltar as vozes, os murmúrios, os silêncios, o grito abafado que existia, que era de cada um e de todos. Maria-Nova um dia escreveria a fala de seu povo.

Conceição Evaristo, Becos da Memória

Às que vieram antes e às que virão depois de mim, pois como diz o ditado lorubá, Exu matou um pássaro ontem com uma pedra que só jogou hoje.

AGRADECIMENTOS

É sempre uma tarefa de ternura agradecer. Então, para uma responsabilidade afetiva comigo mesma, faço como o *Rapper* estadunidense Snoop Dogg e agradeço a mim por insistir e persistir nessa escrita.

Às minhas irmãs L, cada uma delas: Luciana, Lisiane, Lizaura e Lanna, por serem mulheres incríveis e construírem comigo, sempre que podem, espaços seguros de onde podemos nos perceber como seres humanos complexos e a fortalecer umas às outras. A essas manas que me ensinam que mulheres negras podem ser irmãs, para além dos laços consanguíneos, através da solidariedade e da compaixão. O amor que tenho por elas é infinito. Vocês são minhas luas em todas as fases.

À minha prima-irmã, Winnie Bueno, por ser essa generosidade em pessoa, tantas e tantas vezes me orientando o quanto que pode nessa dissertação, me presenteando com livros, risadas, pequenas e grandes reflexões, bravura e doçura de nunca me abandonar.

Às mulheres da minha família que fizeram de tudo para que eu pudesse estar onde estou, minha avó Tuli e minha tia Sandrali. Por terem apostado nos meus estudos e desejado minha liberdade intelectual, por serem grandes exemplos de liderança.

À Aline Kelly, por oferecido suas lentes quando eu estava precisando, lido meu manuscrito e me dado dicas preciosas que me ajudaram a desenvolver melhor algumas ideias.

À minha orientadora, Jaqueline Tittoni, por ter dado acolhimento às minhas palavras, às minhas contradições e por ter-se permitido apostar nessa escrevivência, nesse percurso de fazer pesquisa dissidente, mesmo com diante do caos da pandemia em que tivemos que fazer boa parte de tudo isso à distância. Foi montando, junto comigo um quebra cabeça que parecia infinito. Gratidão!

Ao meu coorientador, Deivison Nkosi, pelas diversas vezes em que colocou pergunta onde não havia, que com seu *corpo de mandinga* me mostrou as

encruzilhadas (*Laroyé!*), indicando direções, oferecendo textos e que, a partir de sua emergência fanoniana, me conduziu à noção de legitimidade daquilo que eu trazia.

À força intelectual das mulheres negras que ressoam suas palavras, pelas trocas afetivas que tornaram essa dissertação possível, mulheres que todos os dias estão dizendo e fazendo coisas fabulosas. Larissa, Raisa, Mara, Rita e muitas outras que seguem provocando, povoando, movendo mares e mundos.

E, por fim, à que realmente começou tudo isso, que foi batalha e amor, repouso para meu espírito e para meu corpo, que com palavras e silêncios sempre retumbantes me mostrou sua coragem para que eu construísse a minha, para meu andar pelo mundo. Pois quando embarcou nessa viagem rumo ao desconhecido, minha primeira professora me educou para ser uma mulher livre: à minha mãe, Núbia. Isso tudo só faz sentido porque tu és.

RESUMO

A discussão que pretendo desenvolver nesta dissertação tem como base as experiências de ativistas negras no meio digital ou mulheres negras em ciberativismo, de modo que, para a formulação, a inscrição das intelectuais nas redes sociais serão centrais, com o desafio de teorizar com base no que se vive, em elaboração de um diálogo entrelaçado nas práticas. Assim, mulheres negras produzindo nas redes são plenas intelectuais que fazem redes *apesar* das redes sociais de internet, as quais funcionam como espaços onde expressam seus pensamentos e suas experiências de vida. A escolha por este tema se deu a partir do encontro virtual com mulheres que publicavam conteúdo nas redes sociais, da formulação crítica ao racismo e ao sexismo presente em nossa sociedade, em nossas relações pessoais. Como conceitos operadores para a análise utilizarei a autodefinição, autovalorização e *outsider within*. Como ferramenta de discussão, a Escrivência de Conceição Evaristo, trazendo aqui uma corpa-sujeita que se escreve e sobre aquilo que vive, aquilo que sente, sobre ponto de vista específico que não pode ser abrangente, mas que vai ser utilizado para pensar processos de humanização, modos de organização política, de vida como percurso do ciberativismo de mulheres negras.

Palavras-chave: Ciberativismo, mulheres negras, escrevivência

SUMÁRIO

Primeiro movimento: leitora.....	1
Segundo movimento: escritora.....	3
Terceiro movimento: acadêmica.....	5
Quarto movimento: ciberativista.	12
Entre linguagens: acadêmica e ciberativista.....	16
Chamado ou imposição à militância ou ativismo?	19
Conceitos operadores	23
<i>Outsider within</i>: mulheres negras em movimento e a produção de um problema de pesquisa	28
Escrevivência	31

CAPÍTULO 1

O ciberativismo e as mulheres negras	35
1.1. Convergência entre ativismo e opressão.....	39
1.2. Organização política	46
1.3. Produção de conteúdo	54
1.4. Enfrentamento ao ódio	61
1.5. Tensionamentos de mulheres negras – reinscrição nas redes sociais.....	66
1.6. Mil tretas: eu treto, tu tretas, nós tretamos... ..	72

CAPÍTULO 2

Produção de subjetividade: reescrita, pelos conceitos de <i>outsider within</i>, autodefinição, autovalorização	77
2.1. Novas formas de pensamento	81
2.2. Tuitar e dissertar	90
2.3. O campo minado em que nos inserimos: uma pincelada sobre capitalismo digital	93

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espaço seguro, espaço entre irmãs, primas, mulheres negras	99
---	-----------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	107
--	------------

Primeiro movimento: leitora.

Desde que aprendi a ler, apaixonei-me pelo processo. Aconteceu aos cinco anos, com uma lata de Nescau e a ajuda de minha mãe, Núbia Pereira, juntei as primeiras letras e entendi o que era uma palavra escrita, bem antes de entrar na escola. Minha mãe disse que eu era inteligente, me senti inteligente. Ler sempre foi um hábito de minha mãe, com seus romances e livros de espiritismo. Minha tia, Iyá Sandrali Bueno, tinha uma minibiblioteca em seu próprio quarto, o qual era um mistério, um portal para um universo paralelo. Minha avó, Dona Tuli, como costuma ser chamada, gostava – e ainda gosta – tanto de ler, sempre tendo um livro nas mãos, óculos na ponta do nariz, dedos serelepes e lambidos para virar a próxima página. A leitura me afirmou junto a mulheres-leitoras que eu admiro muito. Figuras de autoridade e amor que traziam na ação a busca do saber enquanto espelhamento. Ler é um modo de constituição de subjetividade e quem está próximo de leitoras ou leitores pode ser afetada/o por isso. A amorosidade dessas mulheres transmitiu a leitura enquanto força/canal para abstração, imaginação, investimento no pensamento como um poderoso instrumento de libertação. Anos mais tarde, Sandrali me revelou, como mãe de Santo, que sou filha de Iemanjá, Orixá-Mulher-Mãe das cabeças. Não sou alguém com apropriação suficiente para falar de orixalidade para além do meu axé e da maneira como me relaciono com ele, que beira o individualismo, o que nem cabe na matriz de pensamento africano. Mas sou alguém que precisa remeter de onde vem meu pensamento e reverenciar como ele foi sendo construído: a partir das mulheres que me são familiares inclusive da Orixá que guia meu ori (cabeça). Entendo que mãe é mãe e nunca deixa de ser.

Durante meu processo de escolarização, uma segunda etapa de apropriação das letras, do palavrado, a primeira série me deixou a impressão de que eu não merecia passar de ano, especialmente pela matemática, que me deixava confusa. A caneta vermelha na minha prova de final de ano demarcou que dali para a frente eu teria esse traço com o ato de calcular. A ideia de merecimento estava presente e foi em sala de aula que me ocorreu, pela primeira vez, quando vi aquela tinta vermelha apontando meus erros. Duvidei da minha inteligência, a cor de caneta vermelha passou a ser odiosa. Ainda hoje tenho a

dificuldade que me acompanhou por anos. Não via tanto a caneta azul, mesmo que ela estivesse lá, a vermelha se sobrepunha. Entretanto, na leitura era onde eu me sabia, porque o que é transmissão dificilmente é apagado.

Segundo movimento: escritora.

Demorei para me entender como alguém que tem uma relação mais fluida com a escrita. Acreditava que *isso* era para pessoas com talento ou dom natural. Ler era fácil, escrever, um grande mistério, assim como o quarto da tia Sandrali. Tenho apreço por escritoras e escritores. Minha irmã mais velha era uma dessas pessoas. Entre os livros que eu lia também estavam os diários pessoais de Luciana Pereira da Rosa. Minha letra garranchuda foi simulacro da dela, aquela que eu demorava a decifrar nuances, circunferências, jogos de palavra. Nunca fui boa em produzir diários, porque não acreditava que pudesse alcançar a criatividade de minha irmã nas suas confissões de adolescente, a vida dela parecia muito mais interessante do que a minha poderia ser, então poucas vezes me atrevi. Podia imitar seu traço, mas não a experiência que lhe era tão própria.

Em minha primeira redação escolar, a professora de português implicou com um termo que utilizei imitando um escritor. Como eu lia muito, sabia que algumas expressões eram recorrentes e davam um fluxo distintivo ao corpo do texto. A professora, uma mulher loira de cara sempre amarrada, identificou como erro e solicitou a troca do termo. Não tive coragem de confrontá-la. Lembro que era uma questão de concordância verbal, mas que dentro do texto fazia sentido, ao menos para mim. Fiquei chateada com a falta de reconhecimento daquilo que eu considerava estilo, ao passo que passei a controlar mais as palavras, porque a língua portuguesa era extremamente cheia de regras, mesmo questionáveis, então eu temia ser considerada burra. Escrever passou a ser mais tabu depois disso. Levei anos para adquirir uma técnica, não na escola, foi no cursinho pré-vestibular anos mais tarde, época em que já havia deixado de lado a história de ser escritora. A delimitação era nítida: para ser bem avaliada teria que construir um texto pré-desenhado: um retângulo em cima de um quadrado, em cima de outro retângulo, contando trinta linhas-limite. O primeiro retângulo, com uma ou duas hipóteses, de preferência uma para não haver chance de fuga do tema sugerido pela a prova. O quadrado com a argumentação a partir da ou das hipóteses. O último retângulo com um retorno ao primeiro, remetendo também ao quadrado e uma oração coordenativa de conclusão. Ajudou? Sim, porém

assujeitou minha escrita. Era o princípio de um percurso acadêmico, a partir do qual eu precisaria me adaptar.

Terceiro movimento: acadêmica.

Não é de hoje que a escrita configura uma ferramenta de luta nas mãos de mulheres negras. Faço esta afirmação resgatando que desde o período de escravização dos povos africanos a escrita serviu como meio de condução à liberdade ou a uma possibilidade de reivindicação de direitos, de inscrição de um sujeito que conta própria história. Como quando Esperança Garcia escreveu sua petição por justiça para si e para os seus¹, ou como Maria Firmina dos Reis, romancista brasileira pioneira com sua obra *Úrsula*, de 1859, transgredindo regras estabelecidas pelo sistema escravista enquanto mulher e negra. Desse modo, esta dissertação relaciona-se com uma ação, uma tentativa de retomar um legado de produção intelectual de mulheres negras que ousaram e ousam ainda hoje desafiar o colonialismo, o solipsismo da branquitude e escrevem sobre experiências que são comuns à comunidade negra, como marca de mulheres afrodiaspóricas. Dois pontos que ajudam na compreensão de como o solipsismo entra na história: na problemática de Achille Mbembe (2017), podemos perceber o solipsismo da branquitude a partir do alterocídio, isto é, de morte do outro. Cria-se, no processo de colonização, a figura do Outro, o dessemelhante, o ser “intrinsecamente, do qual é preciso proteger-se, desfazer-se, ou que, simplesmente, é preciso destruir, devido a não conseguir assegurar o seu controlo total” (MBEMBE, 2017, p. 26). Mbembe discorre sobre a produção do negro através da exploração desse corpo tomado como não dotado de razão. Para Mbembe, na discussão sobre a produção do negro, há a demarcação deste como um território a ser apropriado pelo branco. O solipsismo enquanto noção filosófica remete à modernidade e a seus desdobramentos, ao esvaziamento do Outro negro e da percepção de mesmo a mesmo da branquitude. Aqui, um segundo ponto: uma vez que o si mesmo é um movimento narcisista, como apontado por Maria Aparecida Bento em sua tese intitulada “Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público” (2002), branquitude é conceituada como movimento subjetivo do

¹ Em 2017 Esperança Garcia recebeu o título simbólico de primeira mulher negra advogada do estado do Piauí, “a pedido da Comissão da Verdade da Escravidão Negra da OAB-PI” por ter escrito uma petição reivindicando direitos para outras pessoas escravizadas. Conforme Sinara Gumieri (Geledés, 2017), Garcia foi “uma mulher negra de 19 anos, escravizada, que denunciou por escrito as violências que sofria e testemunhava em uma fazenda localizada a 300 km de onde hoje está Teresina.”

privilégio racial pelo pacto narcísico de fortalecimento dos iguais em detrimento dos dessemelhantes.

A discussão que pretendo desenvolver nesta dissertação tem como base as experiências de ativistas negras no meio digital ou mulheres negras em ciberativismo, de modo que para a formulação desta escrita as intelectuais das redes sociais serão centrais, com o desafio de teorizar com base no que se vive, em elaboração de um diálogo entrelaçado nas práticas, conforme afirma bell hooks,

Quando nossa experiência vivida está fundamentalmente ligada a processos de autorrecuperação, de libertação coletiva, não existe brecha entre a teoria e a prática. Com efeito, o que essa experiência mais evidencia é o elo entre as duas - um processo que, em última análise, é recíproco, onde uma capacita a outra. (hooks, 2018, p. 85-86).

Considero, assim, mulheres negras produzindo nas redes como plenas intelectuais que fazem redes apesar das redes sociais de internet, as quais funcionam como espaços onde expressam seus pensamentos e suas experiências de vida.

Anuncio um escrever-pesquisar mulheres negras em ciberativismo por me incluir nessa concepção. A escolha por este tema se deu pelo encontro virtual com mulheres que publicavam conteúdo nas redes sociais, a partir da formulação crítica ao racismo e sexismo presente em nossa sociedade e em nossas relações pessoais. O contato mais próximo com o ciberativismo, como ele foi acontecendo em minha vida, ocorreu a partir da saída da universidade, posteriormente à formação em psicologia pela UFRGS, logo depois das jornadas de 2013 iniciadas por conta do aumento das passagens, mas que com o decorrer dos dias as pessoas saíram as ruas do Brasil todo dando lugar a indignações. Foi um momento em que a polarização política se tornava evidente, as ruas se transformaram em palco de disputa, desde reivindicações de uma democracia justa e com participação popular, até demonstrações cafonas de ideais de elite, pedidos de retorno à militarização, brutalização e criminalização dos movimentos sociais. Em dado contexto, houve a prisão de Rafael Braga, um homem negro em situação de rua que portava uma garrafa de pinho sol em sua mochila,

acusado de carregar coquetel *molotov* pela polícia do Rio de Janeiro, tornando-se símbolo da seletividade penal para com pessoas negras.

Antes disso, na universidade, ainda um lugar de silenciamento das pautas raciais e de deliberado funcionamento do racismo, produziu em mim a necessidade de falar sobre este sofrimento vivido individualmente em tempos de graduação. Muitas vezes nas práticas de estágio escutava que problemas pessoais deveriam ser tratados em terapia, como uma falha pessoal que precisaria ser consertada para que a/o futuro psicóloga/o viesse (quem sabe?) a ser um bom profissional. De certo modo, esta imposição acabava por não ser de todo negativa, pois o cuidado de si é uma ética que implica o cuidado com outro, ou seja, se estabelece numa relação de ocupar-se de si e do outro ao mesmo tempo. Porém, há questões que reiteradamente são tratadas como individuais e que são coletivas e exigem coletivização para uma reflexão crítica que permita mudança de cenário. Colaborando para o desenvolvimento dessa ideia, trago a expressão “o pessoal é político” e a crítica que foi feita a esta. Na década de 60 nos Estados Unidos, o Movimento de Libertação das Mulheres (*Woman's Liberation Movement*) utilizou o slogan “o pessoal é político” que, segundo destacam teóricas feministas, tinha a intenção de que mulheres se permitissem falar sobre suas experiências pessoais para entendê-las em sua relação com o patriarcado². Contudo, diversas feministas negras fizeram críticas contundentes a tal *slogan*, por ser generalizador das experiências de mulheres, enfatizando o quanto pode ser perigosa tal afirmativa se tomada em sua superficialidade. bell hooks (2019), por exemplo, indica a necessidade de uma conexão entre pessoal e político, de modo que a prática esteja aliada à teorização, o contrário ser apenas demagogia. Toma a transformação da consciência como radical ao ponto de potencializar a crítica feminista no cotidiano das pessoas, mulheres e homens, modificando as práticas. Para isso, segundo ela, uma politização do eu, requereria identificar como pensamos o “eu”, de modo que a experiência pessoal seja baseada na realidade material, concreta e “vincular uma autoconscientização radical à luta coletiva para mudar e transformar o eu e a sociedade...” (hooks, 2019a, p. 224).

² Significa, em termos bastante genéricos, um sistema social que mantém homens no poder, tendo no pai o símbolo da autoridade e da moral.

As experiências, nesse sentido, como não homogêneas e, para além da identidade como um elemento importante, é necessário firmar o compromisso em transformar e modificar estruturas de dominação. Ela situa a relevância de nomear e dar voz ao individual como algo que faz parte do processo de politização daquilo que é pessoal, enfatizando que as práticas precisam estar vinculadas à educação para uma conscientização crítica que ensine sobre as estruturas de dominação e sobre como elas funcionam. É necessário, desse modo, que se crie condições para que as pessoas possam realmente se comprometer em transformar experiências pessoais projetando o coletivo, num movimento de solidariedade e de quebra de privilégios sociais a poucos. Tal radicalização, como ela propõe, no modo de atuação do pensamento feminista, permitiria um passo à frente: formulação de ações que não teriam necessariamente correspondência direta com nossas identidades e experiências (p. 225). O modo como ela propõe é bastante didático:

“por exemplo, o slogan *black is beautiful* [negro é lindo] foi uma importante expressão popular de resistência à supremacia branca (é evidente que essa expressão perde significado e poder se não estiver vinculada a um processo de politização no qual pessoas negras aprendemos a nos ver como sujeitos em vez de objetos, e no qual, como uma expressão de sermos sujeitos, agimos para transformar o mundo onde vivemos, para que assim nossa pele não signifique que seremos rebaixados, explorados). Seria um grande erro sugerir que a politização do eu não faz parte do processo pelo qual nos preparamos para agir efetivamente pela mudança radical.” (p.226)

Para contextualizar brevemente o argumento, realizei estágio em organizações onde a maioria dos usuários era negra, e observava o racismo presente tanto nas causas que os levava àquele serviço quanto na relação com as equipes técnicas. Mas, para os profissionais, a maioria brancos, racismo não era um problema a ser observado, sequer cogitado como o que resulta sofrimento psíquico, na maioria dos casos continua sendo ignorado. A cada vez que eu tentava abordar o assunto, no meu anseio de estudante e de pessoa negra que identificava as situações por um conhecimento que vinha da experiência, não encontrava eco, minha voz não era ouvida ou levada a sério.

Nessa época entendi que precisava de terapia para trabalhar demandas próprias, paralelamente a me ajustar a esse mundo branco que silenciava e produzia dor. O enquadramento ao discurso naturalizado na academia a uma postura de neutralidade que deveríamos ter, o mais isenta possível de parcialidade, na realidade mantinha a vulnerabilidade dos usuários e daqueles que deveriam aprender práticas de cuidado e de oferta de saúde mental. Nesse caso, futuros psicólogos com um perfil que não incluía uma perspectiva antirracista. A psicanálise, por exemplo, teoriza que o silenciamento produz adoecimento, mas é preciso problematizar que, existindo esse silenciamento, mantém relações de poder desiguais. Em outras palavras, o silenciamento beneficia estruturas de dominação.

Pessoas brancas sofrem as consequências do racismo como efeito ricochete, como o empobrecimento da população brasileira que se dá por mecanismos raciais e que tem efeito excludente. Este efeito pode ser compreendido a partir de especificidades, também da compreensão de como se expressam as relações de opressão e dominação brasileiras. Nas periferias, podemos encontrar negros e brancos em situação de extrema pobreza. O branco escapará do racismo, não do empobrecimento, especialmente no que tange as questões de sexualidade e gênero. Desse modo, na manutenção das estruturas de dominação, muitos brancos estarão nessa berlinda. A mobilidade social do negro prejudicada pelo racismo, opera em comunidades que serão socioeconomicamente atingidas. Outro exemplo mais batido é o nazismo e o fascismo: usando um bom *pretuguês* (GONZÁLEZ, 1984), tanto se fez testes de melhoria da raça caucasiana que os brancos se perderam e começaram a se matar, aí começou essa parada de que branco também pode ser vítima de genocídio. Assim, dentro do sistema capitalista, fortemente demarcado como o principal ponto de convergência com a colonização, haverá processos de descartabilidade e vulnerabilização, o que Mbembe chama de devir negro no mundo³. Os brancos se beneficiam desse sistema enquanto grupo racial ao operar o racismo, mas ao fazer isso, se estendem formas de violência e violação

³ Na introdução à *Crítica da Razão Negra* (Mbembe, 2017), o autor defende que o pensamento europeu construiu dinâmicas em que "o caráter descartável e solúvel, a sua institucionalização enquanto padrão de vida e à sua generalização ao mundo inteiro, chamamos o *devir-negro do mundo*" (p.18), desde onde podemos encontrar como vão se produzindo humanidades subalternas, ou seja, não apenas negros serão objetificados, mas também brancos pobres.

de direitos humanos por vezes independentes da etnia. O paradoxo é que ao se perpetuarem como representantes da verdade, detentores do saber sobre os outros, a branquitude segue em plena negação desses produtos das relações de poder. Sueli Carneiro (2005) utiliza o conceito de dispositivo de racialidade para mostrar como se dão as relações de poder no Brasil e como faz permanecer preconceitos, inferiorizações e diferenciações entre as pessoas, criando discriminações. Sueli Carneiro propõe o dispositivo de racialidade, através do qual os regimes de poder e verdade controlam e disciplinam corpos, entre outras coisas, se articulam práticas que orientam não apenas relações sociais, mas raciais e de gênero. Vê-se, com a formulação crítica de Sueli Carneiro, que se produz um saber localizado de mulher negra para construir uma análise que nos auxilia a sair da superfície em que nos encontramos para a compreensão inclusive do efeito ricochete.

Sem dúvida, as naturalizações e até mesmo romantizações do sofrimento na formação em psicologia tornam o racismo institucional uma problemática distante de ser resolvida. Sobre a formação, são fundamentais questionamentos acerca de que perfis profissionais estão sendo fabricados nas relações com usuários dos nossos serviços, onde a educação/formação não busca problematizar as intersecções entre raça, classe, gênero, sexualidade, condições de cidadania, deixa as coisas como estão.

A psicologia hegemônica, por assim dizer, é colonizadora, de modo que muitos profissionais saem das instituições de ensino reproduzindo violências sistêmicas. E curiosos são os rumos que a universidade vai tomando quando da entrada de estudantes cotistas nos diferentes níveis de formação, da graduação ao doutorado, nos cursos de especialização que fazem do direito social de cursar em uma universidade um lugar também de luta antirracista, anticlassista e antissexista. Ancorados pelas forças dos movimentos de resistência de acadêmicas e acadêmicos negras e negros e de militantes que possibilitaram com que as ações afirmativas se tornassem uma realidade material, muitos estudantes hoje fazem questão de incluir nos seus trabalhos de conclusão de curso, nas teses e dissertações, autores da diáspora africana⁴, autores não

⁴ Serão utilizados o termo diáspora africana ou afrodiáspora. Quando os africanos deixaram por questões migratórias ou quando foram forçados a sair do território africano pela violência racial que se instalou no mundo a partir da colonização e tráfico para a escravização dos povos do continente, teremos um efeito

canônicos, decoloniais ou até mesmo anticoloniais. Isto para evidenciar que movimento social se faz para além da academia, bem como dentro dela.

Enquanto escrevo, olho pela janela do meu apartamento, vejo em “meu” horizonte um belo colorido de pôr do sol em tons de laranja, rosa, azul. Penso, e por vezes chego a acreditar, que sou uma privilegiada. Faço um suspiro profundo de reincorporação para me situar. Privilégio seria se a história do meu povo fosse outra, que não a da vivência de expropriação, escravização, colonização. Tenho, sim, um dever social com esta pesquisa e embora a condição de psicóloga me permita olhar para mim mesma como alguém que desfruta de um belo pôr-do-sol, a vida cotidiana passa sempre pelo crivo crítico, pela politização da existência, dos afetos, das relações. Isso foi uma construção que não aconteceu de um dia para o outro, mas de uma geração para outra, com longo período em que as mulheres e os homens que me colocaram aqui pensaram muito, pereceram muito. Esse social é um direito humano. Embora precise fazer essa reflexão, percebo a angústia em um aperto no peito pela ousadia de entrar no mestrado e me tornar uma acadêmica. Tantas vezes li e leio nas redes sociais um deboche às pretas acadêmicas vindo, muitas vezes, dos meus semelhantes, mas me apodero de um saber em que posso entender que há uma produção de subjetividade vira-latas à brasileira que tenta puxar o tapete.

que resulta em uma dispersão, a partir do qual negros desterritorializados precisaram se reterritorializar, ou seja, construir suas raízes em lugares diversos, precisando inclusive criar ou recriar suas culturas, organizarem-se politicamente. Conforme Lorena de Lima Marques para o site da Fundação Cultural Palmares, “compreende-se que a diáspora africana foi um processo que envolveu migração forçada, mas também redefinição identitária, uma vez que estes povos (*balantas, manjacos, bijagós, mandingas, jejes, haussás, iorubas*), provenientes do que hoje são Angola, Benin, Senegal, Nigéria, Moçambique, entre outros, apesar do contexto de escravidão, reinventaram práticas e construíram novas formas de viver, possibilitando a existência de sociedades afro-diaspóricas como Brasil, Estados Unidos, Cuba, Colômbia, Equador, Jamaica, Haiti, Honduras, Porto Rico, República Dominicana, Bahamas, entre outras” (MARQUES, 2019).

Quarto movimento: ciberativista.

Não sei precisar exatamente como tudo isso começou. Fui adolescente nos anos de 1990, anos em que a internet era pré-histórica comparada a hoje. Tornei-me adolescente e depois adulta no entre a era analógica – em que se usava aparelho de telefone e se escrevia na máquina de escrever, se fotografava e se revelava fotos para papel, tudo isso em separado – e a evolução das tecnologias digitais. Daqui em diante, uma sucessão de lembranças que hoje são apenas contáveis com as emoções e as ideias do presente, memórias dignas de serem classificadas no campo da ficção surrealista. No decorrer da evolução da internet, acompanhei várias formas de interação que foram surgindo, desde trocas de mensagens e notícias via intranet, uma comunicação circunscrita a pessoas dentro de uma empresa em que fiz estágio de ensino médio, desenvolvida por uma equipe de Tecnologia da Informação (TI) local, e a internet, em sites de relacionamento, uma forma de comunicação que conectou pessoas do Brasil inteiro e do mundo todo. Na passagem do sistema de intranet para a internet, enquanto campo aberto para a comunicação, o ambiente digital foi se tornando uma realidade cada vez menos excitante e mais normalizada.

Sair dos bate-papos internos entre um setor de trabalho e outro à começar a interagir com pessoas de outras cidades através dos grupos de chats em *sítes* como o Terra e o Bol. Mais adiante, o Orkut, a interação vai se tornando mais comunitária: conectava-me a meus colegas de faculdade (mesmo os que não conhecia) e aos colegas de trabalho ao mesmo tempo. Aparecem grupos de mensagens, de interesses, grupos de trabalho. Sito a Tomada do DAP, organização estudantil virtual, como um grupo de troca de e-mails do diretório acadêmico dos estudantes de Psicologia da UFRGS. Enquanto graduanda, passei por muitos “textões” que circulavam na caixa de e-mail com discussões políticas, autogestão, análises críticas feitas por estudantes e professores, assim como aparecia o colonialismo dentro de um vasto campo de estudos psicológicos. Apesar desse campo de proliferação, as discussões sobre racismo dificilmente tinham engajamento na Tomada do DAP, relativas às cotas raciais. O racismo não era confrontado diretamente, pois o corpo discente em 2008 era composto por uma comunidade branca mais que expressiva, quase uma totalidade. Em minha turma de graduação éramos duas negras e um negro em

uma turma de trinta estudantes. Vinte e sete estudantes brancos, uma maioria de jovens mulheres brancas. Diante da abstenção da pauta racial por parte do corpo docente e discente, como estudante cotista negra foram seis anos de deslocamento, desencorajamento para uma atuação mais direta de contestação ao sistema racista do instituto de psicologia e, portanto, da comunidade acadêmica, sobretudo por não ter constituído redes com outras pessoas negras na universidade. Instruí-me na psicologia com foco na psicanálise e na psicologia social dentro do paradigma ético-estético-político, da análise institucional, das leituras de teóricos franceses, filósofos da diferença, mais próximos da forma como escolhi enxergar o mundo. Mas me perguntava que diferença era mesmo essa. Cheguei ao discurso feminista através do feminismo branco de jovens graduandas/os brancas/os, que contrastavam entre serem, em sua maioria, classe média a trabalhar com classes subalternizadas. Inseridas e inseridos no campo do trabalho mesmo sem experiência, contratadas e contratados pelos serviços de saúde e de assistência, em maior número do que graduandos negros, sem bolsa-auxílio mas com tempo e dinheiro suficientes para investir em práticas não remuneradas. Brancos e brancas, os que mais estagiavam em políticas públicas.

Com o surgimento do Facebook, vi e participei de comunidades, grupos de discussão, assim como de manifestações artístico-culturais envolvendo ou não a universidade. O facebook se tornou também lugar de manifestação política nas redes e nas ruas. Pude acompanhar pelo facebook feministas brancas que organizaram a primeira Marcha das Vadias em 2011 e em 2013 quando ocorreu a última.

Também em 2013, grupos de esquerda e de direita abriram pautas políticas na internet e nas ruas de maneira articulada, eclodindo numa complexidade de fenômenos, cenários de muita violência e abuso policial, retirada temporária de direitos ocorrendo com as classes médias de modo televisionado, tuitado e contado pelas pessoas que participavam das manifestações, as que estavam nas ruas nas chamadas jornadas de julho. Nesse contexto, comecei a escrever textos que partiam de pelo menos duas correntes: a primeira sobre posições políticas frente ao modo como operamos em formas de governo, de produção de verdade; e a segunda, discussões feministas. O feminismo negro ganhando espaço paulatinamente nas redes,

surgindo para mim como resultado das análises de feministas negras que traziam para o adensamento das discussões das esquerdas políticas, as interconexões entre racismo, violência de classe e gênero, desde problemas enfrentados por estudantes, trabalhadoras de setores privados, prestadoras de serviços. Da mistura entre a clínica psicanalítica e análise institucional, ênfases que optei na graduação, surge a crítica ao embranquecimento dos movimentos sociais e ao negacionismo da raça, muitas vezes, expresso nas minhas publicações cotidianas. Posteriormente, ao me formar em psicologia e sair da academia, pude perceber que meu ponto de vista estava sendo corroborado por um número considerável de mulheres negras, muitas delas também acadêmicas. As páginas “Blogueiras Negras” e “Geledés Instituto da Mulher Negra” são alguns dos canais onde feministas negras diversas podem ser encontradas se expressando em texto. Me beneficieei da didática e da similitude entre pensadoras negras ciberativistas. As ciberativistas negras me transpassaram com “filamentos incandescentes” de análises.

Com o uso diário do facebook, naturalizei diálogos sobre empoderamento estético, autoestima, autocuidado, discursos que entraram em sincronia com abolicionismo penal, educação como prática libertadora e ganharam aprofundamento com a discussão feminista negra feita *on-line* por e com mulheres que organizavam seus ativismos fora e dentro das redes. Segui muitas que estavam interessadas em falar sobre experiências localizadas. Debates sobre emprego doméstico, legalização do aborto e violência obstétrica, prostituição de adultas e crianças negras, genocídio da população negra, sistemas de saúde e de assistência social, organização de passeatas feministas negras como a Marcha do Orgulho Crespo⁵. Desse modo, fui entendendo que, conforme Dulcilei da Conceição Lima aponta,

“Ao mobilizarem reflexões acerca de assuntos como racismo, machismo (além de outros como lesbofobia, transfobia, gordofobia), a partir de experiências pessoais, situações cotidianas, casos midiáticos e tendo por base a produção de acadêmicas negras brasileiras e estadunidenses, as mulheres negras que

⁵ Movimento independente que tem por motivação a valorização estética afro-brasileira, tomado as ruas, buscando pela referência ao cabelo crespo um modo de afirmação. Organizado pela primeira vez em São Paulo, em julho de 2015, idealizado e organizado por mulheres negras, ganhou outras versões em outras cidades e estados do país.

utilizam as ferramentas da internet como meio de atuação têm desenvolvido uma produção que confronta as bases epistemológicas de orientação etnocêntrica, constituindo contranarrativa ao discurso hegemônico que invisibiliza e silencia a experiência negra e feminina. (LIMA, 2019, p. 60)

Enquanto ciberativista, conteúdos referentes à saúde mental, autocuidado, masculinidades negras, estética negra, análise da cultura pop como música, arte cinematográfica, humor, resenhas de livros e seriados, se tornaram elementos presentes nas minhas postagens. Há muitos momentos em que me sinto convocada a falar de racismo também. Outro dia a polícia do Rio de Janeiro assassinou um menino de quatorze anos dentro de casa com um tiro no estômago⁶. Não foi o único a ter sua vida ceifada desse jeito, há um sem-fim de pessoas sendo assassinadas pelas forças e mentalidades militarizadas. Dias depois, o sufocamento de um afro-americano pelo pé de um policial. Concomitantemente, uma brasileira branca⁷ organiza uma passeata neonazista. O racismo não nos dá trégua e todos os meios de comunicação estão sistematicamente reproduzindo sistemas de opressão que precisam ser combatidos, inclusive na forma como noticiam. Deixar de falar sobre sistemas de opressão só faria sentido em um mundo onde os sistemas de opressão desapareceram.

Feita esta primeira contextualização dos motivos que levam esta pesquisadora a problematizar junto à ciberativistas negras, vamos ao tema em si.

⁶ João Pedro Mattos Pinto, 14 anos, morador do Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo no Rio de Janeiro foi alvejado com um tiro de fuzil em plena pandemia de COVID-19, dentro de casa, durante uma suposta ação policial, seu corpo foi sequestrado por horas, até que a família pode saber do paradeiro, o IML. Segundo o Atlas da Violência de 2019, só em 2017, 75,5% das vítimas de homicídios eram negros. <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>

⁷ Sara Fernanda Giromini, mais conhecida como Sara Winter, ex-feminista, ativista de extrema direita e de grupo neonazista.

Entre linguagens: acadêmica e ciberativista

A academia (re)produz, invariavelmente, o que vivemos na sociedade: o universalismo elitista que dificulta modos diferentes de falar/escrever/pensar e, conseqüentemente, hierarquização entre as pessoas e nas bases do conhecimento. Conforme hooks,

“É evidente que um dos muitos usos da teoria no ambiente acadêmico é a produção de uma hierarquia de classes intelectuais onde as únicas obras consideradas realmente teóricas são altamente abstratas, escritas em jargão, difíceis de ler e com referências obscuras”. (hooks, 2017, p. 89).

Em minhas palavras, quando a linguagem se torna segregacionista, ela cria uma elite acadêmica, por assim dizer, e pratica a dominação sobre aqueles que são utilizados como objetos de estudo. A tendência a descrever o outro é uma moda acadêmica que produz esse outro e, ao inventá-lo, se reduzida ao serviço de mantê-lo em seu lugar de outrificação, um procedimento discutido por Stuart Hall, ressignificado por Grada Kilomba (2019) quando ela conceitua racismo genderizado ou racismo de gênero. Para toda a tentativa de produção do outro, ou melhor, outra, surge um paradoxo, neste caso, de que a outriedade pode ser um lugar estrategicamente criativo, mesmo que restrito. Concordo com Patricia Hill Collins acerca do pensamento feminista negro, em que ela diz que

“precisamente porque para muitas mulheres intelectuais afro-americanas a ‘marginalidade’ tem sido um estímulo à criatividade. Como *outsiders within*, estudiosas feministas negras podem pertencer a um dos vários distintos grupos de intelectuais marginais cujos pontos de vista prometem enriquecer o discurso sociológico contemporâneo. Trazer esse grupo – assim como outros que compartilham um *status* de *outsider within* ante a sociologia – para o centro da análise pode revelar aspectos da realidade obscurecidos por abordagens mais ortodoxas” (COLLINS, 2016, p. 101).

As redes sociais como espaços paradoxais permitem muitas formas de expressão, a partir e através de uma gama de conteúdos. A formulação da crítica

social acaba sendo um elemento diferenciador que caracteriza muitas mulheres negras como ciberativistas. Ao apontar caminhos educativos, reflexivos e de resistência, o ciberativismo feito por uma diversidade de mulheres negras constitui uma perspectiva de ativismo. Não a única perspectiva, mas uma agência de ocupação diante da supressão social do pensamento de mulheres negras sempre renovada, de modo a trazer os movimentos que se organizam fora da internet para uma perspectiva virtual. Mulheres negras em ciberativismo identificaram as tecnologias como uma ferramenta de luta, portanto de libertação para pessoas negras. Precisamente porque, como afirma Patricia Hill Collins (2019), pelas experiências que são específicas deste grupo social, produzem conteúdo ativista a partir das relações de opressão que vivem. Collins aponta que mulheres negras são levadas ao ativismo, porque as relações com o estado democrático de direito imprimem à vida cotidiana opressões interconectadas que impõe engendrar caminhos de justiça social em variados níveis. Ela enfatiza a dialética entre a opressão e ativismo, uma vez que somos levadas a responder de volta, sob o custo do silenciamento ou anulação/supressão de nossas existências, do nosso pensamento e da nossa contribuição para as coletividades. Collins parte do princípio da existência e operação do estado democrático de direito estadunidense, não de sua inexistência ou inoperância. Faz uma análise territorializada do que chama de matriz de dominação estadunidense.

Olhar para essa matriz de dominação nos permite entender que se trata de um lugar marcado pela escravização, demarcado pelo pós-escravização e suas leis segregacionistas, atravessado por políticas xenofóbicas internas externas, de fronteira, traçado por políticas de estado e de mercado carregadas pela ideiação de guerra e de militarismo. O que significaria que se moldam experiências de mulheres negras e de cor, de homens negros e de cor, mulheres brancas, homens brancos, em um Estado⁸ que se realiza nos corpos a partir de marcadores sociais diferentes. Collins lê esse Estado pelas lentes da interseccionalidade. E então, se pergunta como se dão as opressões/poderes de

⁸ O Estado muitas vezes é situado como uma entidade política com poder próprio para governar vidas. Numa linha foucaultiana, por exemplo, que perpassa minha formação, o Estado não é uma entidade, mas algo relativo aos modos de governar dentro de uma rede de relações de poder, saber e verdade. Se situaria como instituição jurídica como outras instituições, como a família, a escola, as prisões, as instituições psiquiátricas. Trata-se muito mais de como se organizam as relações sociais. Collins, por sua vez, não está preocupada com o Estado, mas com estruturas de dominação.

opressão e seus os liames com o direito, como acontecem (supressão de direitos sociais) em determinados corpos, a partir de mulheres negras.

Existe nesta dissertação a tentativa de relacionar com o estado, embora apareça mais modestamente e seria necessário outro trabalho para dar maior complexidade nesse sentido aplicada ao contexto brasileiro. No entanto, ao contextualizar no campo do ciberativismo de mulheres negras, segue o desejo de contribuir na compreensão da matriz de dominação brasileira.

Cabe então dizer que, se fazem ciberativismo, as mulheres negras brasileiras irão utilizar as ferramentas das mídias sociais também como caminho para exercer resistência, não apenas porque querem, mas porque são levadas a isso. Quais os custos do ciberativismo? Como essas mulheres explicam o que fazem? Patrícia Hill Collins também afirma que uma das primeiras dimensões do ativismo de mulheres negras é a luta pela sobrevivência do grupo, levando mulheres negras “a criar esferas de influência no interior das estruturas sociais” (COLLINS, 2019, p. 332).

Importa para mim nesta pesquisa *a sujeita* que faz ciberativismo negro. Não se trata de fazer uma análise do conteúdo que publicam, nem de identificar nas suas publicações o que há de comum, embora importe muito, mas como elas se posicionam diante das perguntas levantadas, de modo que se possa pensar junto a elas a desnaturalização dessas práticas. Também não se trata de afirmar que naturalizamos o que fazemos, mas de formular um diálogo sobre a naturalização do ativismo de mulheres negras. Nesse sentido, pensando as ciberativistas, cabe dialogar sobre as conexões que se dão nesse processo.

Chamado ou imposição à militância ou ativismo?

A palavra identidade me perseguiu o tempo todo, pois afirma-se que mulheres negras, e pessoas negras em geral, são identitárias. Esse imaginário social tem sido nomeado nas redes sociais como *bolhas*, nas quais se suporia que aqueles que se identificam umas/uns com as/os outras/outros passariam retroalimentar uma rede comunitária, onde temas em comum as/os aproximam. Esse fenômeno passa a ser interpretado como uma intolerância à diferença e até mesmo como prática segregacionista, o que de fato acontece com grupos de reverberação do ódio. No entanto, as redes sociais refletem a sociedade, isto é, dominação por interesses capitalistas. Assim, grupos de empresários formados por cientistas da tecnologia e da computação, psicólogos, investidores, tais como Eduardo Saverin, Mark Zuckerberg, Dustin Moskovitz, Jack Dorsey, entre outros nomes, e suas equipes de trabalho acompanham e controlam os algoritmos. Trata-se de manipular interesses dos usuários que, ao se tornarem comuns, constituem as bolhas, com objetivo de retenção *on-line*, através de conteúdos sugeridos relativos àquilo que as pessoas “demandam”. Ou seja, já informaram pelo sistema operacional a cada clique, pesquisa, curtida ou qualquer tipo de interação. Os conteúdos retornam como se fossem naturais, seja em propaganda, seja em informação personalizada, de modo a manter as pessoas mais tempo conectadas e gerando lucro. Ficamos, assim, aprisionadas e aprisionados a desejos monitorados. A lógica algorítmica funciona de dois modos, um onde a máquina que faz o processamento dos dados é supervisionado por pessoas e outro em que não é supervisionado, em que a máquina aprende a identificar padrões.

“nos algoritmos desenvolvidos a partir do aprendizado de máquina supervisionado, fica claro que o preconceito pode ser facilmente repassado para a máquina e introduzido no código. Apesar deste não ser imposto pelo método utilizado, o conjunto de treinamento (imagens previamente rotuladas) utilizado para o seu aprendizado influencia diretamente no resultado. Como esse conjunto de treinamento normalmente é anotado por uma pessoa, é muito provável que os preconceitos dessa pessoa sejam repassados ao algoritmo por meio do conjunto de treinamento. Então, não é um determinado método ou

algoritmo que é preconceituoso, mas sim os exemplos usados para ensiná-lo.”
(RIBEIRO, BILLA & PRATES, 2020, p. 664)

Não cabe aqui detalhar como funciona o algoritmo, esta pesquisa não tem essa intenção⁹. Mas é válido dizer que uma padronização algorítmica organiza “assuntos” validados e determinados pelos sistemas, nichos temáticos e grupos sociais. Alguns assuntos ao não “interessar” um grupo humano, ficam delimitados a circular em outro agrupamento humano. Em outras palavras, os temas abordados e trazidos por aqueles que são situados como minorias passarão a ser considerados como o que reforça grupos identitários, no sentido pejorativo da palavra, ao mesmo tempo em que as identidades são mapeadas. Todavia, se por um lado o algoritmo se alimenta do engajamento, por outro lado o engajamento permite criação de redes de solidariedade, de apoio, de formação.

Sobre essa noção de identidade baseada em grupos, Stuart Hall formulou que as identidades são fragmentadas, foram sendo constituídas na modernidade onde sujeito cartesiano passou pela descentralização: não se trata mais de uma sobreposição da mente ao corpo. Aquilo que passou a constituir identidade não é algo fixo, embora seja importante uma fantasia de unidade. No paradigma pós-estruturalista podemos perceber a branquitude em sua relação de mesmo a mesmo, em que se fantasia enquanto unificada, identidade resolvida como aponta Grada Kilomba (2019). A teoria feminista aparece, desse modo, como crítica, e ainda que como uma política de reivindicação de identidade desde onde as mulheres poderiam existir e se manifestar, o próprio “sujeito” do feminismo, assim como “o ‘sujeito’ do iluminismo visto como tendo uma identidade fixa, estável, foi [também] descentrado, resultando nas identidades abertas, contraditórias, inacabadas, fragmentadas, do sujeito pós-moderno” (HALL, 2006, p. 46). Assim, a teoria feminista precisou e ainda precisa de uma política de localização que passa pela identidade. Também destaco o que ele aborda sobre a culturalidade, que “as diferenças regionais e étnicas foram gradualmente sendo colocadas de forma subordinada” (*idem*, p. 49), e assim ele nos ajuda na compreensão da afirmação de identidades na

⁹ Para um estudo detalhado sobre algoritmos, ver *Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais: olhares afrodiáspóricos* (Org. Tarcízio Silva, 2020) entre outros artigos do autor.

mobilização de um campo de luta frente aos processos massificadores da colonização, na qual operam modos diversos de oprimir as diferenças.

Diante dessa noção de identidades fragmentadas, as mulheres que tomei como ciberativistas nem sempre se identificam como ciberativistas. Importante fazer essa constatação, para que eu mesma possa me situar como alguém que, sendo mulher negra, faz ciberativismo, de modo a poder nomear minha experiência a partir de um campo que não pretende determinar, embora identifique a ação.

As conversas foram influenciadas pelas obras de autoras afrodiaspóricas, tanto brasileiras quanto estadunidenses, no percurso de construção da minha perspectiva de análise. Esta perspectiva implica uma organização social onde as relações com a comunidade e com a natureza indicam que a perspectiva brancocêntrica fracassa em apagar o desejo de pertencimento a uma civilização e a uma civilidade não alimentada pelo parasitismo.

Quando entrevistei Mara Gomes, esta mulher que foi uma das minhas inspirações no ano de 2013 e nos seguintes para o ciberativismo, fiquei muito comovida. E que conversa gostosa tivemos! Pude perceber que os processos pelos quais passou são muito parecidos com os que têm sido abordados pelas autoras que escolhi para organizar minha dissertação. Dialoga com o feminismo negro pelas publicações, pelo que pensa/articula enquanto vai falando de si e do que faz. Pude também me conectar com ela em vários momentos ou, no mínimo, me sentir muito solidária com o que passou durante seu primeiro momento como ciberativista. Uma das questões que tenho me deparado, e que tornou o movimento de pesquisar instigante, relaciona-se com o reconhecimento de uma conexão de pensamento em que muitas vezes, o que uma diz, reverbera em outras mulheres negras. Em alguns momentos tive medo de enviesar a pesquisa, por não conseguir manter neutralidade do que ela ia trazendo, também porque fui me dando conta de que algumas das minhas questões adiantavam o assunto. Mas também percebi que não era neutralidade o que estávamos buscando. Suas reflexões também indicavam destinos aos quais eu não previa, que faziam sentido e que me contemplavam de maneira significativa.

Foi bastante inspirador perceber a transversalidade no ativismo de intelectuais negras que atuam na internet assim como há atuação na literatura,

na música, na militância, na diversidade de espaços onde a mulher negra se expressa e coloca seu ponto de vista. Winnie Bueno, ciberativista e doutoranda em sociologia, em algum momento da nossa conversa, situa a articulação de mulheres negras para além do território brasileiro na internet, numa dimensão de expansão de fronteiras, e na medida em que há agenda que não está na internet proporcionando um olhar para além dos nossos provincianismos.

Conceitos operadores

Como conceitos operadores para a análise utilizarei a autodefinição, autovalorização e *Outsider Within*. Segundo Patricia Hill Collins, a autodefinição pode ser entendida como um saber que organiza práticas. Citando Nikki Giovani, “antes de dançar, saiba quem está tocando a música” e Alexis DeVeaux “temos de entender qual é nosso lugar como indivíduo e qual é o lugar da pessoa que está perto de nós” (COLLINS, 2019, p. 202). Essas falas apontam, na construção da Collins, para o processo de apropriação do que é “o espaço entre cada um, antes de entendermos grupos mais complexos ou maiores” (COLLINS, 2019, p. 203) para a “compreensão de que nossas experiências pessoais foram fundamentalmente moldadas por opressões interseccionais de raça, gênero, sexualidade e classe” (COLLINS, 2019, p. 205). Trocando em miúdos, funciona para nos situar no mundo em relação a outrem. Esse *saber situado* produz um conhecimento de si e do entorno, mas também de si para com o entorno: definir-se como algo que as mulheres negras fazem para enfrentar as imagens de controle¹⁰. Segundo Collins, as imagens de controle são formas interconectadas, socialmente construídas, que criam um efeito condicionante de subordinação com mulheres negras, que também servem para mascarar relações que afetam todas as mulheres. As imagens de controle mantêm mulheres negras prejudicadas dentro de um sistema de dominação que preconiza a manutenção das hierarquias de poder¹¹.

Quanto à autovalorização, cabe salientar que mulheres negras são constantemente desacreditadas. Então, uma das formas de lidar com as opressões, ancora-se nesse conceito que funciona como ferramenta de enfrentamento. Ao autovalorizarem-se, mulheres negras tornam-se independentes para a formulação crítica, advertindo que a sociedade deve

¹⁰ Segundo Winnie Bueno, partindo da formulação de Collins, “as imagens de controle atribuem significados às vidas de mulheres negras que solidificam a matriz de dominação. Essas figuras, cuja gênese é o período escravocrata, continuam a ser reformuladas com o intuito de disseminar na sociedade contemporânea as justificativas que estruturam o sistema de vigilância e violência que atravessam o cotidiano das mulheres negras. Patricia Hill Collins evidencia que a ideologia dominante durante o período escravocrata fomentou a criação de imagens de controle, interconectadas socialmente e relacionadas à feminilidade negra, cada uma refletindo o interesse do grupo dominante em manter a subordinação dessas mulheres. As imagens de controle mascaram as contradições das relações sociais, afetando não apenas as mulheres negras como também as mulheres brancas” (BUENO, 2019, p. 82-83)

¹¹ Para aprofundamento, sugiro a leitura de *Imagens de Controle: Um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins de Winnie Bueno*.

respeito às nossas exigências e para as de outros sujeitos. Trata-se de um ato reivindicatório que funciona para abranger outros grupos oprimidos.

Por fim, o conceito de *Outsider Within* opera na vida de mulheres negras de um modo bastante complexo. São *outsiders within*, sistematicamente, pois a sociedade nos rejeita ao mesmo tempo que necessita, e isso nos orienta a um ponto de vista diferenciado. Neste sentido, esse conceito indica que mulheres negras brasileiras tem lugar específico na produção de conhecimento, justamente por viverem em uma sociedade colonializada e em que se faz presente o mito da democracia racial, há anos vimos demonstrando por diversos meios de expressão com os mais diferentes modos de ativismo, as inequidades do sistema, mesmo com a supressão de nosso pensamento. Partindo desse conceito de *Outsider Within*, sugere-se que, para as mulheres, se constitui uma experiência de sobreviver aos meios mais adversos, embora enfrentemos tentativas de invisibilização e de silenciamento, em concomitância com a problematização, justamente por essas tensões. Para Patricia Hill Collins (2016), as mulheres negras são *outsiders within*, pois ao serem posicionadas dentro e fora simultaneamente pela segregação e pelos sistemas de opressão interseccionais, produzem pensamento a partir de um lugar híbrido, ainda que não sejam consideradas pertinentes para as formas instituídas de produção de conhecimento. Combinam, assim, uma vida política com o sistema que as toma como subalternas. Importante destacar que espaços de subalternidade não são homogêneos. Desse modo, sublinho que quando mulheres negras defendem uma política de existência e uma teorização perspectivista, o fazem a partir de lugares diversos. Audre Lorde afirma que

“Defender a mera tolerância das diferenças entre mulheres é o mais grosseiro dos reformismos. É uma negação total da função criativa da diferença em nossas vidas. A diferença não deve ser apenas tolerada, mas vista como uma reserva de polaridades necessárias, entre as quais a nossa criatividade pode irradiar como uma dialética. Só então a necessidade de interdependência deixa de ser ameaçadora. Apenas dentro dessa estrutura de interdependência de diferentes forças, reconhecidas e em pé de igualdade, é que o poder para buscar novas formas de ser no mundo pode ser gerado, assim como a coragem e o sustento para agir onde ainda não se tem acesso.” (LORDE, 2019, p. 136)

A mulher-negra-e-periférica, por exemplo, não deve ser uma generalização pois não carrega o mesmo significado para todas as mulheres negras periféricas. Não há uma homogenia. Ainda que escrevesse sobre minha própria vivência e sobre a vivência de mulheres negras periféricas porque sou periférica, meu corpo e minhas experiências não descrevem o que as mulheres negras periféricas experimentam, vivenciam. As histórias podem ser parecidas, guardar semelhanças, mas tomar cada existência em sua singularidade é fundamental para entender a coletividade e os modos como nos organizamos. O poema “A casa da diferença” de Audre Lorde situa a questão da diferença para uma boa compreensão do processo:

“Seremos mulheres juntas não era suficiente.
Nós éramos diferentes.
Seremos garotas lésbicas juntas não era suficiente.
Nós éramos diferentes.
Seremos negras juntas não era suficiente.
Nós éramos diferentes.
Seremos mulheres negras juntas não era suficiente.
Nós éramos diferentes.
Seremos lésbicas negras juntas não era suficiente
Nós éramos diferentes.
Demorou algum tempo até percebermos que nosso lugar
Era a casa da diferença ela mesma,
Ao invés da segurança de qualquer diferença em particular”
(LORDE, 1982, p. 226)

O que nos leva a pensar, por outro lado, que, embora a diferença seja central para o projeto de sociedade que queremos colocar em prática, ela também é um problema complexo nos jogos de poder. Em sociedades capitalistas como a nossa, parte-se da homogeneização para as construções políticas. Decorre que as diferenças demoram ou deixam de ser reconhecidas. Uma série de situações de violência e exclusão é produto disto. Entretanto nomear as diferenças é uma forma de operar resistência em sistemas de dominação colonialistas, imperialistas, racistas e machistas, como indicado por

bell hooks (2019, p. 226) que encontram sempre formas de se adaptar e de sempre se refazer para continuar oprimindo. A zona da internet é parte, compõe e é cenário nesse sistema.

Desse modo, como *outsiders within*, mulheres negras, a partir da inevitável dupla consciência que emerge dessa experiência específica de dentro e fora, podem melhor compreender acerca da familiaridade com a linguagem “e as maneiras de agir do opressor ao mesmo tempo em que se esconde um ponto de vista autodefinido dos olhos curiosos dos grupos dominantes (COLLINS, 2019, p. 179). Uma espécie de vida dupla para sobreviver entre a branquitude e para nós mesmas. Concordando mais uma vez com Collins, analisando o contexto estadunidense, mas trazendo esse processo para a acadêmica que estou sendo por hora, confrontando vivências, me identifico com a realidade de que

“infelizmente, as intelectuais negras que fazem parte da academia se veem pressionadas a escrever para o público acadêmico, que em sua maioria resiste a incorporar as mulheres negras estadunidenses como estudantes, professoras e gestoras. Por mais interessado que o público acadêmico branco possa estar na produção intelectual das mulheres negras, suas preocupações diferem marcadamente daquelas da maioria das afro-americanas”. (COLLINS, 2019, p. 213)

O ciberativismo enquanto prática é bastante recente e se dá com o advento das redes sociais da internet. De fato, para as pessoas se associarem, elas não dependem da internet, mas a internet permite redes de associações. Quanto às práticas ciberativistas, acontecem em um território movente, em fronteiras não nitidamente estabelecidas, pois no ciberespaço passam muitas gentes e há um certo nomadismo na medida em que os fluxos são numerosos, cambiantes, de grande mobilidade, circulação, interação. Não é necessariamente um espaço em que se habita, mas que se acessa, se entra e se sai, nunca permanentemente. A labilidade caracteriza as redes e conecta agendas políticas através das motivações dos sujeitos, os usuários e os lugares de enunciação, dos temas, das paixões e das afetações. Há, nesses territórios, potencial proliferação de vida e de morte, saúde e adoecimento, amor e ódio,

muitas vezes simultaneamente. Se considera como ativismo digital/cibernético ou ciberativismo de mulheres negras a partir de mulheres que constroem narrativas acerca das experiências vivenciadas por elas e, também, sobre as problemáticas que dizem respeito às comunidades de que fazem parte, entre outras pautas que convergem. O ciberativismo configura um tipo específico de movimento de mulheres negras e que, conseqüentemente, resulta em um modo de luta operado através dos debates de enfrentamento de opressões, articuladas em forma de conteúdos virtuais, tais como escrita e imagens, que repercutem um discurso ético-estético-político.

Minha concepção de ciberativismo de mulheres negras, pensando na minha própria trajetória e no que vou identificando, relaciona-se com práticas discursivas e não discursivas, veiculadas em rede. Essas práticas vão desde a escrita, o que no meu caso é recorrente, mas enxergo e considero as produções de vídeos, fotográficas, de arte, de estética feitas por mãos e vontades diversificadas. Publicar com intenção de provocar algo no outro, sendo que o engajamento político está muito presente na disposição de “conversar” com as pessoas e disputar narrativas. Essa disputa de narrativa, identifico como uma espécie de contradiscurso, com intuito de trazer à visibilidade aquilo de que não se fala ou não se quer falar ou há impedimentos para falar. Alguns meios utilizados são o Facebook, Instagram, Twitter, blogs, vlogs e revistas digitais. Mas aqui não é exatamente o canal onde se articula que interessa, senão a intenção de articular. Ou seja, os canais importam menos que a ação, pois as práticas ativistas de mulheres negras têm sido muito diversas ao longo da história. Há uma busca de vozes em todos os lugares possíveis, nos desafiando e desafiando a sociedade a se reinventar nesses jogos de forças.

***Outsider Within*: mulheres negras em movimento e a produção de um problema de pesquisa.**

Patricia Hill Collins no artigo “Aprendendo com a *Outsider Within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro”, afirma que a violência racista incide sobre os corpos a partir de marcadores construídos pelo heterossexismo brancocêntrico. Movimentos de mulheres sob o prisma racial, a partir de uma política de localização do saber, interpela conhecimentos canônicos, colocando-os em xeque. Investigar e produzir conhecimento, no desafio de furar o discurso acadêmico que preconiza a neutralidade, escrever essa experiência e não falar de um modo essencialista é um dos desafios da metodologia de pesquisa. Sobretudo quando há um silenciamento sistemático de mulheres negras. Como sair desse lugar já muito antes não cômodo? O desconforto esteve sempre colocado. Então como desacomodar o que já estava desconfortável? Outra indagação: se o sujeito que pesquisa sempre tem uma dimensão ficcional, poderia eu ousar ficcionar meu próprio lugar de mulher, uma vez que falar pelas outras é uma distopia, sobretudo porque a mulher negra universal não existe? Conforme Grada Kilomba, o racismo cotidiano confere um lugar de *Outridade* às mulheres negras, processo em que passamos a experienciar um olhar sobre nós mesmas de despersonalização, como se só pudessemos ser reconhecidas em relação com uma contraparte, um outro/a, dentro de um roteiro produzido onde somos objetos de fetiche, consideradas primitivas, exóticas, força da natureza, ou seja, desumanizadas, desconsideradas como sujeitas com histórias próprias, singulares.

Por tudo isso, num primeiro momento, tudo o que eu poderia produzir seria uma ficção. Um outro paradigma de produção científica que concebe a parcialidade dos conhecimentos me pareceu libertador para a branquitude, mas um modo de me desautorizar e para desautorizar mulheres como eu. Ao mesmo tempo, uma ambivalência, a vontade de me localizar nesse discurso e experimentar verdades não totalizantes e ainda assim, verdades. Verdades questionáveis, controversas, desafiando as instituídas. Cabe experimentar uma invenção, uma criatividade e até mesmo, se possível, uma suavidade na intenção de pesquisar do ponto de vista dessa parcialidade, mas na radicalidade de articular uma pesquisa dissidente, disruptiva.

Neste debate feito por mulheres negras, o feminismo aparece como um ponto nevrálgico. Com o anseio de abarcar todas as mulheres, sua composição inicial institucionalizada foi assumida por mulheres brancas da elite. Ou seja, fortemente local, embora pretensamente universalista. Ainda que seja um arcabouço teórico importante, como tantos outros que partem dessa premissa universal, por muito tempo acreditou-se que mulheres negras não estavam organizadas, quando na realidade, embora a rejeição e supressão de seu ativismo, foram fundamentais para a construção do movimento como um todo. A teórica feminista bell hooks (2017) faz o contraponto de que mulheres negras atuais têm dificuldade em aderir ao discurso feminista porque nele há uma história de opressão por parte de feministas brancas para com mulheres negras. Além disso, outras concepções coexistem, constituídos desde posições críticas e de recusa de uma relação com o feminismo, mas que se situam no campo de movimento de mulheres africanas, afrodescendentes e, como conceitua a teórica feminista Lélia González, amefricanas. Em vista disso, a compreensão de que mulheres negras estão em constante movimento, inquietas, ativistas e ciberativistas, escrevintes (EVARISTO, 2005), com lógicas subjetivas divergentes, construídas a partir da política de localização, é indispensável. Ao construir uma pesquisa em que mulheres negras tenham centralidade, apesar das nossas vidas serem marcadas pelo estigma da subalternidade, materializamos uma intelectualidade negra e feminina.

Tem sido um problema moral para a humanidade que a eurocentricidade e, portanto, a branquitude, sistematize os mais diversos canais de violência e morte para manter o estado das coisas, e o mesmo grupo racial, enquanto teóricos válidos, para (re)produzir ciência. Há uma evidente hierarquização entre as pessoas garantindo privilégios dificilmente revistos, cultivando a figura de *outsider* para mulheres negras como aquelas que não tem nada a ensinar e, quando ousam fazer, são tomadas como essencialistas ou identitárias. Seguindo a tradição do ativismo, na era digital passa-se a entender o ciberespaço como território a ser ocupado. Considerando como um mecanismo que nos permite jogar com a visibilidade, costuramos práticas de resistência – termo intencionalmente utilizado, porque convoca pensar a costura como uma atividade assimilada como feminina e com o espaço doméstico. A costura da rede, trabalhando os fios com a escrevivência, como sugere Conceição Evaristo,

possibilita perceber a trama da existência comum, diminuem distâncias e se alinham pontos para conexão. A escrivência de Evaristo cerze a colcha de retalhos que vai dar sustentação para o pesquisar e pensar essa movimentação que se dá tanto pela escrita, quanto pela vivência, porque as ferramentas utilizadas são transpassadas pela transgressão *pontual* (de ponto) de escrever/fabricar, subir (upload) uma imagem/conteúdo. Mulheres negras, por serem constantemente silenciadas na nossa sociedade, tramam redes.

Escrevivência

Como uma personagem suspensa no tempo, sentada numa cadeira diante do computador, surge a reflexão sobre o medo: meu pensamento a céu aberto como em uma projeção de cinema e as pessoas podem ver o que se passa ali. Um sujeito genérico diz, com toda a soberba, que esse filme é estranho demais, ninguém quer ver. Ou tão somente vem uma curiosidade estranha, mórbida até, que foraclui¹² minha existência, embora eu esteja apontando que fui eu quem pensou isso e que meu pensamento está sendo construído com mulheres semelhantes a mim. No passo, talvez último em um novo cenário, não importa mais a curiosidade daqueles que me situam como outra, como denuncia Grada Kilomba, ou que nem me situam. Posso ser, na minha própria ficção realística, essa mulher que se entrelaça com o passado, com o presente e que se lança para um afrofuturo, como personagem que pode pairar no ciber-espaco-tempo. Até mesmo, se não fosse o computador que estou usando aqui agora, poderia ser uma máquina de escrever, uma caneta, uma pena, um pedaço de carvão, um pedaço de galho pontiagudo. Por conta disso, vejo uma porta aberta através da escrevivência. Estou trazendo aqui uma corpa-sujeita que se escreve e sobre aquilo que vive, aquilo que sente, sobre um ponto de vista específico não abrangente, mas que vai ser utilizado para pensar processos de humanização, modos de organização política, de vida como percurso do ciberativismo de mulheres negras.

A escrevivência de Conceição Evaristo me puxou como um cometa e ao mesmo tempo me adicionou mais uma interface. Não preciso necessariamente viver, mas escrever, fazer viver na escrita, provocar o outro a se experimentar na intensidade daquilo que estou propondo a decodificar. Quando Evaristo escreve Ponciá Vicêncio, por exemplo, nos faz mergulhar naquela existência, querer entender qual é a herança deixada pelo avô, ela passa a (me) inconformar. Toca numa sensibilidade que faz também querer me ausentar um

¹² Foraclusão é um termo criado pelo psicanalista Jacques Lacan para descrever o mecanismo de defesa do ego que da falta de registro mnêmico, isto é, um não registro de algo ou alguém. Trata-se de um acontecimento que não deixa marcas, que funda a estruturação psicótica. Algumas teóricas das relações raciais e de gênero invocam este termo para caracterizar a ausência de produções de mulheres negras na academia, como Laura Segato, apontando para a foraclusão da mãe preta pelo discurso branco, devido à profundidade histórica da babá (SEGATO, 2006).

pouco dela ou junto com ela. Me encaminha a pensar sobre o que não vivi, mas é vivido e vívido, porque virtualiza uma memória ontológica.

Retomo que começo a dissertar informando que minha saída da instituição universitária coincidiu com acessar mulheres negras escrevendo e produzindo conteúdo na internet. Uma peculiaridade: vivemos no Brasil o fenômeno de rechaço pela não apropriação do português correto. Este fenômeno ganhou visibilidade especialmente nas redes devido a popularização do uso, pois qualquer pessoa que tenha acesso à internet pode fazer um perfil em uma rede social e utilizá-lo segundo critérios estabelecidos pelos programadores. Cabe dizer também que escrever sempre foi um demarcador constante de classe e, portanto, também de raça e gênero. Contudo, muitas das mulheres que segui – este termo nas redes significa que os perfis são adicionados nas listas de contatos e, então, passa-se a receber automaticamente, por sugestão do algoritmo, o conteúdo de x pessoa - eram muitas delas acadêmicas, formadas em diversas áreas do conhecimento, como psicologia, sociologia, jornalismo, arquitetura, publicidade, direito. Nem todas eram acadêmicas, mas não exclui o fato de que muitas eram e haviam passado por processos semelhantes aos meus no desgaste psicológico das relações com a academia. Outras não acadêmicas, mas que traziam experiências de militância ou de ativismo para além das redes sociais, mas organizavam escritas/conteúdos compartilháveis.

Fiz três conversas ao todo com negras gaúchas. Não posso dizer que essa escolha foi totalmente consciente. Num primeiro momento, pensei que, bem, minha pesquisa tendo como sujeitas ciberativistas, essas mulheres estão familiarizadas com o ambiente virtual e poderia entrevistá-las de qualquer lugar do país. As gaúchas “me convocaram” por uma questão que localizei depois apenas, quando reconstitui minhas memórias de viagem a Salvador em que vi a imagem de Luiza Bairros em um banner que situava sua luta, enquanto mulher negra, naquela terra que já foi a primeira capital brasileira, profundamente preta, sem a identificação de Bairros como uma preta gaúcha. Foi muito curioso, mas ao mesmo tempo elucidador, perceber como o Rio Grande do Sul, por ser o segundo Estado mais branco do Brasil e que constantemente nos desterritorializa, perpetua a fantasia de que não há negros no sul. Ou que a descendência europeia embranqueceu subjetivamente os “poucos” negros daqui

que ora alienados, não se organizam para combater o racismo. Me permite problematizar que, se a categoria “negro” não tem gênero no imaginário popular nacional, logo mulheres não serão referidas, muito menos territorializadas. Então conversei com as mulheres do grupo de ciberativistas do qual faço parte, composto por Winnie Bueno, e as irmãs Larissa Oyarzabal e Raisa Oyarzabal. Chamei-as para conversar sobre o que afinal essa ação é essa na vida delas, nas nossas vidas, e tivemos mais uma longa tarde de risadas, reflexões interessantíssimas, misturadas com gim e água tônica. Depois entrevistei a colega de profissão, Irimara Gomes, a qual foi uma das figuras mais marcantes para eu poder me perguntar sobre esse desconforto, essa angústia que sinto quando me coloco na internet e que, sem saber, me provocou a trazer essa ideia para o campo teórico-acadêmico. Mais adiante também conversei com Iyawa-pesquisadora, Rita Lende, que traz a descolonização do quadril em um perfil do Instagram como problemática para ser veiculada nas redes.

Preciso informar a pujança de Conceição Evaristo que me acena do horizonte, nesse devir-mulher-negra¹³, que se movimenta negra-fluxo, em não conformidade às sobredeterminações, compartilha a poética de sua escrevivência. Tento tomar de empréstimo sua estética, na feitura do escrever em consonância com a vida, fazer a palavra rasgar imposições sociais, e que seja preciso (no sentido de precisão mesmo) na teoria, a arte literária. Não sei se isso aqui é uma escrevivência. Assim como a famosa pintura de Magrite, *Ceci n'est pas une pipe* (Isto não é um cachimbo). Conceição Evaristo talvez diga que não é uma escrevivência, se ela acessar este texto. E de fato, não posso afirmar nem que seja, nem que não seja categoricamente, pois quando prometi que escreveria uma escrevivência, que esta seria minha metodologia, queria uma pesquisa não subjugada à verdade, antes sim debaixo do guarda-chuvas da memória e do registro como resistência no interior da linguagem e dos paradoxos

¹³ O conceito de devir é inspirado no que foi desenvolvido por Gilles Deleuze e Felix Guattari. “Deleuze e Guattari definem o devir-mulher como a chave para todos os outros devires, ela é a porta de entrada para qualquer devir minoritário, a mulher é a primeira a desterritorializar o homem e fazer fugir suas formas binárias e hierárquicas (...) Existe um feminino codificado, que se deixa dominar tanto quanto o masculino codificado, e existem forças que são pura desestabilização da identidade! Por isso o devir só pode ser mulher. Adeus mãe, adeus pai, adeus filho. A devir-mulher são as linhas de fuga que escapam pelas fissuras de uma sociedade que foi pensada pelos homens e para os homens.” (<https://razaoinadequada.com/2016/03/08/devir-mulher/#:~:text=Deleuze%20e%20Guattari%20definem%20o,Diremos%20isso%20mil%20vezes.>). Afirmo o devir-mulher-negra que, ainda com as amarras estabelecidas, foge, escapa, pisando no chão com pés de resistência e ancestralidade, carrega memória do passado, situa o presente e carrega o futuro.

todos de estar em processo de mestrado, em um percurso de uma formação que, embora seja um direito político, está dentro das ações afirmativas. *Se estamos afirmando algo é porque há muita negação.* Estava preocupada não em defender, embora esse seja o cerne de toda proposição acadêmica, um saber científico. Isto é sobre uma narramarração anda do lado daquilo que escutei, o que refleti, marchando com a compreensão parcial daquelas conversas e a incomodação das redes sociais. Queria dissertar como se estivesse contando uma história, às vezes com nexos, às vezes sem. A ciência parece que frustra a escrevivência. Estive brigando com o desejo de escrever e de uma pesquisa científica. Se escrevivi, viveram em mim gentes, sobretudo mulheres negras, e aquilo que escreve concordem ou não concordem, sou eu e minhas percepções, ainda que com essa linguagem toda dura.

CAPÍTULO 1

O ciberativismo e as mulheres negras

Peguei um pedaço de tecido aqui, uma agulha acolá, puxei um ponto de costura nesse fio proposital sem ingenuidade e intencional, e quero produzir “deslocamentos nos significados em circulação”, como pontuou Deivison Faustino em uma de nossas conversas virtuais. Escrever, como quem constrói uma narramarração¹⁴ na qual quem lê é convidado à anti-passividade, a se desacomodar e a movimentar-se junto, aqui, agora e, quem sabe, depois.

Parece simples e redundante dizer que há muito, mulheres negras, temos lutado por justiça social porque há muita injustiça sendo cometida. Mas a injustiça é uma narramarração dentro de um sistema de dominação em que o que se diz sobre determinados corpos tem poder de verdade e as verdades produzem modos de viver. Entretanto, a verdade é sempre relativa. Ao definir os parâmetros desta dissertação, percebo que a intenção passa longe de disputar verdade, senão narrativa para outras narramarrações. Interessa, pois, mostrar àqueles que chegam depois de uma conversa já acontecida, que escolhas foram feitas, que caminhos foram traçados e como. A escolha por fazer uma escrevivência tem como princípio-base a ficção, para resistir ao modelo de produção técnico-científica especializado. Conceição Evaristo, cria e define a escrevivência como uma forma de escrita, tanto para o que concerne à poesia como à literatura, marcando sua própria experiência enquanto mulher negra brasileira que se vê diante de histórias diversas que ela mesma não viveu, mas que pode narrar utilizando experiências da coletividade como inspiração. Trata-se de uma autoria em que o que é subjetivo serve como caminho para a escrita. Aqui, neste trabalho, a ficção se encontra com a realidade, em que o papel da ficção não é o de sobreposição, mas de proposição de não falar pelas outras. Escrever a partir daquilo que experimento na relação com elas, no encontro com as palavras delas. Para tornar o texto autoral, trago minha visão, minha percepção, meus sentimentos, minha razão e, especialmente, minhas fantasias. Personagens surgem de pessoas reais e servem de impulso para falar sobre

¹⁴ O neologismo narramarração funde palavras: narrar, amarrar e ação. Trataria, neste acaso, de uma tentativa minha de definir a trama de relações entre o que é dito e o que é feito como coisas inseparáveis.

ciberativismo e de como a questão da justiça está o tempo todo atravessando as reflexões.

Entendo que as conversas passam a ser ficcionais na medida em que tiro da linguagem oral e passo para a forma escrita, assim que são feitas correções ortográficas que, ao mesmo tempo que são necessárias para a compreensão do que não é mais palavra dita, nem gesticulação, a palavrção já é de outra ordem. Stuart Hall complexifica a noção de codificação e decodificação afirmando que

“...não há discurso inteligível sem a operação de um código. Os signos icônicos são, portanto, signos codificados também — mesmo que aqui os códigos trabalhem de forma diferente daquela de outros signos. Não há grau zero em linguagem. Naturalismo e ‘realismo’ — a aparente fidelidade da representação à coisa ou ao conceito representado — e o resultado, o efeito, de uma certa articulação específica da linguagem sobre o ‘real’. É o resultado de uma prática discursiva” (HALL, 2003, p. 393).

Assim, não se trata de uma tradução. Trata-se de uma decodificação em que se perde algumas nuances ao se impor o texto, onde o uso da imaginação toma vez e se faz presente, junto à teorização e às referências bibliográficas.

Em análises com base no pensamento de Michel Foucault, trabalha-se com o conceito de sujeito a partir da concepção de “modos de subjetivação”, isto é, investigar as relações que o humano estabelece diante daquilo que toma como verdade sobre si, da sua relação com o que é considerado verdadeiro e sobre aquilo que o pressiona a viver de determinado modo e não de outro. Para Foucault ao dizer a verdade se abre, “se instaura e se enfrenta o risco de ferir o outro, de irritá-lo, de deixá-lo com raiva e suscitar de sua parte algumas condutas que podem ir até a mais extrema violência. É, portanto a verdade, no risco da violência” (FOUCAULT, 2011, p 12). Já a ficção aqui tomada como produção de subjetividade, a partir da escrevivência, me situa frente a Conceição Evaristo. Para ela, a ficção não tem compromisso com a verdade, pois “chega cobrindo certa lacuna: o que a história não nos oferece, a literatura pode nos oferecer” (EVARISTO, 2020), de modo a dar vida para o que não se encontra no discurso verdadeiro e científico. Escrever funciona como “a oportunidade de agarrar-se à

vida”, de “fazê-la sangrar” (EVARISTO, 2020). Daqui em diante, como aponta Evaristo em várias entrevistas, ficcionar é manter uma relação com a memória. Ela aprofunda essa questão dizendo que o brasileiro negro não sabe, por exemplo, quem é o seu tataravô como os brasileiros brancos sabem. Há um espaço lacunar a ser preenchido pela imaginação. Dá o exemplo da escritora Ana Maria Gonçalves, que nos presenteou com o livro “Um Defeito de Cor”, uma ficção que ajuda a entender a história brasileira garantindo, através dessa escrita, uma certa reconstituição da nossa relação com a memória.

Começo introduzindo a discussão a partir de uma personagem para, em seguida, trazer conversas com ciberativistas que foram gravadas e transcritas, traçando considerações. As conversas aconteceram em três momentos diferentes: o primeiro com o grupo de ciberativistas, o Núcleo de Ciberativistas do Rio Grande do Sul. Este grupo se constituiu a partir de uma demanda trazida por Winnie Bueno, do Grupo de Ciberativistas Nacional, de regionalizar as discussões de mulheres negras ciberativistas. Apesar de inicialmente ter contado com numerosas integrantes, foi levado adiante por cinco mulheres, entre as quais me incluo. Discutíamos textos de teóricas feministas, propúnhamos diálogos sobre empoderamento feminino abertos à comunidade interessada, sobre atuação nas redes sociais, entre outros temas livres. O grupo se encontrava presencialmente de maneira orgânica, mas a pandemia de COVID-19 que se alastrou no início do ano de 2020 dificultou a continuidade.

O segundo momento foi o encontro com Irimara Gomes, por meio de vídeo-chamada. Irimara tem um percurso no ciberativismo, desde a graduação em psicologia e a partir da psicanálise, bastante convergente com as pautas levantadas por outras ciberativistas negras.

Finalmente, o terceiro momento foi a conversa com Rita Lende, também por vídeo-chamada. Rita tem uma plataforma experimental chamada Baskula no Instagram onde discute o empoderamento feminino. Todas essas mulheres, apesar de poucas se formos considerar em termos quantitativos, traziam coletividade nas expressões e partiam de análises críticas quanto ao que é veiculado nas redes.

Trechos das conversas foram escolhidos intencionalmente e essas escolhas pelos trechos se agregam com o que está sendo problematizado por teóricas do feminismo negro e que permitem aproximações. É um dilema lidar

com a não neutralidade, o que significa assumir que manter-me neutra diante dos trechos não é o que pretendo fazer aqui. Aliás, quisera poder trazer as entrevistas na íntegra e permitir que o que disseram fosse apenas transformado em texto. As falas de fato aparecem recortadas conforme vou avançando e refletindo ao longo da dissertação sobre o que leio, escuto e estudo.

1.1. Convergência entre ativismo e opressão

Sigo Maat no Twitter e no Instagram. Cancelei meu Facebook, porque não aguentava mais aquele bairrismo, se não, a seguiria lá também. Maat não é acadêmica, como ela mesma já referiu em algum momento. O que será que significa ser uma preta acadêmica para ela? Diante da autodefinição de Maat como não acadêmica, fantasiei que ela situou seu lugar no mundo fora de uma instituição de ensino para que as pessoas não lhe cobrassem um rigor teórico-conceitual; para que sua liberdade de se expressar não fosse tolhida pelos intelectuais que costumam fazer policiamento de postagens. Sua assertividade me causa uma série de impressões, mesmo que nem sempre concorde com o que está articulando. Já aprendi muito com suas contribuições, com sua intelectualidade e didática sendo confeccionada nas redes, apesar da academia¹⁵. Um percurso de reflexões que coloca pegadas, novas ondulações nas areias do pensar, deixando sua assertividade na *timeline* de várias pessoas.

Aliás, para a compreensão das minhas negras tintas corporais e psíquicas, minha dimensão de negritude e humanização enquanto ser-mulher, penso que minhas *timelines* já foram demasiado brancas, ao não saber a quem seguir, ou que inconscientemente no meu desejo de brancura, procurava por celebridades, jornalistas conceituados e pessoas brancas aleatórias – do que se costuma chamar de formadores de opinião ou *digital influencers*, posição em que me mantinha como mera espectadora, a partir de pouca ou nenhuma diversidade. Maat é nitidamente interessada por questões políticas, culturais, situa-se como panafricanista e mulherista africana¹⁶. Ela também se disponibiliza versar sobre temas e práticas de autocuidado, numa perspectiva de quem compartilha suas próprias experiências como mulher afrodiaspórica, fala um pouco sobre racismo, mas anda muito mais em direção de uma construção coletiva de desejo de amor pelas raízes africanas. Pergunto-me sobre o que justifica pedirem para ela se matar? Irem no seu *inbox* dizerem a ela que é um lixo humano, que merece ser estuprada, ter sua casa invadida, ser ameaçada de espancamento, de morte a ela e a pessoas de sua família? O estopim para esse

¹⁵ Trocadilho com a música de Chico Buarque, Apesar de Você (1978).

¹⁶ O mulherismo africana, é uma corrente do movimento de mulheres, assinalado por Clenora Hudson-Weems, em que as experiências de mulheres e homens são a partir da afrocentricidade.

ódio todo foi sua discordância sobre um determinado filme brasileiro. A crítica de muitos que frequentemente comentam na internet foi bastante positiva quanto ao filme. Ela achou médio, não entendeu o *frisson*, também questionou a escolha do elenco como não representativo de uma determinada população. Por dias, teve que sumir das redes, pois a geral pesou a mão, foram muitas as ameaças, como se pode perceber, de enlouquecer. Mesmo que muita gente tenha entrado em sua defesa, não foi suficiente para barrar as manifestações de ódio, culpabilizada pelas agressões que sofreu, responsabilizada pela própria vitimização. Algumas semanas depois Maat retornou, mas com ressalvas: manteve a conta fechada, com acesso apenas para seguidores. Compadeci-me como me compadeceria com uma irmã. Quanto ódio uma mulher negra mobiliza por opinar... Ela estava grávida, e os *haters* chegaram ao ponto de desejarem o aborto. Foi mobilizado tanto ódio que nem consigo mensurar. Parece que as palavras não dão o tom certo para contar o que se passou e por ter me sentido muito limitada.

Maat é uma mulher negra, retomo, ser quem é dificulta sua contestação pública de qualquer coisa. Homens negros não são rechaçados na internet como mulheres negras são, mesmo dentro daquilo que se popularizou chamar de comunidade negra nas redes, tais como o *black twitter*. As situações envolvendo disputa de narrativa entre homens são consideradas como divergências, mas dificilmente serão motivo de cancelamento por parte da mesma comunidade. Cancelamento é uma espécie de expulsão de alguém das redes, funciona a partir de ataques constantes, mas também de denúncias progressivas até que a pessoa tenha sua conta interrompida ou definitivamente excluída por si mesma ou pelo gerenciador. E não nos enganemos, este último – o gerenciador – tem corpo, ou melhor, corpos, trata-se de um grupo de pessoas que poder para decidir quem fica e quem sai. O que aconteceu foi que Maat não pode continuar sem, no mínimo, fazer uma pausa.

Quando as divergências se dão entre mulheres negras ou um homem negro e uma mulher negra, a mulher negra será exposta a uma série de agressões e ameaças, incluindo à sua integridade física, estendendo-se a sua família, seus entes queridos. É importante manter uma análise das opressões feita a partir da interseccionalidade, em relação a outros grupos opressores e oprimidos, para que a gente possa estabelecer uma base de comparação para

entender como as diferenças se dão. Maat é ativa nas redes, mas sua atuação fica restrita por vezes, porque os temas que mobiliza, supostamente atingem a sensibilidade da branquitude e dos misóginos de plantão. Uma mulher negra não pode dizer o que bem entende, em que pese o fato de que se bem entende, sabe do que está falando.

Acontece que a intelectualidade de muitas mulheres negras é suprimida pela ideia de que prestam um desserviço. O interessante dessa palavra desserviço, é que ela vem de serviço, que vem do verbo servir. Aí, se abre um campo de possibilidades interpretativas. O serviço também qualifica quem serve, designa a utilidade de quem serve e a serventia de quem serve. Convivemos com uma compreensão limitada de que o serviço de mulheres negras é servir aos outros. Se não prestam um bom serviço, são dispensáveis. Se as mulheres negras deixaram de fazer o serviço subalterno, vão fazer desserviço na internet e toda uma construção de que estão contribuindo para os problemas sociais é acionada, uma vez que não estão no lugar de cuidar dos outros, de servir aos outros. Servir e cuidar funcionam, na subjetividade colonialista, como sinônimo de domesticidade. Descontextualizadas desse lugar de submissão, o espaço doméstico, passam pelo estigma negativo quando rejeitam o lugar reservado às mulheres negras no imaginário social – relacionado à deferência. Essa dinâmica do imaginário de que estão deslocadas do ambiente doméstico, fabrica políticas de controle, e como refere Patricia Hill Collins:

O uso do espaço também era um importante dispositivo para estruturar os comportamentos de deferência. As trabalhadoras domésticas ficavam confinadas em uma área da casa, geralmente a cozinha, e esperava-se que se tornassem invisíveis quando passassem por outras áreas da casa” (COLLINS, 2019, p. 118).

Quando uma mulher negra é atacada por reivindicar o espaço público, remete tanto à necessidade de mobilização de outros agentes para mudar o estado de coisas, quanto para mantê-las individualmente em silêncio, temerosas com a confrontação. Desse modo, a figura de Maat, inspirada em uma ciberativista específica com quem não tive a oportunidade de conversar, embora tenha se tornado alegórica, o modo como vou narrando minhas reflexões e

impressões sobre o caso são meras aproximações ao transpor para ela uma realidade enfrentada por diversas ciberativistas. Resolvi abrir este capítulo assim, procurando introduzir através da personagem, a convergência entre ativismo e opressão, a fim de suscitar reflexões e problematizações dialógicas. Ela se faz entrada com este nome, Maat, referindo uma divindade egípcia quimérica que simboliza a justiça, o equilíbrio. Na mitologia, Maat carrega uma balança onde pesa o coração humano junto a uma pena retirada de seu próprio corpo. Enquanto o coração pesar mais que a pena, o ciclo da vida se reinicia a partir do sofrimento com o qual o sujeito precisa se deparar, enfrentar e resolver. Caso a pena seja mais pesada que o coração, está livre para transcender.

A dimensão de retorno, do recomeço, lembra também os encadeamentos cibernéticos, circulares de ondas eletromagnéticas, de forças motoras, centrípetas e centrífugas. Como a cibernética é uma tentativa de organizar o caos, um contraponto em que, embora as tecnologias ocidentais tenham construído uma percepção de mundo dividida pelo sistema binário, a divindade egípcia serve como uma forma complexa. Diante dela, as injustiças cometidas com mulheres negras poderiam ser analisadas como noções de justiça eurocêntricas e patriarcais que não compõem com as percepções feministas de resolução para os conflitos. Evidencia-se que nossas balanças pesam elementos diferentes, mas que pedem por resultados evolutivos na maneira como vivemos em sociedade, ou seja, as preocupações são questões propositivas de reparação a essa divisão binária. Essa binarização da cultura, facilmente localizada nas operações cibernéticas, produz uma série de dificuldades que marcam as realidades negras contemporâneas, de mulheres, homens, pessoas LGBTTQIA+.

Sobre a divisão em códigos binários, cabe uma reflexão sobre linguagem. Este é um tema que não será desenvolvido aqui, mas que pode ter melhor aproveitamento em outros estudos das relações étnico-raciais brasileiras. Pincelo que, na colonização do Brasil, separar pessoas negras a partir de restrições linguísticas para que elas não pudessem se comunicar para impedir a invenção de estratégias de enfrentamento ao sistema, foi uma das formas políticas adotadas. Como apontado por Abdias do Nascimento:

“As línguas africanas não se salvaram do esmagamento, a sua destruição representa mais um ato na tragédia genocida que a sociedade brasileira desencadeou contra os africanos e seus descendentes. Além de destruir o principal instrumento de comunicação humana, social e cultural, o que já é muito grave, simultaneamente à destruição da língua africana, impuseram a língua portuguesa. Com essa violência a mais, visaram atingir os fundamentos do espírito africano, obliterando sua história e sua memória” (NASCIMENTO, 2019).

Essa divisão entre o sujeito africano e sua linguagem deixou marcas profundas na subjetividade brasileira e os processos de aquilombamento referidos por Nascimento fizeram e fazem parte do confronto. Seja diante de linguagens perdidas, da cultura marginalizada, de uma realidade econômica cerceada, de liberdades aprisionadas, o quilombismo recupera a memória da ancestralidade, das relações comunitárias de comunicação e solidariedade e de oralidade, uma vez que, para o africano, “não se concebia a palavra inerte e apenas descritiva: pois em si mesma era movimento e ação” (NASCIMENTO, 201, 129). Através das cosmovisões afro-brasileiras onde o batuque, a macumba, o candomblé, o toque de tambor, a dança, elementos de articulações políticas, também há na apropriação da língua colonizadora o que dá continuidade à organização das comunidades negras em torno de suas demandas, tomando territórios devassados como as redes sociais.

Na trajetória singular de Beatriz Nascimento, por sua vez, como rememora Alex Ratts, “mulher, negra, nordestina, migrante, professora, historiadora, poeta, ativista, pensadora” (RATTS, 2006, p. 33), percebe-se o quanto essa temática de quilombo esteve presente em suas pesquisas, que de fato se aquilombou com Abdias do Nascimento e outras/os intelectuais negras/os. Entendeu-se Atlântica, fluindo rios e mares, trouxe o quilombo para dentro de problematizações acadêmicas. Ela traz uma definição bastante profícua para essa discussão: “na raiz de todos os quilombos, existe uma procura espacial do homem que se relaciona com muitas questões discutidas atualmente” (1989, apud RATTS, 2006, p. 59). Aquilombar como sinônimo de movimento-ação negra.

Assim como Beatriz Nascimento, as acadêmicas negras que fazem parte desta pesquisa têm colocado seus trabalhos, suas reflexões em redes sociais e (re)fazem o percurso atlântico de si, compartilhando como podem, mesmo quando encurtadas pelo alcance e pelo racismo algorítmico, podem atuar em comunidade quilomba de mulheres negras, em intenso debate público sobre formas de justiça social. Através da ação de observar o mundo, a partir da qual situo a perspectiva de *outsider within* para pensar a autodefinição, este modo de manter um olho no peixe, outro no gato, um fenômeno que Patricia Hill Collins vai descrever como “dupla consciência”, ressignificando o conceito de W. E. B. Du Bois. No pensamento feminista negro, tal fenômeno ocorre ao se tornarem, pelas relações de opressão, excelentes observadoras da linguagem da binarização, dos componentes sociais e as contrapartidas oposicionais (bem, mal; verdadeiro, falso; branco, negro; homem, mulher; heterossexual, homossexual), que se sobrepõem à outra. Ao refletirem sobre sua posição no mundo, como *outsiders within* acabam por constituir um ponto de vista especializado em que enxergam seus próprios problemas e os problemas de outros grupos sociais e, ao perderem o medo de expressar o que pensam, constroem crítica social radical.

Como nada é de graça nessa lógica binária, a contrapartida dos procedimentos refinados de imagens de controle para mulheres negras, as retratam como um problema para o estado, dentro de uma matriz de dominação específica. No Brasil poder-se-ia dizer que a matriz de dominação se inscreve através do mito da democracia racial. Nele, as mulheres negras serão impactadas com a hipersexualização e subalternização. A telenovela e as propagandas brasileiras ajudaram a construir diversas imagens de controle. As redes que transmitiam essas imagens, como a TV Globo, cresceram diante de um público alienado no desejo de brancura e de ascensão social. Nessa dinâmica televisiva e propagandista, mulheres brancas foram imagetivamente controladas como sinhás, mulheres politizadas, empresárias, dondocas, trabalhadoras ativas, protagonistas. Já as mulheres negras, pejorativamente retratadas constantemente como empregadas domésticas, babás, mulheres de traficante, prostitutas, mulatas de escolas de samba, subalternas. Rosane Borges, sobre representação midiática do negro e da mulher negra aborda, entre

outros pontos, a TV e como repercute um sistema articulado para reforçar a estrutura racista:

“No caso em tela, essa articulação vincula-se, remotamente, aos pilares do racismo, à dimensão corpórea como elemento distintivo entre um eu civilizado e o outro bárbaro, o que nos faz concordar com teóricos, a exemplo de Robert Stam, que avalia as imagens da mídia como preservadoras de uma concepção colonialista e eurocêntrica que não cessou de fornecer os elementos para a representação dos grupos historicamente discriminados” (BORGES, 2012, p. 188).

Ao se investirem da ousadia de erguer a voz (hooks, 2019a) dizem o que a branquitude pretende manter em silêncio (KILOMBA, 2019), bem como sobre os problemas de suas próprias comunidades. O ponto de vista de quem vem da “periferia” ao “centro” (KILOMBA, 2019). Tal empreendimento cria a demanda de fortalecimento para essas mulheres, e até mesmo a construção e fortalecimento coletivos de uma organização política para que possamos continuar mantendo nossas vozes erguidas. Mantendo, nesse sentido, nossos interesses voltados para o que acontece com diversas minorias, inclusive no mundo.

1.2. Organização política

Mulheres negras se organizam enquanto movimento por questões de especificidades que não estiveram e ainda não estão a ser contempladas por si só nos movimentos de mulheres e nos movimentos negros. Tanto por causa do racismo como do machismo dentro dos movimentos sociais, mulheres negras foram levadas a reivindicar ter suas vozes e suas histórias consideradas. Patricia Hill Collins situa diversas teóricas do feminismo negro que

“Tomando uma postura implicitamente interseccional em relação à emancipação de mulheres afro-americanas, mulheres afro-americanas de diversas perspectivas políticas apresentaram ensaios provocativos sobre como as mulheres negras nunca ganhariam sua liberdade sem perceber sua raça, classe e gênero” (COLLINS, 2017, p. 9).

Convém aqui nos deter, ainda que brevemente, nas circunstâncias que levaram a uma organização política de mulheres negras. Diversas autoras informaram que mulheres de cor têm sido, ao longo da história, as pessoas que mais sofreram e ainda sofrem discriminação. O conceito de interseccionalidade se coloca como uma importante ferramenta para esse debate. Conceitualizar ferramenta importa aqui para que a gente possa entender como a interseccionalidade funciona. Para facilitar uma atividade, uma tarefa ou o entendimento de uma situação social, são necessários instrumentos. Assim como uma caixa de ferramentas de alguém que trabalha com mecânica, onde se encontram martelo, pregos, chaves de fenda, etc., a interseccionalidade funciona, ajuda a colocar em evidência, quais são os problemas enfrentados por grupos sociais distintos para que possamos encontrar soluções. Desenvolvendo esse conceito para o contexto brasileiro, utilizo uma afirmação de Lélia González, que além de trabalhar com noções de que somos um país multiétnico, também cunha o termo *amefricanidade* em “que próprio termo nos permite ultrapassar limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa arte do mundo onde ela se manifesta: A AMÉRICA e como um todo (Sul, Central, Norte e Insular)” (GONZÁLEZ, 1988, p. 76).

Problematizando essa mistura que resulta na amefricanidade e que dá contorno para além da ideia de Americanos e Latinos como os estadunidenses preferem caracterizar, insiste que indígenas, africanos e europeus, onde estes últimos tiveram também misturas através das invasões mouras, resultamos nessa presença multicultural e multiétnica. Analisa também como as amefricanas e ameríndias foram sobrecarregadas com a violência patriarcal e racista em diversos âmbitos. Desse modo, as articulações aprofundam as desigualdades sociais. Nas palavras dela,

“É importante insistir que no quadro das profundas desigualdades raciais existentes no continente, se inscreve, e muito bem articulada, a desigualdade sexual. Trata-se de uma discriminação em dobro para com as mulheres não-brancas da região: as amefricanas e as ameríndias. O duplo caráter da sua condição biológica – racial e sexual – faz com que elas sejam as mulheres mais oprimidas e exploradas de uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente. Justamente porque este sistema transforma as diferenças em desigualdades, a discriminação que elas sofrem assume um caráter triplo, dada sua posição de classe, ameríndias e amefricanas fazem parte, na sua grande maioria, do proletariado afrolatinoamericano” (GONZÁLEZ, 2011, p. 17).

Ainda que na época da formulação de Lélia González não estivessem bem desenvolvidas as discussões LGBTTQIA+, devemos também fazer a compreensão de que as experiências uma vez aprofundadas pelos marcadores sociais como classe social, raça, gênero, condições de cidadania, imprimem modos de opressão distintos e é disso que trata a ferramenta da interseccionalidade. Também para entender que existem diferenças mesmo intragrupos, como defende Kimberlé Crenshaw (2002). Ela aponta que a discriminação racial que atinge mais diretamente aos homens, significa que mulheres são atingidas pelo racismo de modos diferentes. O mesmo podemos pensar sobre mulheres cis e mulheres transexuais, ou até mesmo de mulheres transexuais brancas e transexuais negras, e assim por diante. Importa o caráter distintivo das opressões.

Quando mulheres negras reivindicam justiça social, elas necessitam organizar-se politicamente, pois se o âmbito doméstico as marginaliza – a maioria das mulheres negras desde o período escravocrata até hoje são as que

mais realizam trabalho doméstico ou relativos à exploração sexual –, que se dirá dos espaços públicos. Desse modo, Lélia González, que se reivindicou feminista em uma época em que mulheres brasileiras brancas estavam debatendo igualdade de direitos para as mulheres, mas não incluíam a pauta racial, também falou de amefricanidade. E se por outro lado, no movimento negro, os debates sobre as questões que oprimiam mulheres não estavam sendo discutidas com a urgência que carecia, ela enunciava que “nossos companheiros de movimentos reproduzem as práticas sexistas do patriarcado dominante e tratam de excluir-nos dos espaços de decisão do movimento”. Como saída, apontava que “nossa alternativa em termos de MM [Movimento de Mulheres] foi a de organizar-nos como grupos étnicos. E, na medida em que lutamos em duas frentes, estamos contribuindo para o avanço tanto dos ME [Movimentos Étnicos] como do MM (vice-versa, evidentemente)” (GONZÁLEZ, 1988, p. 18).

“Eu consigo utilizar o espaço da sala de aula para fazer isso, mas nas minhas redes não. Então todos os meus alunos e os meus próprios colegas dentro da escola, todo mundo sabe muito claro meu posicionamento, mas eu não preciso que ele esteja lá no lugar que ele vai ficar fixado, ele vai chegar a mais gente, que pode chegar à uma coordenação geral, alguma coisa assim, acho que eu acabo exercendo um ativismo muito fora das redes mesmo, mais dentro de sala de aula”. (Raisa Oyarzabal)

Um desafio das redes: refletir sobre os pontos ocultos, desidealizar esse lugar ciberativista de mulheres negras. Para começo de conversa, a organização política como uma demanda, coloca a necessidade de construirmos noções não disponibilizadas nas redes sociais, enquanto nos sentirmos diretamente ameaçadas. Raisa Oyarzabal é professora de História em escola da rede privada de ensino, feminista, participante do nosso pequeno Núcleo de Ciberativistas. Ela não seria o que se enquadraria como ciberativista. Mas ela faz uma crítica importante ao que estou problematizando e que não pode ficar de fora. A rede de que estou falando é uma rede de mulheres negras, sobretudo. O que é ciberativismo é um braço do ativismo, então não considerá-la seria uma supressão: Raisa compôs a rede de ciberativistas, ela ia às nossas reuniões, lia conosco textos, refletia conosco. Irmã da Larissa Oyarzabal que também é

professora de Geografia da rede privada de ensino. Existe um laço ativista que está para além do ciberativismo, mas que conversa com. Na conversa que tivemos nós todas, Raisal se colocou como uma pessoa que prefere não se expressar muito nas redes. Isto porque pode ser vigiada pelos empregadores e gerar situações para ela que interfiram no desenvolvimento de seu trabalho. Me parece condizente com a realidade das opressões que uma professora de história negra seja alvo preferencial de represálias para sua dimensão educadora, tendo seu ativismo controlado, dentro da sala de aula e mesmo fora dela, embora todo mundo saiba “claro” seu posicionamento. Chama atenção a palavra claro, justamente porque o que está *claro* obscurece outros pontos.

Quando me deparei com essa constatação de que Raisal é uma professora, pensei logo em bell hooks e na educação libertadora que ela propõe inspirada em Paulo Freire (hooks, 2018). Embora não tenhamos podido ainda conversar sobre as limitações em torno dessa proposta de educação, pois não chegamos a desenvolver a questão da dificuldade de politizar alunos, podemos depreender algumas ideias, diante do cenário caótico em que o país se encontra, no qual o sucateamento da educação é uma realidade. Ainda que a sala de aula possa ser lugar de exercício de ativismo social para a formação de sujeitos críticos, essa mesma sala de aula, seja de escola pública ou privada, está narramarrada a um sistema de produção de subjetividade racista, sexista, classista, para maior agravo das dificuldades enfrentadas por trabalhadoras professoras negras e também trabalhadores professores negros.

Durante as ocupações nas escolas em 2015, momento em que a crítica ao modelo hierarquizado vigente nas instituições de ensino, estudantes estavam propondo a autogestão como alternativa. As redes sociais naquele momento serviram como ferramenta de divulgação das atividades culturais e educativas das ocupações, mas também como espaço de denúncia de abusos policiais, de perseguições a manifestantes. Em uma realidade de perseguição mais extrema, abro a especulação de como seria para uma professora negra propor um trabalho baseado em uma pedagogia libertária, onde a internet serviria de ferramenta política para engajamento de estudantes mesmo na rede privada, colocando brasa em ações antirracistas. Monto um espaço cênico, utópico, menos duro que o atual, de um ciberespaço irrigado para processos de descolonização, de desnaturalização das redes sociais que são fortes

produtoras de subjetividades despolitizadas. Penso em uma proposta educativa integrada que poderia funcionar como extensão à sala de aula em esforços antirracistas, com estudantes aliando teoria e prática, na qual diálogos em fóruns tecnológicos de debate sobre privilégio de raça, classe, gênero seriam possíveis, afirmando um paradigma de ensino *hi-tech* multiculturalista. Embora possível, resultaria em um enfrentamento ao modelo educacional vigente. Isso é apenas um exemplo para uma proposta de educação reformulada em fricção com usos cientes do funcionamento das redes sociais, gerando faísca para uma conjunção com estudantes de ensino fundamental e médio críticos. Não apenas operários do sistema, algo revolucionário. Mas a realidade que enfrentamos é a de que “infinitas vezes, os esforços das mulheres negras de falar, quebrar o silêncio e engajar-se em debates políticos progressistas radicais enfrentam oposição” (hooks, 2018, p. 95).

Na gestão de extremistas da direita, supremacistas brancos, desde o golpe ao governo de Dilma Rousseff em 2016 ao presente momento, deputados, senadores, juízes, entre outros operadores do direito, fanáticos a favor da escola sem partido como uma forma de manter a população longe das teorias críticas, evidencia-se a demonização de uma pedagogia libertária nas redes sociais. Para tais lógicas, o modo de governar semeia notícias falsas, investe em afetos dessensibilizados, põe o chauvinismo em vidro de conservante. Se Paulo Freire tem sido o pária predileto, como uma personagem a ser demonizada por fanáticos fundamentalistas, imagina a teoria feminista como a proposta por bell hooks em escolas pensando redes sociais?

Apesar de vivermos na era das tecnologias digitais, professoras negras se mantêm aprisionadas em uma relação empregador-empregada, então as redes sociais poderão ser utilizadas da forma como entendem que é mais seguro para si mesmas, para que continuem provocando, mesmo que minimamente, seus alunos. Não será uma simples tarefa o ativismo que mulheres negras façam: seja onde for, sempre haverá obstáculos. E como aponta Sylvia Debossan Moretzsohn sobre rede social de um modo mais amplo,

“Todas essas observações são feitas com o objetivo de relativizar a euforia com a grande rede. Não se trata, é claro, de desconhecer o seu potencial agregador e facilitador da comunicação entre as pessoas, mas é fundamental não se

deixar seduzir pelo discurso triunfalista que tradicionalmente acompanha as novidades tecnológicas.” (MORETZSOHN, 2012, p. 322)

A internet, como lugar público, nunca equivale como espaço seguro para nós e esse é um limite importante sobre o qual Raisa Oyarzabal nos abre um alerta, partindo da perspectiva do trabalho. A depender do empregador, o posicionamento político de mulheres negras potencialmente contestador gera produtos. Um deles é a supressão do pensamento quando ameaça seu trabalho, atividade social que viabiliza emancipação econômica. Não que o trabalho em si ofereça empoderamento, uma vez que emancipação econômica não o garante. Pelo contrário, se assim fosse, mulheres negras estariam posicionadas como governantes, líderes de estado, sobretudo quando trabalho é um dos temas mais debatidos pela teoria feminista como um todo.

“a pessoa que vai me contratar, nas redes sociais acontece isso, a pessoa vai procurar minhas redes sociais e aí a pessoa vai achar o meu Twitter e não vai me contratar, entendeu? Tipo não vai me contratar. Imagina! Olha as coisas que eu escrevo no Twitter!” (Winnie Bueno)

Especialmente a pauta trabalho foi precursora de separação de gênero, ou seja, entre mulheres negras e homens negros, entre mulheres negras e brancas, e ainda mais, entre mulheres negras e homens brancos. A reivindicação do trabalho como mote feminista e dos movimentos de base operária, foi e continua sendo um tema bastante controverso para as mulheres negras, em que as formas como foi debatido as situou enquanto não mulheres e não homens, fora do escopo de preocupação e desde onde dificilmente se sentiram representadas. Elas precisaram (e precisam) demonstrar, por dentro dos movimentos sociais, que a classe operária tinha gênero, raça e classe. Assim como Lélia González no contexto brasileiro, Angela Davis (2016) faz uma ampla discussão sobre o movimento de mulheres nos EUA. Ela analisa movimento de mulheres negras, na “sua própria familiaridade com o racismo cotidiano da sociedade estadunidense [que] as vinculava muito mais às suas irmãs da classe trabalhadora do que a experiência do sexismo as vinculava às mulheres de classe média” (DAVIS, 2016, p. 135). Porém, em uma perspectiva interseccional,

ainda que ela não utilize esse termo, percebe-se que ela faz questão de narrar experiências tanto de mulheres negras e mulheres brancas, quando de mulheres negras com homens negros da classe trabalhadora. Assim ela descreve que “tanto as mulheres da classe trabalhadora quanto as mulheres negras estavam fundamentalmente unidas a seus companheiros pela exploração de classe e pela opressão racista, que não faziam discriminação de sexo” (DAVIS, 2016, p. 147).

No Brasil a preocupação com o emprego doméstico surgiu de empregadas domésticas, e estava e ainda está longe de ser central para o movimento de brancas como é para as pretas e pardas. Laudelina de Campos Melo, fundadora do primeiro sindicato de empregadas/os domésticas/os, ativa nos movimentos negros e feministas, faz jus a essa história de que o trabalho sempre foi um tema definitivo para negras:

“Ao falecer em 1991, aos 87 anos, dona Laudelina não viu concretizados muitos dos seus ideais para a classe de trabalhadoras domésticas e para a população negra, mas deixou um legado incontestável de luta antirracista e em prol da extensão dos direitos trabalhistas para o grupo social que vivencia mais cruamente os resquícios escravagistas em nosso país” (LIMA, 2018, p. 198)

As articulações precisam se situar em outros espaços que não apenas os virtuais. Esse modo consciente de fazer ciberativismo, faz parte de uma percepção sobre continuidade do trabalho reflexivo nas redes. A não divulgação do pensamento por completo podem disseminar articulações anteriores às redes. Quer dizer, se organizar para estar em um campo de guerra para individualmente não ser massacrada. Posicionamento crítico através da familiaridade com o pensamento compartilhado por diversas mulheres negras posicionadas, não como o que salvaguarda estabilidade nas redes, mas no mínimo uma ideia coletivizada das muitas formas de desmantelamento das expressões das nossas vivências e como isso pode ecoar na nossa mobilidade social.

Nossa presença na internet facilmente vira entretenimento, circunstancialmente, mobiliza políticas de ódio. Obstáculos como demissão, cancelamento, silenciamento, se mostram como resultantes dessas políticas.

Nos mantêm acordadas para outras formas de violação de direito de expressão como, por exemplo, os ataques virtuais que não são apenas os xingamentos de pessoas que se sentem encorajadas ao se esconderem atrás de suas máquinas, mas que se tratam de represálias que se pode sofrer fora da internet. É pertinente não fetichizar o uso das redes, compreender as tentativas de naturalização da servidão voluntária, ou seja, mais uma jornada de trabalho, dessa vez para redes que não nos proporcionam nem continuidade, nem segurança, nem proteção individual ao assumirmos nosso ponto de vista. Além disso, o direito de expressão tornou-se capturado, nossa atenção como mercadoria à venda em um sistema construído para nos dar, cada dia mais, a sensação de que estamos contribuindo para uma mudança no sistema. Torna-se cabal discernir que as redes sociais são construídas para o entretenimento para não virarmos, nós mesmas, o entretenimento dos outros.

“uma mina preta lá da periferia do não sei aonde, mostra ela de boaça com o namoradinho dela ou com alguém, de boas e de repente o cabelo dela é mais carapinha, o traço dela é mais... e isso aí já é uma gama racista chamando ela disso, daquilo e daquilo outro” (Rita Lende)

Então, se nossos corpos são averiguados nas redes sociais assim como são fora das redes, imagina se nossas reflexões não o serão também? Desde uma simples informação até as mais densas, podem virar uma grande bagunça para nossas vidas. O que não deve nos impedir de comunicar.

1.3. Produção de conteúdo

“Eu não repercuto conteúdo, eu produzo conteúdo e eu desenvolvi um projeto¹⁷ na rede social que não é necessariamente dependente dela, mas que funciona melhor, se amplia a partir dela. E eu acho que as redes são importantes, são interessantes para você conseguir estabelecer diálogos com outras mulheres negras e também pra você conseguir acompanhar a agenda do pensamento de mulheres negras fora do país. Isso pra mim é o lugar das redes que é fundamental, você consegue saber qual é a agenda do movimento de mulheres negras do Malawi no Twitter, você consegue saber o que é que as mulheres negras de Porto Rico estão pensando no Twitter, então as redes sociais como um lugar de diálogo diaspórico me parece muito interessante, é o que interessa na rede. Eu produzo conteúdo, desenvolvo um projeto e amplio meu conhecimento muito a partir dessa possibilidade de estabelecer diálogos diaspóricos a partir da internet. Isso é um ganho fundamental, você tem ferramentas ali importantes que você consegue acompanhar debates que estão acontecendo agora, tu não precisa esperar chegar [aqui] esse debate, entende? então acompanho aquilo que está acontecendo no momento, conhecer as experiências ativistas de outras mulheres em outros lugares com outros contextos é um uma coisa importante das redes sociais”. (Winnie Bueno)

Winnie Bueno é minha querida prima-irmã. Mas independente disto, é uma das intelectuais e ciberativistas negras mais consistentes do nosso tempo, junto com outros nomes como Stephanie Borges¹⁸, Suzane Jardim¹⁹, Charô Nunes e Larissa Santiago²⁰, entre outras brilhantes. O que faz Winnie, que se apresenta como lyalorixá, feminista e acadêmica que conecta pessoas através de livros, dizer que não repercute conteúdo, e sim que o produz? Quais as diferenças entre repercussão e produção? Fiquei me perguntando quando ela respondeu isso. Não a interrompi, pois é importante escutar uma fala inteira, ou

¹⁷ Winnieteca, um projeto que surgiu de uma ação organizada por Winnie Bueno no Twitter, que tinha primeiramente o apelido de “Tinder dos Livros”. A proposta inicial de conectar pessoas através de doação de livros, com intuito de promover uma ação antirracista no mês de novembro, para além do dia da Consciência Negra, repercutiu naquela rede social, de modo a se transformar em uma plataforma apoiada pelo Instituto Geledés, Twitter Brasil e pela vontade das pessoas de mudar a realidade social em que pessoas negras encontram maior dificuldade na aquisição livros.

¹⁸ Jornalista, poeta e tradutora brasileira.

¹⁹ Historiadora, mestranda em Ciências Humanas e Sociais, educadora em questões étnico raciais.

²⁰ Charô Nunes, comunicadora, formada em Arquitetura e Urbanismo, feminista. Larissa Santiago é publicitária por formação e uma das coordenadoras do site Blogueiras Negras.

como se diz, ler um livro todo para depois emitir opinião sobre ele. Metáforas são boas para nos ajudar a compreender/desencadear ideias: para ler livros se faz necessário e urgente democratizar o acesso a este bem cultural. Desse modo, acredito que além de produzir, Winnie repercute muito bem, como um beija-flor polinizando flores²¹ que mais adiante resultarão em bons frutos. Mergulhando nessa leitura sobre socialização na internet, precisei buscar a definição das duas palavras por ela mencionadas – repercutir e produzir – para começar a entender o que em um primeiro momento pareceu óbvio, é a autodefinição de como Winnie age na internet. E ainda, repercussão e produção são palavras distintas para ações distintas. Repercutir, tem o significado de reproduzir, ecoar, repetir, reenviar uma mensagem. Talvez porque produzir, na linguagem das redes, queira dizer criar algo que ainda não existe, um lance autoral, um ponto de partida externo ao algoritmo, neste caso, um projeto desde o qual sua experiência de mulher-leitora seja considerada, de modo a desejar replicar para outras vidas, em que mais pessoas lendo livros interessa muito. Percebe-se o quão necessário é facilitar a aquisição, e isso vai se dar através de uma lógica antirracista, considerando que comprar livros não está dentro do orçamento familiar de muitas brasileiras e brasileiros. Outro ponto é tomar a luta antirracista como central, pois, embora, no Brasil, a desigualdade social atinja pessoas brancas e negras, a maioria da população pobre é negra. Esse dado estatístico se torna relevante para pensar a construção de políticas de reparação às mazelas do racismo e então criar soluções para este impasse, além de colocar em regime de visibilidade o fato de que o que impede pessoas negras de ter livros são problemas estruturais.

Do ponto de vista psicológico social e institucional, perspectiva da qual narramarro minha visão sobre a ação de Winnie, aquilo que ela nega fazer em termos de repercussão, afirma em produção, reivindicando uma produção de subjetividade antirracista, não apenas via produção de conteúdo constrangedor²² às pessoas brancas para que façam algo com seus privilégios, sejam eles

²¹ Jogo de palavras com a palavra inglesa *tweet* que em português significa “pio de passarinho” e com o ícone da rede.

²² Grada Kilomba (2019), explica os cinco mecanismos de defesa do ego pelos quais passa o sujeito branco, propostos por Paul Gilroy, quais sejam: negação, culpa, vergonha, reconhecimento e reparação. A vergonha, como “medo do ridículo”, ou seja, “quando o indivíduo falha em atingir um ideal de comportamento estabelecido por si mesma/o”, o ser provocado o sujeito se pergunta diante do outro negro, percebe-se como privilegiado e entra em conflito.

econômicos ou sociais. Nas comunidades empobrecidas, livros são bens de difícil acesso. Se nelas a maioria é negra, lidaremos não apenas com a realidade social de que nesse cosmo há falta de livros, mas também com a constatação de que a falta de livros em determinados lugares diz muito sobre o racismo brasileiro.

No mesmo rumo, a escrita criativa é um espaço de importante de autodefinição para mulheres negras. Tanto que Collins situa esse espaço como o que proporciona visibilidade e expansão de suas ideias. A literatura e os estudos acadêmicos enquanto espaços de resistência e desde onde mulheres negras travam “um diálogo entre si para explorar assuntos até então considerados tabu”, e como “um campo emergente de ideias” (COLLINS, 2019, p. 199).

Como se pode construir um projeto de doação de livros a quem não tem acesso facilitado a livros como política antirracista? Essa constatação veio de algum lugar, supomos, de alguém para quem a escrita e a leitura são bens preciosos. Ler e escrever um dia já foi sinônimo de cidadania da qual pessoas negras foram excluídas por políticas de estado. Ter isso em vista conecta não apenas vidas, mas experiências. Veja bem, Dona Núbia, minha mãe, que hoje tem pouco mais de sessenta anos, na época de sua escolarização em um colégio de freiras em sua cidade natal, certa feita fazia uma prova para a qual mal tinha material escolar, teve-a confiscada pela professora-freira porque precisou pedir uma borracha emprestada para a única menina, também negra, que sentava ao seu lado. Estudar não foi fácil, e minha mãe aprendeu a ler como refúgio e invenção de novos mundos. Adulta, lia livros trocados com outras mulheres, cada uma trazia um livro diferente de uma mesma coleção de romances. Os livros que minha mãe obtinha geralmente eram doados ou comprados de segunda mão. Muitas mulheres negras construíram sonhos de serem amadas, desejadas, em redes de mão em mão de trocas de livros que nem sempre eram literatura brasileira. Se trata justamente de, por sermos brasileiras, podermos nos experimentar em uma relação além território, ainda mais quando vivemos a globalização da colonialidade e afirmamos uma realidade afrodiaspórica.

Nosso território de inscrição pode ser amplificado com as tecnologias. Desse modo, também cabe perguntar: à organização política de mulheres negras existe uma prescrição? Existe. Patricia Hill Collins fala de imagens de

controle e Lélia González, sobre produção de estereótipos São formulações dialógicas, a partir de seus contextos sociais, em experiências biopolíticas distintas. Contudo, nos ajudam a entender o tanto que se pensou antecipadamente sobre mulheres negras ao ponto de fixarem-nos em formas, em modos de existir que, na maioria das vezes, não correspondem com a realidade, mas que não deixam de criar barreiras à mobilidade social a partir de encomendas sobre o que deveríamos ou não falar, como escrever, dissertar, cantar, filmar, dançar, expor, trabalhar ou amar. Para cada forma de expressão, objetificações que sobredeterminam e controlam mulheres negras.

Em rede sociais, a produção de conteúdo, ou a sua repercussão, me levou a um debate sobre organização política de mulheres na internet. E por que situo como organização política? Mulheres negras em perspectivas autodefinidas, refutando imagens de controle e as sobredeterminações, podem disputar o controle de narrativa, inventando meios e jeitos de, por nós mesmas, inventar caminhos para reações.

“Eu me considero uma ciberativista, porque eu tento mostrar meu conhecimento sobre psicologia através das redes sociais e eu tento fazer com que esse conhecimento chegue a muitas pessoas através das redes. Eu gosto de falar sobre o que estudo, sobre coisas da mídia que me interessam, gosto de me colocar online, de ser uma presença online. Eu acho que isso é ser uma ciberativista” (Mara Gomes)

O controle de narrativa em busca da autodefinição e autovalorização, nos permite construir imaginários para nós mesmas e quem sabe para outras pessoas que não compartilham as mesmas características nem as mesmas vivências, mas que podem se beneficiar do pensamento localizado.

A subalternidade que enfrentamos é referida em ciências humanas e em algumas áreas da psicologia como o que se costuma chamar de subjetividade. O brasileiro se constitui subjetivamente a partir do racismo. Ao estarmos preocupadas em manter a perspectiva da autodefinição e em tentar garantir que ela possa acontecer, a busca por outros modos de ser, existir, pensar, de amar, de gozar, de sentir, estão no horizonte.

Muitos podem dizer que ficamos preocupadas com o que diz e pensa uma mulher preta do outro lado do mundo, enquanto as preocupações cotidianas demarcam situações sistêmicas de negligência parecem ser mais urgentes e próximas. Precisamente, diante de imposições, entender que demandas são as nossas e quais são as de outros grupos sociais é imprescindível. Podemos escolher, em alguma medida, sobre quais pautas queremos nos debruçar e produzir. Refletimos nossas urgências e que elas fazem parte de uma agenda em que as situações de vulnerabilização não se sobrepõem aos processos curativos, repercutem inclusive de relações extraterritoriais, internacionais. Um tema bastante debatido na Pós-graduação em Psicologia Social da UFRGS é justamente a micropolítica, então considerando que o que acontece do outro lado do mundo repercute, vibra intensidades dialógicas²³, especialmente em tempos de conectividade, por meio das fibras ópticas que atravessam oceanos, águas em que “a contaminação líquida do mar, envolveu tanto mistura quanto movimento” (Gilroy, p. 15, 2012).

Os efeitos da diáspora africana tanto são, em si, polifônicos que proliferaram e proliferam experiências negras pelos quatro continentes. A internet também nos faz flutuar em relações humanas, que não podem e não devem ser entendidas como iguais, muitas vezes sequer parecidas, mas partindo da complexidade e diversidade de vozes que se expressam e trazem suas demandas para as arenas da política. Se eu ou mais alguém desejamos algo também posso entender por que desejo esse algo e não apenas aceitar. Algo ou alguém me adicionou uma vontade, uma reflexão, uma interface, um querer não aleatório. A criação talvez possa se conciliar com a não aceitação de que estamos meramente capturadas, através de nossos dados pessoais²⁴ vendidos em leilões virtuais nessas plataformas digitais tão supostamente território de todo mundo e de ninguém ao mesmo tempo. Esse universo

²³ Ancoro-me na formulação de Collins (2019) que aposta na dialogia como processo de humanização. Não há, aponta ela, interesse de feministas negras em manter seu pensamento e suas formulações apenas para elas. Para que uma mudança possa ocorrer em termos políticos, as pessoas precisam nos ouvir, trocar experiências. bell hooks como educadora feminista corrobora essa tese quando imprime esforços para que sua dinâmica de ensino seja fortalecida pela voz de diferentes atores sociais (hooks, 2017).

²⁴ Sérgio Amadeu Silveira (Padilha & Facioli, 2020) faz uma importante análise sobre o colonialismo tecnológico, a partir do contexto pandêmico de Coronavírus que se desencadeou em 2020. Discute, entre outras informações, sobre os interesses de grandes corporações naquilo que é (re)produzido nas redes sociais, nos sites de busca como a Google, de modo a “modular e prever ações futuras de indivíduos” para a oferta de produtos, de modos de controle social, relacionando a biopolítica de Foucault e a sociedade de controle de Deleuze. Essas informações capturam identidades de modo cada vez mais preciso, através da dataficação.

cibercultural nos provoca sonhos, fantasias e pesadelos. Entender como o desejo flutua em muitas direções torna nossas perspectivas mais proprietárias de um caleidoscópio para a percepção de nós como sujeitas cosmopolitas e,

“esta abordagem cosmopolita nos leva necessariamente não só à terra, onde encontramos o solo especial no qual se diz que as culturas nacionais tem suas raízes, mas ao mar e à vida marítima, que se movimenta e que cruza o oceano Atlântico, fazendo surgir culturas planetárias mais fluidas e menos fixas.”
(Gilroy, 2012, p. 15)

O Atlântico é também campo de guerra. Ali se misturou suor e sangue de gente africana escravizada, nesse mesmo território em profunda e nunca terminada exploração, também passam as fibras óticas que distribuem sinais de internet mundo à fora. Imensos e uma infinidade de cabos, códigos binários retransmitidos desde o fundo do oceano influenciando, moldando o modo como estamos existindo na face da terra. Os lugares de diferenciação entre quem produz ou quem repassa informações adiante para pensar ativismo de mulheres negras é um ponto nevrálgico dessa discussão, porque são reveladores de como mulheres afrodiaspóricas se movimentam na internet e que tem se conectado através das redes.

“Esse convívio que a gente está tendo de conversar, de saber o que a outra tem a dizer a partir das vivências dela e ao mesmo tempo de tirar nós pretas dessa caixinha da universalização das mulheres negras. Então, quer dizer que porque tu é uma mulher preta sofre isso? Não, mas eu sou uma mulher preta, mas assim como eu, como nossos traços eles são outros, diferente de uma mina que tem um traço mais negroide, diferente da gorda, diferente disso, diferente daquilo, então são vários recortes. A universalização que brota na gente é a questão da militância mesmo, quando a gente é consciente desse lugar na sociedade, consciente dessa estrutura, essa instituição ocidentalizada, racista, homofóbica, xenófoba e enfim, trazendo toda essa gama que faz com que reduza os nossos saberes, os nossos conhecimentos que são notórios, então a gente começa a pensar como a gente pode descolonizar esse conhecimento, esse saber, pensando nessas plataformas, nas redes sociais, na questão do ciberativismo.” (Rita Lende)

Acompanhar o percurso para ampliar a noção de justiça social envolve pensar as especificidades que se dão nessa diáspora, aquilo que acontece não apenas do outro lado do mundo, mas aqui no Brasil, com mulheres nordestinas, gaúchas, sudestinas... a rede que acontece, apesar das tentativas de captura. A articulação de mulheres negras acontece desde muito antes do surgimento dessas tecnologias digitais contemporâneas. Estas nos servem para desenvolver *“um projeto na rede social que não é necessariamente dependente dela, mas que funciona melhor, se amplia a partir dela”*. Em uma releitura, também é um projeto de rede social que funciona e se amplia a partir e para além dela. Nesse ponto de vista, trafega nas redes sociais uma forma de organização política de mulheres negras.

1.4. Enfrentamento ao ódio

Irimara Gomes, em seu período de graduação em psicologia, tinha uma página no Facebook chamada “A Mulher Negra e o Feminismo”. Sua conta foi alvo de *hackers* e cancelada por denúncias de que o conteúdo que produzia era racista. Não houve jeito de recuperar o que foi perdido, eu sinto muito que isso tenha acontecido. Uma parte de mim fica com a constatação de que o mundo é perverso e violento para com mulheres negras, mas cair no engodo do sistema binário de bom e mau fortalece a desarticulação. Todas as situações, mesmo as mais difíceis podem trazer aprendizados. O racismo, o sexismo ou a subalternização são formas como o ódio se expressa e tem força de devastação. Como elemento presente em nossa sociedade, o ódio precisa ser enfrentado, e nós mesmas/os nos reinventarmos diante dele. Embora os ataques de grupos de ódio sejam incansáveis, a desmotivação nos paralisa quando nos deixamos invadir por sentimentos de perda, o que diminui nossa vontade de potência²⁵. É comum que grupos oprimidos como mulheres negras se desencorajem de seguir produzindo por conta desses ataques direcionais, com pouca ou nenhuma resolução por parte das organizações.

“Eu meio que apaguei um pouco de como foi, do que exatamente aconteceu, lembro mais ou menos de que foi um cara que tinha sido denunciado por alguma coisa e eu não lembro o que era, uma questão racial, mas não lembro o que ele fez de fato. Eu denunciei, e ele tinha uma rede de muitos homens brancos que eram hackers, eles conseguiram quebrar a página, porque foram de monte denunciando e sempre que a página voltava, eles denunciavam de novo e caía de novo. Foi uma coisa muito ruim porque eu não gosto de injustiça, fico muito mal com injustiça, fico muito irritada e quero fazer alguma coisa. E

²⁵ Acredito ser possível aproximar essa expressão “vontade de potência” do conceito homônimo de Nietzsche, ainda que sua teorização possamos encontrar racismo e sexismo epistemológico. No entanto, a vontade de potência está, para ele, relacionada à própria vida, o que na presente discussão é interessante. Para ele a vida é em si vontade de potência. Não está relacionada apenas com o caráter humano, mas com as coisas do mundo. Araldi afirma que “o Nietzsche ‘terapêutico’, preocupado em superar a ausência de sentido, propõe uma vertente afirmativa, segundo a qual as avaliações perspectivistas humanas são fixadas na vida, a saber, no mundo da vontade de potência, para além da verdade e mentira das interpretações anteriores” (Clademir Luís Araldi, 2012, p. 110). “Toda força atuante do mundo é ‘feito de vontade’, ou seja, da vontade de potência” (Clademir Luís Araldi, 2012, p. 110), o que pode também ser bastante problemático visto que a relação de dominação, da relação senhor/escravo está naturalizada. Implica fazermos essa desnaturalização e criarmos diálogos onde o conceito nos ajuda a pensar a vida como plena, apesar das forças antagônicas que nos impedem potências criativas.

me senti de braços atados, porque o Facebook não escutou, ninguém escutou e ficou por isso mesmo. Então fiquei muito triste, desmotivada, bem desmotivada, porque depois do que aconteceu demorei uns anos para me colocar online de novo, duvidei muito do meu trabalho também, sobre o que estava fazendo, se estava fazendo certo, se não estava fazendo certo. Foi bem traumatizante nesse sentido porque me barrou de ser eu mesma. Me conteve num momento em que estava conseguindo muita visibilidade, eu estava bem visível. Mas hoje vejo como uma coisa boa, porque não era aquele momento para mim, para ter a visibilidade que estava tendo. E não queria ter aquela visibilidade naquele momento, não estava pronta para ter aquela visibilidade. Estava no meio da faculdade e não ia conseguir me formar se ficasse em redes sociais, fazendo textos e falando de temas raciais porque também a militância é muito cansativa. Quando a gente se toma por ela acaba sendo drenada pela militância. E saber qual é o limite de quando devo parar, quando devo seguir, porque a demanda do outro é a minha, então preciso estar ali. Então para mim foi ruim ao mesmo tempo que foi bom porque eu não tinha um nível bom de amor-próprio e de autoconhecimento, então ia acabar sendo engolida por aquilo ao invés de me colocar naquilo, ao invés de ter um controle sobre aquilo, sobre aquelas pessoas que me seguiam. Ia mais deixar aquelas pessoas me controlarem do que controlar o meu trabalho. Então hoje vejo como uma coisa boa, mas também ruim porque foi meio traumatizante, porque foi violento, foi um corte total.” (Irimara Gomes)

Ao paralisarmos nossas vontades, consentimos o ódio se instalando dentro de nós e, deixando de assumir o quanto também sentimos ódio, o quanto estamos com raiva disso tudo, ao sofrer uma agressão, emerge a importante tarefa de compreender qual parte de nós ainda resiste, como esse ódio que por ora internalizamos pode ser usado ao nosso favor para criar novas formas de reação para modular nosso habitar no mundo: o que me é excessivo? Quando e como devo parar o que me traz mais sofrimento do que alento? Essa compreensão não será feita individualmente. Minha responsabilidade enquanto ser humano dentro de uma coletividade não é tornar o mundo melhor, isso seria uma tarefa impossível, mas melhorar a forma como me relaciono com esse mundo carregado de tanta agressividade como uma saída possível que nos garante continuidade. Mara é psicóloga e suas postagens no primeiro momento em que estive como ciberativista estudante de psicologia, andavam nas trilhas

do feminismo negro. Houve necessidade de uma parada para que pudesse voltar às redes sociais. Hoje em dia versa sobre psicanálise, saúde mental, sobre psicanálise e também sobre feminismo negro.

A psicologia que ela organiza, digitalizada, torna-se uma das esferas onde consegue trabalho, ao mesmo tempo que exerce sua influência sobre pessoas interessadas ou que passam a se interessar por aquilo que tem se convencido chamar de autocuidado. Através de ações como estas, muitas pessoas engajadas em fazer debates públicos sobre maneiras de prevenção em saúde mental trazem para o ambiente das redes essa temática que nos é tão cara enquanto população negra. Esta última é de longe a que mais sofre no campo da saúde, e aqui, específico, a saúde mental. É histórico que pessoas negras têm sido as que por mais tempo tiveram experiências de maus tratos em internações psiquiátricas e outros lugares institucionais que reproduziram e reproduzem sofrimento psíquico, exclusão, mesmo quando repensadas por políticas como a de humanização do Sistema Único de Saúde (SUS). Falar sobre saúde mental tem sido um tema urgente, com pouca resolutividade. Embora nosso sistema único de saúde seja extraordinário enquanto projeto, o mesmo tem muitas falhas, ou seja, como arena de disputa, exige que estejamos em constante alerta e militância para a permanência desta que é maior política pública desse país. Também nos faz necessitar que fiquemos, de certo modo, independentes dele, traçando formas próprias de cuidado e de prevenção. Além disso, uma clínica antirracista se faz necessária para que a população negra possa trazer nutrientes para uma cultura em que sua saúde mental seja priorizada, que o racismo seja reconhecido como estrutural e que os profissionais da saúde construam uma ética profissional baseada no antinegacionismo da branquitude.

É muito comum pessoas negras se queixarem de que o racismo foi relativizado por trabalhadoras/es da saúde que as atenderam. A negligência em saúde mental tem sido mais uma forma como o racismo, atravessado por intersecções, se atualiza. Portanto é uma questão interseccional de gênero, raça, classe, entre outros marcadores sociais da diferença.

Meu pai, hoje ancestral, por exemplo, foi um homem deprimido. Sua depressão era bastante sazonal, o que fazia com que em determinados períodos do ano ele precisasse passar por internações psiquiátricas. Funcionário público

por três décadas, costumávamos dizer que ele hibernava durante o inverno, descartando sua fragilidade emocional, portanto o quanto sua integridade física ficava constantemente abalada. Na época, eu não estranhava esse comportamento, apenas tratava como algo normal, sempre havia sido assim. Hoje consigo entender que muitas das suas frustrações envolviam não apenas aqueles problemas familiares comuns a muita gente, mas também histórias que não eram necessariamente reconhecidas como racistas concernentes ao ambiente de trabalho, na relação com os amigos, suas relações sociais como um todo atravessadas por problemas sociais estruturais. O fato de ser um homem negro inteligente com uma postura ativa, trazia muitos conflitos para ele. Sua relação com a espiritualidade, o que hoje entendo como um ponto crucial para a saúde da população negra, era atravessada por preceitos cristãos que por vezes esvaziavam a tradição de matriz africana que nos era familiar, entrava em conflito, rejeitava peremptoriamente. O acesso a uma rede de cuidado em saúde mental constantemente afetada por ser homem negro confrontado pelo sistema racista, patriarcal, impactava não apenas a ele, mas a toda a nossa família, maioria de mulheres negras.

O autocuidado como proposta político cultural de prevenção de adoecimento psíquico, de terapêuticas verdadeiramente inclusivas que pesem a complexidade das vidas de gente negra, quiçá alcance mais pessoas como meu pai, e que talvez essas pessoas deixem de perecer cedo de psicossomatizações. Em perspectivas autodefinidas, o confronto entra em outra roupagem, de modo que o empoderamento permite contestar aquilo que parece um dado categórico, fechado.

“Tu não pode falar de identidade porque não existe identidade na psicanálise, e de colocar o teu discurso sempre numa via da dúvida, porque tu não podes ser psicanalista como um homem branco pode ser psicanalista, um homem branco que fez uma formação na APPOA. Hoje mesmo vi uma live de um psicanalista branco falando sobre atendimento online e foi muito chata! Ele começa a live dizendo, ‘essa live não é pra psicólogos, essa live é pra psicanalistas, essa live não é pra pessoas comuns’, ele começa colocando essas pontuações. ‘É pra pessoas iguais a mim’, tipo, homens brancos, velhos, que leem Lacan e Freud. Colocar qualquer outra vivência que não é daquela clínica branca de homens brancos que leem Lacan e que usam a roupa igual e

usam pastinha, qualquer pessoa que vive fora disso, que pensa uma psicanálise diferente 'ai, não! Isso não é psicanálise!'" (Mara Gomes)

Ao discordar do taxativo categórico, pode existir enfrentamento, colocando o poder em exercício. O ciberativismo muitas vezes trata de exercer o poder de operar no caos, não de organizá-lo, mas desenvolvendo argumentação, de modo que o que será publicado nas redes como teorização, não aborda apenas uma apropriação daquilo que se estuda e compartilhamento para que outras pessoas possam se conectar, mas de experiências de vida que não estão dependendo da visibilidade, embora não seja negada a importância desta.

1.5. Tensionamentos de mulheres negras – reinscrição nas redes sociais

Existem muitas formas de estar nas redes, mas vou situar duas para começar. Escapar dos binarismos é sempre uma tarefa árdua, pois vivemos em uma sociedade que se incita à polarização. A primeira forma é o individualismo. A segunda é relativa à discussão coletiva de racialização, de enfrentamento às mais diversas formas de opressão. Conversando com mulheres que realizam ciberativismo, podemos perceber que essas duas ações podem andar juntas e podem ser bastante produtivas.

Sobre o individualismo, somos lidas como grupo homogêneo para a branquitude, naquele processo de *Outrificação* proposto por Grada Kilomba mencionado anteriormente, então cada vez que uma mulher negra se pronuncia na internet o reducionismo branco entende que há ali uma razão universal de mulheres negras sendo expressada. Negras que se destacam de alguma forma nas redes, são convidadas a essa suposta homogeneidade. Recusá-la faz parte do processo de autodefinição.

“não me coloco nem como blogueira, nem como ciberativista, nem como nada disso. É simplesmente uma pessoa, uma preta, mulher, que tem uma conta no Instagram, e que é artista e que ao mesmo tempo divulga um pouco do trabalho, divulga seu lugar de fala enquanto uma Iyawô de um terreiro e também não só do ser uma Iyawô do terreiro, mas meu trabalho artístico, meu trabalho acadêmico, ele pauta a partir desse princípio civilizatório de ancestralidade. Não só isso, divulga um pouco da minha intelectualidade enquanto uma preta acadêmica, então vou fazendo esse misto de coisas, e agora eu estava com essa ideia de falar da sexualidade da mulher negra através da plataforma que eu tenho que se chama Baskula, que é uma plataforma antirracista em dança e da descolonização do quadril e da sexualidade.” (Rita Lende)

Rita Lende em um evento organizado pelas Blogueiras Negras junto ao Núcleo de Ciberativistas do Rio Grande do Sul, onde propomos abrir um debate aberto na biblioteca do Instituto de Psicologia da UFRGS com a temática *Liberdade na internet: o discurso de ódio e seu impacto na ação das minorias*

silenciadas. O encontro sugerido pelas Blogueiras Negras, inspirado na formulação de Lélia González sobre o silenciamento racista e sexista sofrido por mulheres negras e que não apenas desarticulam movimentos de resistência, mas também resultam na desistência do ativismo, enfraquecendo até mesmo a vitalidade dessa mulher nos mais diversos campos. O debate contou com a participação da comunidade acadêmica e a partir desse encontro que foi considerado por nós um sucesso, em que as pessoas se envolveram, pessoas negras, especialmente mulheres, se sentiram confortáveis para partilhar suas vivências, e nessa atividade Rita Lende trouxe suas questões relativas ao uso das redes. Fiquei curiosa para saber um pouco mais do percurso de Rita e sua relação com o ciberativismo enquanto preta acadêmica, provinda da formação em Dança, com experiência como artista.

Ao conversar com ela fico sabendo mais da intervenção no Instagram, a plataforma Báskula, na qual propõe a descolonização do pensamento ocidentalizado a partir do seu corpo de mulher negra, acadêmica e, também, lyawô produzindo conteúdo – imagem, vídeo, texto –, articulando a expansão do corpo, “a descolonização do quadril como lugar sensível para a mulher negra”, nas palavras dela. Procura academicamente através desta plataforma fazer um resgate do histórico de violações sofridas desde o processo de escravização até a violência misógina, ao mesmo tempo que critica o que mantém mulheres negras nas estatísticas de quem sofre um número elevado de violências sexuais, reivindica o movimento do quadril, a dança sensual, remetendo e convocando um imaginário africano que se dá pela musicalidade, pelo “axé como erotismo para além do folclore”, da hipersexualização, e do hiper tesão do homem branco nesse “olhar que nos confere” e nos coloniza. Como um primeiro tensionamento, Rita já se define não ciberativista, não feminista, mas como acadêmica, militante, que veio do movimento punk e do movimento anarquista, que compõe nas redes um ciberativismo para a produção científica – a plataforma é parte da sua pesquisa acadêmica –, informada pela teoria feminista com leituras de autoras comuns a nós duas, como Lélia González, Isildinha Baptista Nogueira, Oyeronke Oyewumi, bell hooks, Grada Kilomba. Rita é uma mulher impactante, uma voz marcante, expressão intensa e acolhedora. Posso afirmar que ela dança com as palavras e que fiz poucas perguntas, uma vez que ouvi-la é um encontro subversivo.

A perspectiva de luta de Rita Lende nas redes vai para um lugar interessante: ela pensa a bundalização das mulheres negras nas redes, principalmente as periféricas e que estão em uma condição de vulnerabilidade nas redes diferente de “irmãs” acadêmicas. As tecnologias, informa ela, são um fator de classe, não apenas por causa da rede de internet que é precária e não inclusiva, mas também que para se proteger dos ataques racistas e sexistas precisa entender como controlar a narrativa. Traz então o conhecimento, o saber como uma forma de humanização ao colocar uma imagem e dizer o que ela é, com um texto explicativo. A problematização da bunda, referida na amefricanidade proposta por Lélia Gonzalez, como uma parte do corpo hipersexualizada e ao mesmo tempo banalizada - e daí a bundalização, já que para González a bunda constitui não apenas fetiche, mas a linguística do brasileiro originária do kimbundo. Nesse sentido, para complexificar, Rita conversa com bell hooks a partir do texto “Vendendo uma buceta quente”.

A bell hooks tem esse capítulo no livro dela que achei bem interessante, que aí é o que fundamenta a minha pesquisa, que está indo pra outro discurso, outras discorrências, que é o capítulo quatro, em que ela diz, vendendo uma buceta quente, é a representação da sexualidade da mulher negra no mercado artístico cultural, então a gente vai pensar no Brasil aqui, o que é a mina preta de samba, da escola de samba, então a gente pensa essa hipersexualização da mina preta da escola de samba, ela se rotula, se reformula hoje em dia na hiperbundalização, a bundalização nas redes sociais através do funk. A nova mulata, a nova sexualização da mulher negra hoje em dia é esse pulso que tem na tela do celular, na cara da sociedade. Ao mesmo tempo que tem muitas mulheres que utilizam isso como uma ferramenta discursiva no sentido de reivindicação da liberdade desse corpo, da liberdade dessa movimentação, ao mesmo tempo que não, porque existe essa transferência daquele que assiste. A gente vai pensar agora a Grada Kilomba, por exemplo que faz essa questão da transferência do outro sobre o outro, ela faz essa ponte com Fanon, nessa visão do outro que nos confere. Então como que a gente pode largar mão dessa visão do outro que nos confere pra poder gerar essa relação de imanência e transcender a partir dela? Que a relação de imanência é essa relação de percepção de si mesma, essa relação de plenitude: agora estou plena, a gente nas redes sociais, ai agora estou plena na piscina, na beira da praia, comendo

um lanche, é a minha humanidade ali. Mas como a gente pode falar nessa humanidade no sentido criativo, no sentido também de questionar esse outro que nos confere. (Rita Lende)

A questão da hipersexualização da mulher negra nas redes, se encontra sendo problematizada a partir de políticas de brutalização, que nos reduz a pedaços de carne, como corpos disponíveis para olhar branco que deposita em nós uma sexualidade animalésca. A circulação da imagem da artista Inês Tânia Lima da Silva, conhecida como Inês Brasil, é um exemplo de como funciona: uma mulher negra que foi prostituída na Alemanha, como ela conta em algumas entrevistas, que passou a ganhar notoriedade quando tentou por diversas vezes entrar no programa de televisão Big Brother. Viralizou ao ser identificada como bizarra, cômica, mas especialmente, por depositarem nela o imaginário de uma sexualidade fora de controle. Inês Brasil, uma mulher que já passou por inúmeras agressões, tem seu trabalho ligado a essa hipersexualização. Se assim quisermos, podemos investigar o racismo e violência de gênero depositados nela, revelando quem faz questão de consumi-la pelo viés do grotesco, em quem o voyeurismo persiste. Há imagens de Inês Brasil trabalhando em mega festas dentro de uma jaula e a branquitude interagindo com ela animalizando-a, para divertimento e ostentação. Inúmeras vezes, nos permite lembrar de Sarah Bartmann, a Vênus Hotentote, uma africana que foi exibida como aberração em museus na Europa do século XIX.

“uma das principais características do tratamento dado às mulheres negras no século XIX era a exposição de seus corpos como objetos. No Sul pré-Guerra Civil, os homens brancos não precisavam de figuras pornográficas de mulheres porque podiam observar as mulheres negras nos leilões. (...) Sara Bartmann era exibida para entretenimento em festas da moda em Paris, quase sempre vestindo pouca roupa. Para o público, representava uma forma desviante de sexualidade” (COLLINS, 2019, p. 237)

Seu corpo não apenas violado, mas dissecado, mesmo após sua morte continuou a ser objeto de verificação (COLLINS, 2019). A Inês repercutida nas redes sociais pela branquitude é insistentemente desfigurada pela

desumanização. Seu corpo tomado como estranho, exótico, seu comportamento controlado para que fique na caixa da “panterona” selvagem. Mulheres brancas passarão por procedimentos de objetificação, pela indústria da pornografia, o que diz muito dessa relação de consumo numa construção do corpo feminino exposto ginecologicamente para a fantasia sexual do homem branco. Mas essa hipersexualização como parte da perspectiva branca como um todo, fratura a imagem da mulher negra como objeto de depósito sexual aviltante, corpo em que o estupro não é entendido como violência, mas como parte e merecedor por sua sexualidade bizarra.

As postagens de mulheres negras no campo da sexualidade encontram inúmeros empecilhos, desde a identificação de suas produções como pornográficas até a censura desse corpo com denúncias como conteúdo pornô. Sensibilizar usuários, seguidores para a humanização dessa sexualidade é uma tarefa colossal. Quando interajo com a plataforma Báskula ou outras páginas que identificam a sexualidade da mulher negra, consigo perceber nessas postagens o conteúdo didático, explicado em minúcias, cibermilitante, ciberativista, o que não necessariamente acontece em perfis de mulheres brancas, pois sua sensualidade é normalizada e tem como contraponto uma sexualidade genitalizada e anormalizada de mulheres negras.

Embora toda essa carga pesada, vontades não meramente sexuais de liberdade para experimentar nosso erotismo, falar sobre a sexualidade como coisa muito mais ampla, a partir de nossos corpos femininos negros, atualiza esse corpo para uma política do belo, do expansivo, e concordando com Rita, de desmistificação da nossa sexualidade numa perspectiva de cura, ao desdobrarmos fala sobre ela, ao nos apropriarmos discursivamente daquilo que queremos ser e nos retratar nesse campo do erotismo que nada mais é que amor. bell hooks tem um texto entusiasmante sobre o poder do erótico no processo pedagógico, onde ela afirma que não somos “espíritos desencarnados”, somos inteiras, mas a negação de nossos corpos impede a aprendizagem: “para compreender o lugar de Eros e do erotismo na sala de aula, temos de deixar de entender essas forças em termos sexuais, embora essa dimensão não deva ser negada” (hooks, 2017, p. 257). Dilatar educação para fora da sala de aula, mas também para além das imagens de controle que

também acontecem em redes sociais é uma problemática do movimento ciberativista de mulheres negras.

1.6. Mil tretas: eu treto, tu tretas, nós tretamos...

A internet cansa, desgasta, porque é muita treta. E se você não sabe o que é treta, vou tentar explicar: quando um tema não é consenso, quando há grandes divergências em torno de uma pauta qualquer, se alguém afirma que sua verdade é verdadeira e outra(s) contrapõe(m), a depender dos ânimos, dos engajamentos, da visibilidade de cada um, do tema em si, o assunto vai dar pano pra manga, resultar em brigas apaixonadas, agressões verbais, irresponsabilidade sobre o que se diz e violência gratuita, até mesmo com o desejo de que as pessoas cometam suicídio. Treta é um negócio muito sério ainda que relativizado e de inúmeras vezes ter potencial de ser engraçado, pois ver as pessoas tretarem gera entretenimento. O que não me concerne, isto é, não estar implicada com uma discussão, entendendo-a como um problema a ser resolvido, faz com que alguém aleatório sente no sofá e pegue a pipoca. Em sistema de pensamento esdrúxulo, jogar pimenta na ferida de outrem só para ver o que acontece. Podemos dizer que o ocidente produziu muito bem as figuras dos gladiadores, os quais lutavam até a morte para entreter um público que interagiu jogando qualquer porcaria para atizar o ódio e a rivalidade; seguimos reinventando o pão e o circo onde for oportuno.

Quando falo de internet, saliento que estou condensando nessa expressão plataformas de interação social, as redes sociais, especialmente Twitter, Facebook, Instagram que são as mais utilizadas no Brasil, independentemente da relação de pertencimento a um grupo étnico ou racial. Todavia, na internet o corpo como discurso afirmado, verbalizado, descrito, demonstrado, ganha sentido e materialidade. Corpos traduzidos em linguagem podem ser transformados em objetos de vitimização a depender do que representam no imaginário social, um imaginário antecipado. A vitimização daqueles que já são oprimidos pela sociedade acontece também a partir do sujeito que repercute, como é o caso de mulheres negras, em que na medida que se expõem individualmente, mesmo sem intenção, uma vez que o olhar do outro sobre a outra (Grada Kilomba) afere sentidos, o simbolismo alimenta o imaginário social que reforça imagens de controle.

“A gente está aqui com essa missão intelectual de refazer o pensamento, de fazer novas epistemes e isso que a gente está fazendo é um bom princípio, de estar trocando essas ideias, perceber essas barreiras, de tocar nesse assunto e assumir que isso é delicado, isso é difícil, que isso tá nessas camadas do psicológico, de vaidade, de ego, de medos e couraças. Porque sim, compartilhar o conhecimento, compartilhar o saber não vai nos matar como o genocídio nos mata. Isso é avanço contra o epistemicídio dos nossos saberes, isso é troca, isso não é nem sororidade e tampouco a dororidade que a gente já vive e sabe, e que também a dororidade também não é universal. A gente pensa que tipo, não, essa rede de irmandade, essa rede de elos, de parcerias, de escuta, ausculta de percepções, de narrativas, enfim, elas fazem parte dessa nossa troca evolutiva do conhecimento e do saber afrocentrado, negrocentrado, diaspórico, o que seja, para que a gente consiga reformular outras maneiras de pensar nossos corpos então, diante desse fator novo que é essa questão cibernética.” (Rita Lende)

Não se trata de negar as situações em que somos vítimas e dar visibilidade para isso, mas na internet o poder de captura de pautas e, portanto, de corpos, extremamente velozes na matemática das redes, a espontaneidade com que se expressa pode ser memetizado²⁶, perde-se o controle sobre a formulação individual. A liberdade de expressão também atua como uma ferramenta de captura, para além da nossa criatividade. Não seremos maduras o tempo todo, e a internet via de regra funciona como um brinquedo, um jogo, nem sempre como terreno de luta, de disputa política. Nem todo mundo tem as redes sociais da internet para isso – minha mãe tem uma expressão muito boa que eventualmente usa, de que não sou todo mundo, geralmente quando peço ou quando pedia por algo que “todo mundo” tem ou pode fazer. E de fato, não estamos maduras suficiente para viver nas redes. Quem está? Até ontem (figura de linguagem), à guisa de exemplo, eu nem era feminista, muitas das minhas companheiras pretas não éramos feministas, muitas ainda não o são e muitas nunca serão. E não se trata de dizer que feminismo é sinônimo de maturidade, mas que amadurecer o feminismo dentro de nós como um paradigma que não

²⁶ O fenômeno do meme é bem mais complexo e antigo do que explicarei aqui. À guisa de entendimento, nas redes sociais o meme é a repetição de uma informação ou imagem que se espalha com rapidez por meio de compartilhamento, algo que passa a ser reproduzida, imitada, copiada. Tornou-se fenômeno típico da internet, carrega humor, quase sempre longe do politicamente correto e muitas vezes são ofensivos.

está dado e que, portanto, não está sempre presente nas redes de mulheres pretas, o feminismo negro - que aviso, não é um desdobramento do feminismo canônico, pois um não está subordinado ao outro, e houve uma histórica supressão do pensamento de mulheres negras - é um grande desafio, pois ainda é distante de muitas de nós. Falar de poder e de como o feminismo versa sobre as relações de poder desde uma perspectiva de mulheres negras faz parte de uma discussão que não está necessariamente desenvolvida e organizada nas redes sociais de internet, sobretudo porque convivemos a cultura falaciosa da democracia racial no Brasil, em que os gêneros, também enfrentam barreiras para a formulação de um pensamento de maneira pública e acessível.

Pensar radicalmente sobre como não chegamos nem perto da acessibilidade, inclusive torna-se o próprio amadurecimento das teorias perspectivistas um desafio singular do nosso tempo de tecnologias digitais. Então, viver nas redes, apesar de exigir maturidade porque é um lugar de violência sistêmica, não é uma obrigação individual, mas uma proposta coletiva de socialização da crítica.

É naturalmente artificial ou artificialmente natural que faremos usos diversos das redes. Então, equivocadamente ou não, algumas de nós, ao fazermos uso do direito à individualidade que, repito, negado constantemente, faremos a reprodução do discurso da vitimização, produzindo sobre nós mesmas aquilo que tentamos combater. Toda vez que uma mulher negra se expressa denunciando a violência que sofre, seguidamente será considerada exagerada, mentirosa, barraqueira e uma gama de adjetivos pejorativos. Contudo, há nessa fórmula de expressar-se que garante visibilidade. Quanto mais uma mulher negra se automutila nas redes, mais ela é tornada fetiche da agência do ódio. Se duas mulheres negras discordam uma da outra publicamente, está organizado o circo de horrores.

A depender de como se mobiliza uma discussão e de quão embrenhadas estão nesse jogo, as redes não são apenas espaços para mudanças ideológicas, mas de modos de subjetivação. São campos minados por disputas de ego, onde uma não conhece a outra, mas que convoca o ódio, uma espécie de alienação da alteridade, se magoam profundamente, apenas para ganhar no argumento. bell hooks aponta em "Vivendo de Amor" (1993) que estamos feridos até a alma na arte de amar. Quando o amor não é produzido nas redes sociais o que fica

no lugar? A coisa fica muito feia e todos os dias pessoas trazendo para dentro das suas narrativas o adoecimento por causa das redes sociais. Mulheres negras usam o desabafo como formulação crítica, porém o desabafo de uma muitas vezes é alfinete para o corpo da outra. Isto porque não partimos de consensos, então a discordância pode ser orgânica.

Ocorre que não se trata apenas de disputa de narrativa, de discordâncias, mas também de performance. A internet também é um lugar para o divismo, o que requer compreender que este é uma das armadilhas para um movimento de mulheres negras na internet. Segundo Collins, nesses “novos lugares institucionais” é um perigo “a incapacidade de algumas ‘*superstars*’ negras de questionar os termos de sua participação nessas novas relações. Ofuscadas por suas autoproclamadas aspirações de divas do feminismo negro, elas sentem que não devem nada a ninguém, especialmente a outras mulheres negras” (COLLINS, 2019, p 91). Como lidamos com essa questão quando mulheres negras são constantemente invisibilizadas, mas que quando encontram espaço para ecoarem suas vozes reproduzem nas outras a mesma as violências opressivas que já são uma forma de silenciamento da intelectualidade de nós todas? Tem gente na internet transformando a própria vida num espetáculo justamente porque na internet tudo acontece de forma muito rápida. Há muitas mulheres negras na internet reforçando estereótipos, porque caímos nas nossas próprias contradições, a reprodução sobre nós mesmas das violências simbólicas de que os brancos são especialistas. Mulheres negras tretando na internet, dá muito pano pra manga. Esta pesquisa nasce do desconforto, como dito anteriormente, não só no sentido do ser mulher negra que carrega as dificuldades em relação aos estigmas sociais, mas porque a internet pode ser um ambiente de produção de hostilidade entre mulheres negras. Essa afirmação tomada para além da vergonha e do receio que pode nos causar, serve para produzir reflexão sobre como são as operações do racismo, do machismo, das diferenças de classe social, dos efeitos sobre nossas vidas, para estabelecermos referências para como nos sentimos e entender como funciona o jogo de ataque umas das outras pelo campo da crítica.

... [nós] brasileiras, [somos] influenciadas por uma série de fatores, então isso gera uma outra visão até de nós mesmas, de nós no sentido no individual ou

de nós na percepção da outra ou das nossas outras irmãs também. Então essa descolonização da visão do outro sobre o outro, eu adoro uma referência, aí a Grada Kilomba, ela traz essa questão dessa visão do outro sobre a gente, é difícil de desfazer esse olhar que nos coloniza. Então acho que pra desfazer isso só indo nesse caminho árduo mesmo que é colocar o corpo em ação, conhecimento na roda dos saberes mesmo e colocar o conhecimento mais uma vez reforçando... avançar contra o epistemicídio, e a gente perceber novas narrativas, novos saberes sobre nós mesmas. Mas pra isso, a gente tem que enfrentar o opressor, a gente tem que enfrentar o pensamento colonial, enfrentar nosso próprio pensamento diante disso, perceber que muitas vezes a gente reproduz esse pensamento mas também reconhecer que a gente tem esse pensamento engessado, refletindo sobre essa questão do pensamento ocidental eurocêntrico. Como a gente pode falar da Oyeronke a partir desse nosso lugar, por exemplo? Como a gente pode falar de mulheres de terreiro sendo que de repente a gente não é desse lugar? Como a gente pode falar de corpos racializados das indianas, das indígenas, que não tem essa mesma dororidade, essa mesma textura da dororidade de nós mulheres negras brasileiras do Sul, de Porto Alegre, do seu bairro, da sua família? (Rita Lende)

CAPÍTULO 2

Produção de subjetividade: reescrita, pelos conceitos autodefinição, autovalorização e *outsider within*

“Às vezes tu fica pensando, tá mas que mal que tem feminismo negro? O feminismo negro virou o vilão do mundo. Nossa, foi o feminismo negro que inventou o capitalismo, o feminismo negro que inventou todas as operações. E chega um momento que tu começa a questionar, até em termos de quase como se fosse uma coisa de democracia, então ah, mas tem mais gente que é mulherista, tem mais gente que é pan-africanista, será que o feminismo negro está certo?” (Larissa Oyarzabal)

Larissa Oyarzabal sintetiza muito bem a problemática, “tu começa a questionar” aquilo que já sabe: tanto se teme o feminismo negro que é necessário desarticular redes de mulheres para enfraquecê-lo, sobretudo porque de modo muito melindroso, a partir de uma agenda que está fora do escopo e das lentes colonizadoras, reivindica-se uma subjetividade independente das armadilhas da nomenclatura, ainda que seja necessária. Entendê-la a partir da noção de que pensamento e ação estão relacionados talvez ajude a entender qual a motivação. Muitas mulheres temem o feminismo negro, tanto brancas como negras. As primeiras, por motivos de racismo e reprodução de sexismo, têm dificuldade de se entender como opressoras. Os privilégios de raça sobressaem-se tornando mulheres negras subalternas enquanto as brancas seguem sendo as “patroas”, tanto ocupando melhores cargos e recebendo melhores salários, quanto contribuindo de manutenção para a racialização do mercado de trabalho em hierarquias do branco no topo e da negra na base da pirâmide social. As segundas porque muitas ainda acreditam que o feminismo negro está subordinado ao feminismo branco, um equívoco comum para quem não está acostumada a ver negras se autodefinindo feministas por existir nelas a dimensão de liberdade para escolher em que campo nomeiam suas lutas, mas também serve de reforço que o histórico de resistência de mulheres africanas que foram escravizadas, que lutaram pela construção da abolição e pós-abolição, poucas vezes buscaram nas brancas a superestimada sororidade. A

questão central de mulheres negras críticas e ativistas sempre esteve na justiça social. Mais doloroso, pela relação afetiva e muitas vezes consanguínea, com os homens negros, que como aponta bell hooks, transversalmente, precisam ser curados dos malefícios da masculinidade opressora para se libertarem do auto-ódio justificado pelo racismo e reforçado pelo machismo, das mais diversas formas de expressão desse ódio sobre o corpo de suas companheiras, mães, irmãs, filhas, netas, etc. Por fim, os homens brancos temem o feminismo negro, pois mais do que teoria crítica é também um novo paradigma e desse jeito, propõe-se uma produção de subjetividade diferente, diante da supremacia branca e da colonialidade. Por ser idealizado e colocado em prática por mulheres que são negras, ocorrem incisivas ou mesmo definitivas desarticulações, sob o preço de mulheres que são negras, tão agressivas ao ponto de afirmar que não serão silenciadas, pouco femininas, muitas delas lésbicas, transsexuais, podem atrapalhar o projeto em curso do neoliberalismo.

As subalternas não podem falar, mas falam. Ainda não se sabe quem mandou matar Marielle Franco, vereadora mais votada do Rio de Janeiro em 2016, violentamente assassinada em março de 2018. Marielle além de ser periférica era lésbica e fazia ciberativismo. Estava em vários espaços institucionais (partido político, câmara de vereadores, redes sociais) ou nas ruas vocalizando pautas políticas pertinentes para a comunidade negra. Perdemos Marielle para a violência misógina e racista.

Bem, *“às vezes tu fica pensando, tá mas que mal que tem feminismo negro?”* Dá para se perguntar mesmo, junto com Larissa, professora de Geografia que por vezes faz ciberativismo. Falo em seguida em subjetividade a partir da autoavaliação, autodefinição *outsider within*. Antes, situo alguns pontos importantes. Djamila Ribeiro, filósofa e escritora brasileira, articula ferramentas teóricas e que podem ser localizadas tanto dentro da lógica ciberativista como dentro do pensamento feminista negro. Esta intelectual escreveu um livro chamado *“Quem tem medo do feminismo negro?”*, a urgência do debate racial no Brasil” (2018) onde já no primeiro capítulo, faz referência à *“Memórias da Plantação”* de Grada Kilomba (2019), escritora, psicóloga, teórica e artista, o conceito de máscara do silenciamento. Em Kilomba encontra-se também um ativismo artístico nas redes sociais, assentado fortemente nos debates racial e de gênero. Entre outros autores que embasam a discussão de Kilomba, no livro

citado ela vai buscando em bell hooks, em “Teoria feminista – Da margem ao centro” (2019) uma das maiores forças para falar sobre a possibilidade de cura para essa máscara colocada em pessoas negras. Relativo a centralizar as ações e o olhar para seus iguais, ou seja, nos negros, retira o foco do branco. Além da preocupação de mostrar como o racismo opera no psiquismo cultural do colonizado, a partir de *Pele Negra, máscaras brancas* de Frantz Fanon (2008), Kilomba aponta saídas para o racismo individual. Sua sugestão é de que haja tanto uma resposta do sujeito negro frente ao “outro” branco, quanto o deslocamento deste último do lugar de protagonista, isto é, o centro, para que passe a assumir demandas próprias que não as encomendadas pelo racismo.

“tem essa coisa também compulsória de as pessoas acharem que tu tem que dar aula de tudo... que tu tem que ter opinião sobre tudo, e não tem que ter opinião sobre tudo, sabe? Uma coisa meio compulsória.” (Winnie Bueno)

A discussão sobre ir *da margem ao centro* de bell hooks aparece em *Memórias da Plantação* (KILOMBA, 2019) como saída para a construção psíquica de uma nova posição desejante. Antes de Kilomba, a discussão psicanalítica sendo analisada a partir da racialização já aparecia também em Lélia González (1988) quando ela investiga a questão da linguagem, do pretuguês como marca principal da colonização brasileira, busca também evidenciar através da proposição de que na dinâmica patriarcal brasileira o casal ojerizado seria o casal negro. A mulher negra na imposição como a mãe de todos, tendo todos os desdobramentos racistas a partir disto, a hipersexualização, a domesticação e a estereotipação. O homem negro, o pai, Macunaíma, o herói brasileiro sem nenhum caráter, preto preguiçoso, escrito por Mário de Andrade, o negro é aquele que destituído do lugar simbólico do falo, é caricaturizado, demonizado e, também, hipersexualizado por medo do sujeito branco de que ele tome o que, na verdade, é seu de direito. Ela traz a bundalização, tanto como fetiche da parte do corpo da mulher negra, como a forma de falar um pretuguês, onde na troca do L pelo R, na finalização das palavras em o R e o S no final, os moleque – de mu’leke – se dão mal ao ter que justificar que não se trata de não falar o português correto com as sinhás e os sinhôs, mas vosmecê (de “vossa mercê” que depois virou você e que agora

na internet é vc ou c, seria curioso se não fosse cômico), hão de convir que a realidade é que temos um sotaque que não é entendido enquanto tal e que tem origem no quimbundo, um dos povos africanos a ser escravizado no Brasil de onde provém a palavra bunda. Lélia González foi militante do MNU (Movimento Negro Unificado, sendo uma das fundadoras. Me parece impossível que Paulo Freire, que estudou Frantz Fanon, se tornou um dos principais teóricos para o desenvolvimento de bell hooks enquanto educadora, contemporâneo de González, não tenha sido influenciado pelo pensamento desta última. E bell hooks, instruída pela pedagogia do oprimido de Freire, escritora, professora, teórica feminista, artista e ativista social estadunidense, em “E eu, não sou uma mulher?” (*Ain't I a woman?*), texto inspirado no discurso de mesmo nome de Sojourner Truth, abolicionista estadunidense e ativista dos direitos das mulheres. Vejo aqui um encadeamento entre as duas, mesmo que não seja tão evidente.

Em Djamila Ribeiro, por exemplo, podemos encontrar suas referências mais em Simone de Beauvoir, mas também em Conceição Evaristo, esta última na qual também me inspiro, bem como muitas outras intelectuais como González e Sueli Carneiro, para escrever e fazer ciberativismo. No youtube, teremos Gabi Oliveira, Náthali Nery, Maristela Rosa, Natália Romualdo, entre outras, todas voltando suas discussões para um debate interseccional que inclui muito do que a crítica feminista negra vem discutindo, cantando, trabalhando ao longo dos tempos. Vamos para o Twitter, para o Instagram, para o facebook encontrar muitas mulheres negras encadeadas com a perspectiva feminista. Cabe afirmar que não se trata aqui de pré-definir quem quer que seja como feminista ainda que acabe soando desse jeito. Isto é uma informação que somente elas podem trazer, mas ir ao encontro do pensamento feminista negro com base naquilo que Patricia Hill Collins situa: intelectualidade de mulheres negras, independe do lugar onde fazem seus ativismos, para facilitar as coisas.

“Não significa que eles têm um controle sobre ti, não tem controle total, tu não está alienada, eu acho que é diferente se a gente for pensar entre outras pessoas, por que pensar nas nossas próprias primas é diferente elas são controladas por que elas nem chegam a estar por dentro dessas redes de mulheres, sobre essas outras possibilidades de pensamento.” (Larissa Oyarzabal)

2.1. Novas formas de pensamento

Redes sociais e plataformas digitais²⁷ são laboratórios nos quais pessoas são tratadas como ratinhos testados e, embora configure o homem branco enquanto símbolo de detenção desse empreendimento, não apenas ele é responsável, apesar de ser o maior beneficiário. As dinâmicas das redes sociais e das plataformas digitais compreendem à reprodução das relações de poder, com todas as problemáticas envolvidas.

No que tange à criação de conteúdo “gratuitamente”, feitas “espontaneamente” por usuários – que não são definidos como clientes, nem como trabalhadores – informamos o sistema ao inserirmos cotidianamente, mesmo nas formas mais simples de interação com as ferramentas, desde um like, um comentário, até às manifestações mais complexas como subir imagens, disponibilizar vídeos, utilizar filtros para a mudança de estética, publicação de textos. A partir disso, cientistas das tecnologias digitais e cibernéticas conseguem, através do sistema binário, fazer previsões cada vez mais precisas aos comportamentos individuais e coletivos, obtendo informações que nós mesmas e mesmos damos, o que permite com que também possam transformar o mercado de oferta e procura automatizado. Cada dia mais as redes funcionam como ferramenta de compreensão e de produção de seres humanos potencialmente previsíveis e através dos dados se criam perfis para a venda de produtos mais e mais personalizados. Já se fala em um novo petróleo, os dados de milhares de pessoas no mundo inteiro.

No documentário *Privacidade Hackeada*²⁸, acompanhamos as denúncias de que a *Cambridge Analytica* coletou dados de milhares de pessoas através do Facebook com a permissividade e lavar de mãos por parte de Mark Zuckerberg, empresário multimilionário de uma empresa referida por ele e seus

²⁷ Uma definição que encontramos na internet sobre o que é plataforma digital nos permite uma dimensão do problema a ser enfrentado por todos nós. Revela que são consideradas “modelos de negócios que funcionam por meio de tecnologias” (<https://neilpatel.com/br/blog/plataformas-digitais/#:~:text=Plataformas%20digitais%20s%C3%A3o%20modelos%20de,para%20trabalho%2C%20lazer%20e%20entretenimento>). Os negócios estão ligados ao que “espontaneamente” digitamos, digitalizamos, o modo como interagimos, as imagens que subimos, nossos rostos, nossos gostos, nossas comidas, teremos a fórmula da plataforma digital como um ambiente controlado em que além de produzir desejo de consumo, também torna o próprio consumidor instrumento para criação de compra e venda, misturando “trabalho, entretenimento e lazer” como algo também “espontâneo” e uma necessidade criada numa sensação de indispensável.

²⁸ <https://www.netflix.com/br/title/80117542>

sócios como gratuita, sem o consentimento dos usuários. Essas ações também foram peças-chave para campanha e vitória, em 2016, de Donald Trump, candidato supremacista branco, e, sobretudo incidiu diretamente na repercussão e descontrolo sobre *fake news* (notícias falsas), violências racistas e sexistas cometidas por grupos de ódio e até mesmo organização de grupos de extermínio. Apesar da atrocidade desses fatos, se tornaram formas de monetização através do controle do consumo, das percepções sobre o momento histórico e ações individuais. Como uma espécie de abertura da caixa de pandora, o documentário não refere essas questões que envolvem diretamente violências de gênero, misoginia, violência classista e racista, entre outros modos de opressão. Foram problemáticas simplesmente ignoradas, bem como outras implicações da lógica algorítmica dentro do sistema capitalista, por que são movimentados volumes estratosféricos de dinheiro a grupos de empresários e investidores da bolsa de valores.

Letícia: me chamou atenção que tu falas de ter recuperado a tua voz, a partir do momento em que tu voltas como a Mara psicóloga.

Mara: foi um processo bem difícil. Um processo de medo mesmo, porque a rede social é um lugar, pode ser um lugar muito horrível e pode ser um lugar muito bom. Depende de para onde tu estás olhando, porque sempre vão ter pessoas que vão criticar o teu trabalho e elas vão criticar de uma forma muito pesada. E geralmente é uma forma injusta, nunca é “isso aqui tu podias ter pego de outra maneira”, não, é “é uma merda, para de fazer isso!”. É sempre uma coisa muito agressiva, então tu tens que estar preparada para receber essas coisas. Então, depois de ter passado por todo aquele processo de me isolar, até justamente para me proteger e também conseguir terminar minha graduação, porque eu não estava conseguindo manter esses dois lados: essa vida social online onde tu fica conhecida por ficar fazendo textos feministas, por estar sendo uma mulher preta feminista, e passa essa vida para a vida real porque as pessoas só te veem assim, tu só é essa pessoa da rede social, sabe? E aí quando me formei, pensei, tá, preciso trabalhar, essa foi a questão: preciso trabalhar, preciso de paciente, eu morava fazia um tempo fora da casa dos meus pais, e acabou estágio, acabou bolsa, então agora, o que eu vou fazer? Foi muito essa emergência de precisar de um trabalho. Por isso que foi nessa via de Mara Psicóloga mesmo. (Letícia Campos e Mara Gomes)

A atuação de uma destacada trabalhadora dentro desse sistema, Brittany Kaiser, ex-diretora de desenvolvimento de negócios da Cambridge Analytica, contraditoriamente, ex-ativista dos direitos humanos que atuou na campanha de Barack Obama, tornou-se grande beneficiária desse despotismo, apesar de mostrar-se arrependida, na medida em que passou a “entender” os perigos do hackeamento de dados e da institucionalização desta prática. A figura de Brittany Kaiser pode ser lida como um produto do feminismo liberal estadunidense, desde o qual mulheres brancas identificadas com o poder patriarcal, reproduzem violências sistêmicas e ainda assim acreditam-se ou vendem a imagem de vítimas de manipulação quando convidadas a falar sobre responsabilidade coletiva e até mesmo o que se pode referir como crimes contra a humanidade.

Kaiser faz lembrar, em alguma medida, Sara Winter, mulher branca, brasileira e que em 2012 foi presa em protesto feminista na Ucrânia²⁹. Atualmente, Winter chefia o grupo 300 do Brasil³⁰, um grupo de supremacistas brancos, descrito eufemisticamente pela mídia brasileira como de extrema-direita. Não se trata apenas de uma polarização entre esquerda e direita, entre brancos e negros, ou brancas e negras, mas de uma agenda neoliberal que inclui o neonazismo nas tecnologias digitais fazendo parte, enquanto ferramenta de mobilização, de políticas de ódio e extermínio de pessoas de cor, de pessoas LGTBTTQIA+ no mundo. O que o feminismo hegemônico tem a dizer sobre essas figuras que são produzidas dentro e a partir do empoderamento econômico de mulheres brancas?

2020 foi um ano muito difícil, não menos que tantos outros. Uma pandemia de SARS COVID-19, ou coronavírus, acometeu o mundo todo e dezenas de milhares de pessoas morrem todos os dias em função dela. Uma das medidas adotadas por diversos países ao redor do mundo como forma de diminuir a infecção é o isolamento social intermitente. O uso de dados torna-se ainda mais massivo. Acontece que no Brasil, grande parte da população não pode fazer isolamento social como medida preventiva por uma série de razões, entre elas o fato taxativo de ser classe trabalhadora em um sistema de

²⁹ <https://veja.abril.com.br/mundo/brasileira-e-presa-durante-protesto-feminista-na-eurocopa/>

³⁰ <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/06/15/o-que-e-300-do-brasil-grupo-de-extrema-direita-liderado-por-sara-winter.htm>

exploração capitalista. As proporções catastróficas de mortandade, resultam em situar a presidência do Brasil de Jair Bolsonaro como genocida, que além dos interesses latifundiários, empresariais, neoliberalistas, impõe as queimadas de zonas gigantescas de matas nativas, a precarização das formas como se pensa gestão em saúde pública, em prevenção em saúde coletiva, saúde do trabalhador. A questão do trabalho não é a temática aqui discutida, embora seja mais do que necessários muitos estudos sobre racismo na produção de subjetividade das classes de trabalhadores e trabalhadoras e a relação com políticas genocidas. Mas vale a pena abordar, ao menos noticiar a questão da necropolítica, discutida por Achille Mbembe, que se estabelece a partir do racismo científico, permitindo com que o deixar morrer populações inteiras de pessoas negras seja uma realidade tão ou muito mais pandêmica que a de COVID-19. Na medida que tomamos o caminho da interseccionalidade, não podemos deixar de retomar que a classe trabalhadora é sobretudo composta por mulheres negras de baixa escolaridade, com pouca mobilidade social. Um crescimento exponencial de genocídio de trabalhadores e trabalhadoras negros e negras, fortemente afetadas, essas últimas por compor a classe em regimes de subordinação no país. Bem como, homens negros compõem a realidade racista de subordinação de outro modo, pois enquanto mulheres negras estão localizadas mais no âmbito do trabalho, considerando a população carcerária, um contingente populacional enorme de homens pretos e pardos, ou seja, negros, estão fora do mercado de trabalho. Dois grupos populacionais impactados também pela pandemia de coronavírus. Só teremos a dimensão quando alguns anos se passarem, sabermos que muitas e muitos de nós ficamos prostrados diante das redes sociais, temerosos demais de que nos descubram como agentes políticos que somos, mas que estamos cansados demais para lutar contra isso tudo. Alguém do futuro, espero, lerá essa dissertação e dirá que eu aqui estou sofrendo de um delírio de auto referência, talvez coletivo, bastante fatalista, tão marca desse tempo em que o racismo nos atravessa a todas e todos, acreditando que humanidade está bastante condenada e que não sairemos dessa doença chamada racismo.

Enquanto mulheres brancas podem se permitir se furtar dessas discussões e não se colocarem diante dessas problemáticas, por outro lado, impõe-se para mulheres negras e não brancas que se debrucem em pensar

estrategicamente o que fazer diante das tecnologias digitais e as violências sistêmicas e o genocídio da população negra.

Mas é isso, se utiliza a internet para visibilizar, reivindicar sei lá, por exemplo a luta de mulheres mães vítimas da ação violenta da polícia. Essa é uma agenda do movimento de mulheres negras, a justiça para essas famílias, para essas mulheres e para que outros jovens não morram. E aí ao mesmo tempo você vê um negócio das pessoas querendo dizer, ah, mas tá todo mundo preocupado com sei lá o que, cabelo e ninguém tá preocupado... mas ninguém quem meu amor? Que reunião de mulher preta tu foi pra saber que não tem ninguém preocupado, sabe? Quem se não as mulheres negras tão perguntando contra a violência policial? Quem senão as mulheres negras estão articuladas com ações estratégicas contra o casamento compulsório de meninas por exemplo? De meninas negras, que são na sua maioria meninas negras, jovens negras que casam com 12 anos. Essa ação é real, essa agenda é concreta. Eu acho que na internet a discussão é um pouco mais teórica, a disputa é teórica, porque a ação política, e não é que essa disputa não seja política mas a agenda política não é muito diferente. Não é, entendeu? (Winnie Bueno)

Como discute Layla F. Saad, pessoas brancas, portanto mulheres brancas não estão fora desse sistema, vivem em um estado de insensibilidade que ela define como apatia branca. Nela, encontro as seguintes afirmações:

“A apatia branca não tem agressão, mas é mortal em sua passividade. Por meio do desapego e da indiferença ao dano racial, a apatia branca diz: ‘É bem triste que isso esteja acontecendo, mas não é problema meu.’ A apatia branca tenta, portanto, reforçar a ideia de que a supremacia branca é um problema inerente à pessoa racializada e não um problema criado e mantido por pessoas com privilégio branco. A apatia branca diz à pessoa racializada: ‘Gostaria de poder ajudar com sua causa. Mas, infelizmente, estou muito ocupado agora. Infelizmente, estou cansado demais agora. Infelizmente, agora não é uma prioridade para mim. Talvez, quando eu conseguir um pouco mais de espaço para mim, possa dedicar algum tempo para ajudá-lo. Até lá, desejo tudo de bom.’ (SAAD, 2020, p. 131-132)

Aproveitando o gancho “gringo”, temos tido notícias muito recorrentes dos Estados Unidos estarem enfrentando um problema semelhante ao do Brasil em relação ao genocídio da população negra. As mortes noticiadas nas redes sociais decorrentes de situações de abuso de poder por policiais que, ao usarem a alegação de desacato à autoridade, a resistência à prisão e a legítima defesa, entre outras formas jurídicas para continuar impunes. Um resgate das lutas por direitos civis, movimentos sociais negros se organizaram em um contexto em que políticas de ações afirmativas foram possíveis, ainda que a supremacia branca nunca tivesse e ainda não tenha intenção de garantir direito a negros. Lideranças se desenvolveram a partir das comunidades segregadas, emergiram de forças coletivas pela garantia de educação, moradia e trabalho digno, podendo viabilizar ascensão social para uma parte da população negra, constituindo em uma classe média negra. O que não anula o fato de existir muita injustiça social com grupos subordinados.

Em 2013 surge o movimento *Black Lives Matter*, inspirado no movimento dos *Black Power* dos anos 1920 e, mais adiante no de luta por direitos civis de 1960, lutas todas elas por direitos no contexto pós-abolição. O *Black Lives Matter*, embora articulado pelas redes sociais, tem um forte agenciamento de rua. Organizado inicialmente por três mulheres negras, Alicia Garza, Opal Tometi e Patrisse Cullors que utilizaram a hashtag *#blacklivesmatter* em protesto ao assassinato de Trayvon Martin e frente à absolvição do policial George Zimmerman, o assassino. Esse movimento repercute no mundo todo, também no desejo de mudança de paradigma.

No Brasil leis de garantia de direitos de cidadania para a população negra entraram em vigor tardiamente, especialmente com a constituição de 1988, isto é, cem anos após a abolição do regime de escravidão. Nesse vão histórico, criou-se um contexto de desigualdade social gigantesco, de precarização das vidas em massa. Não que nos Estados Unidos não haja uma população negra precarizada bastante expressiva. Mas oportunidades alcançadas através da educação e do direito à propriedade privada permitiram com que o espírito de comunidade negra se tornasse uma especificidade da realidade negra estadunidense. Nossas lideranças negras emergidas de contextos de comunidade precisaram fazer um percurso diferente, em que a presença das políticas de precarização das vidas se impôs de modo diferente. A

adaptação dos negros por aqui diante de uma realidade não dita explicitamente como segregada, mas onde práticas de segregação se deram nas relações de convivência, pois brancos e negros muitos ao morarem no mesmo bairro ou conviverem nos mesmos espaços institucionais, também por questões econômicas, brancos também pobres, nem todo mundo conseguiu virar elite racial, como proposto por diversos escritores e cientistas, em que se destacam o papel de Monteiro Lobato e Nina Rodrigues.

No Brasil, lideranças negras presentes nas figuras de intelectuais e ativistas sociais tais como Abdias do Nascimento, Lélia González, Mãe Menininha do Gantois, Luíza Bairros, Antonieta de Barros, Laudelina de Campos Melo entre tantos outros nomes que lutaram por justiça social incansavelmente precisaram entrar, alguns deles em partidos políticos para negociar nossos direitos, por haver o mito da democracia racial funcionando a plenos pulmões. Pulando lá para 2011, ano de muita efervescência mundial, e desde onde diversos movimentos começam a se organizar a partir de rede social, por meio de grupos e comunidades digitais, em que seres humanos se comunicam desde ali para organizar as saídas às ruas. Começando com a primavera árabe, perpassando pelas manifestações ocorridas no Egito por causa da polarização entre esquerda e direita políticas. No Brasil de 2013 as jornadas de julho resultam em uma série de discussões sobre mobilidade urbana, mas também em um desejo de que as escolas, com as ocupações de 2015 componham o espectro não apenas educativo mas também cultural e da comunidade estudantil como espaço de autogestão, ou seja, não apenas administrado, coordenado e comandado por professores e técnicos, mas por todos os agentes que compõem a escola, incluindo os estudantes, os pais, os simpatizantes. Ao menos foi o foco que a mídia brasileira deu, deixando de fora outros movimentos, como o dos MTST, dos MST, dos movimentos indígenas e dos quilombolas. Não cabe aqui fazer um apanhado histórico, apenas situar os contextos e em que campo problemático de lutas se dão.

Em 2018, a “cria da favela da Maré” do Rio de Janeiro, Marielle Franco, elege-se quinta vereadora mais votada e a terceira mulher negra a ganhar cargo na cidade. No mesmíssimo ano de sua eleição, a vereadora é brutalmente assassinada junto seu motorista, Anderson Pedro Mathias Gomes, logo após sair de um evento que havia sido organizado pelo Facebook, intitulado “Jovens

Negras Movendo as Estruturas”. Parto da ideia de Marielle dentro do ciberativismo, pois muito do que defendia como vereadora periférica de uma metrópole, que ia para as ruas, para as redes sociais, promovendo rodas de conversas, ações comunitárias, de luta por direitos humanos, cumprindo as agendas de seu partido político, mas também das lutas que ela mesma mobilizava enquanto mulher negra, mãe, periférica, lésbica, que era socióloga e parlamentar.

Mulheres negras vivem em disputa pelo controle de narrativa, no limite, na iminência da catástrofe. Desse modo, podemos pensar que narrativas potentes e que se propõem a romper com o colonialismo, se viabilizam por meio de corpos que se colocam em luta apesar dos, para além deles, mas também nos espaços cibernéticos, a partir de uma herança deixada por sujeitos que se tornaram líderes não por figurarem a salvação, mas porque se comprometeram com uma agenda política. Faço aqui uma tentativa de ficcionar a realidade da morte de Marielle Franco e ao meu modo, escrever sobre sem evitar o tema uma vez que faz parte do movimento cibernético feminista de mulheres negras. Para criar uma análise a partir desses dados, montar uma colcha de retalhos da forma como se expressa injustiça social, daquilo que me atravessa e pode atravessar experiências de mulheres negras.

A dor que sinto ao pensar em sua morte como um pouco minha, de minhas irmãs e amigas, parentes próximas ou distantes, ou as desconhecidas, entendo, diante disso, que ser uma mulher negra em um país racista, revela um modo de subjetivação em que pode até importar o título que você recebe, mas a misoginia e o racismo silenciam mulheres que expressam publicamente suas visões de mundo, e que se pode pagar com a vida por expressar. São os perigos, os limites e sobretudo as possibilidades de ação, que mesmo a partir do trauma faça com que precisemos pensar em possibilidades de nos mantermos vivas e ativas. Essa violência nos incute um “precisamos nos manter vivas”, mas também um “como faremos isso” dentro de um Estado democrático de direito que não se importa com nossas vidas.

Os estereótipos associados ao que é ser uma mulher e as expectativas sobre como devemos nos comportar são facetas do discurso institucional e hegemônico ainda profundamente conservador e reacionário. Registra-se que tal movimento ganha força no momento atual; basta olhar, por exemplo, para o

resultado das eleições nos EUA e no plebiscito do Reino Unido, entre outros exemplos possíveis. Em escala internacional, guerras, interdições, perseguições, separações voltam a aparecer e se marcam como impedimentos e controles cada vez maiores do outro, da outra, do corpo que não compõe o grupo social de poder, que tende a ser “colocado para fora”, ou “impedidos”, pelas classes dominantes de conviver com suas “diferenças” na cidade. (FRANCO, 2017, p. 94)

Tentando dialogar com o corpo plural de mulher negra, periférica, vereadora, ciberativista, feminista negra de Marielle Franco, não basta apenas o entendimento aterrador de que seu corpo foi território de inscrição da violência por ter lutado por uma política anticolonialista ao ocupar um cargo que via de regra é de homens brancos. Seu corpo embora tenha sido demarcado pelo esgotamento de um modelo social enrijecido, cristalizado, hierarquizado, antes de ser brutalmente executada, colocava-se em exercício como agente político, mesmo diante de um imaginário social de sua subalternidade, reivindicou uma disputa nas dinâmicas do poder, de se autodefinir, de sugerir encontros que pudessem colocar em prática a noção de espaço seguro. Se podemos nos fazer delirar que mulheres diversas, como foi Marielle Franco, prefiguram um movimento a partir de suas vocalizações/apresentações/composições, como teoriza Angela Davis ao tratar do blues de cantoras negras, singulariza-se ao insistir a presença e produção intelectual a partir dos lugares tão diferenciados e sobre os quais partem lutas, e a forma como a política de ódio mobiliza-se funciona para silenciar o desejo de um novo mundo também plural. Por isso, fazê-la viver em minha escrita em que o dito e repercutido “Marielle presente” produz o desejo afrofuturístico em que não apenas sobrevivemos, mas vivemos.

O desafio colocado nessa morte é interpretá-lo como aquilo que denuncia do esgotamento de nossas relações sociais, quando corpo são subalternizados, subordinados. A Marielle que emerge para além de seu assassinato é muito maior que ela mesma, faz ruptura produzindo/provocando a sociedade brasileira a partir da periferia ao centro.

2.2. Tuitar e dissertar

Dou-me conta de que aquilo que publico no Twitter ou no Instagram deveria vir parar aqui na minha dissertação. É quase uma culpa que me põe a escrever. Uma vontade de desistir que toma conta de mim e que se insinua como procrastinação que nem sei! Para escrever é necessário um bocado de audácia. Então falar em procrastinação acaba sendo uma forma de naturalizar as coisas, deixar tudo no mesmo plano de pessoas aleatórias, como uma moda em que a falta de audácia acontece como algo que não precisa ser pensado.

A quarentena, ou melhor, o distanciamento social ocorrido no ano de 2020 e que segue tornou a vida difícil para muita gente. Para quem não se distanciou, também se colocam dificuldades. Por não sabermos quando termina esse ciclo, quantos de nós irão perecer, quantos ficarão com sequelas físicas e emocionais, como será daqui para frente. As redes sociais se tornaram em situação tão adversa lugares de encontro diante da pandemia de COVID-19. A gente está, coletivamente, sendo cooptada para dentro das redes quer queira quer não, então a procrastinação virou uma explicação automática para fenômenos mais complexos. A problemática da procrastinação pode ser contextualizada nessa realidade de uso massivo da internet como ferramenta de socialização e a concomitância da falta de audácia como forma de silenciamento de vozes de mulheres negras. Imaginar essa escrita como uma viagem no tempo, surge de uma vontade de futuro em que lá na frente, naquele tempo próximo ou distante onde tudo isso não passa de ficção e que já superamos tudo isso me liberta da necessidade de confrontar um intento que parece audacioso.

Aqui já não estou mais apenas como pretensa ciberativista, mas como pesquisadora em Psicologia Social e Institucional – nesse momento em que o COVID-19 nos impediu de sair de casa, e nos fez olhar para nossa suposta liberdade de expressão como potencial arma de enfrentamento para além da romantização do isolamento, da solidão como potência para fabricar o/a intelectual. Uma problematização feita por mulheres negras nas redes também acerca da quarentena, pois não há como pensar nesse isolamento sem pensar em solidão, em impossibilidades - há quem possa fazer quarentena, há quem não possa. Que muitas pessoas já vivem em isolamento. Também não revela meu medo de que o tema não seja forte o bastante, que escolher escrever sobre

mulheres negras é um desafio, uma vez que nossas perspectivas diante da história estão passando por constantes supressões pelo sistema racista e sexista que opera na cultura, portanto nos corpos. Ainda, trata-se de escrever sobre mim, pois não tenho como me descolar desse corpo que acompanha a escrita-pensamento e o processo analítico. Pois é. Cansa que sempre aconteça de ter que explicar muito a necessidade de trabalhar com a linguagem como um processo excludente, o desgaste emocional de estarmos sempre a “inventar a roda”.

O passo seguinte dessa angústia é de precisar publicar a dissertação. No entanto, a especificidade do lugar acadêmico que ocupo me possibilitou continuar escrevendo, nesse desafio que se organiza na minha vida enquanto compromisso que assumo de tentar fazer justiça social às minhas ancestrais e às que virão depois de mim. O que também me permite entrar nesse processo analítico da minha própria existência em relação às mulheres que me constituem contínua e descontinuamente. Explico: continuidade, porque tento fazer um resgate das que já se foram e fizeram suas lutas, projetaram suas indignações onde e como conseguiram, onde resistiram. As lutas ancestrais. Outras lutas se fazem urgentes pela conjuntura e contingências do nosso tempo, junto das que ainda estão aqui, contemporâneas, longe ou perto, com essas ferramentas tecnológicas que parecem que nos fagocitam, pois quando vimos já não éramos mais apenas carne-osso, nos transformamos em outra coisa, ciborgues com as interfaces nanotecnológicas, moleculares, parte de lógicas organizativas ou até mesmo desorganizativas das nossas vidas. Também tentando (re)constituir uma realidade para as que ainda virão e percorrerão caminhos diferentes ou parecidos com os anteriores, porque caminhos se bifurcam, se multiplicam e se assemelham. Isso é o que tomo como continuidade/descontinuidade.

“quando me formei, achando que agora eu posso ter a minha voz de novo, começar a falar sobre as coisas que eu quero falar, conseguir comunicar o que eu estou sentindo, colocar para as outras pessoas numa perspectiva que eu não vejo em todos os lugares: o que é uma perspectiva única minha, de pessoa e é muito de um querer me comunicar e colocar minha comunicação para outras pessoas e de se ver ou ser vista também. Vista, porque eu não sinto nem vejo minhas narrativas em todos os lugares. Eu vejo que existe uma

história de uma mulher negra e essa história não tem que ser uma história igual para todas, tipo assim, só a mulher negra que fala sobre cabelo, só mulher negra que fala sobre maquiagem, existe a mulher negra que também quer falar sobre intelectualidade, que quer falar sobre saúde mental, que quer falar sobre outras coisas. E eu gosto de falar sobre muitas coisas. Até agora eu estou pensando em desvincular o meu nome da psicóloga e deixar mais o meu nome mesmo, porque também gosto de escrever, gosto de falar de filmes, de falar sobre várias coisas, e tentar desvincular um pouco para poder abrir essa narrativa, para eu ser mais livre online.” (Mara Gomes)

2.3. O campo minado em que nos inserimos: uma pincelada sobre capitalismo digital.

O capitalismo digital adentrou o espaço doméstico, tornando a informática uma ferramenta popularmente disponível, com o intuito da comercialização de produtos, os quais antes eram anunciados nas televisões e nas rádios através de propagandas publicitárias. Na medida em que o acesso à internet passou a ser naturalizado, paralelamente, novas formas de produzir desejo de consumo surgiram. Se antes do acesso doméstico à internet o consumo se dava em deslocamento dos sujeitos para os estabelecimentos, com a consolidação desse acesso a bens de consumo disponibilizados em nossas casas, as pessoas passaram a consumir, nesse momento, mediadas pelas propagandas, sugeridas especialmente por nossas pesquisas em ferramentas de busca, como o Google, ou de nossos interesses em redes sociais como Facebook, Instagram. Seguindo no exemplo da Google, empresa multinacional que tem como missão “organizar as informações do mundo para que sejam universalmente acessíveis e úteis para todos”³¹, através da publicidade, com as informações universalmente acessíveis, empresas passam a utilizar o Google como caminho para venda de produtos. O que leva a um segundo ponto, com outra característica do capitalismo digital, a gente se torna, nós mesmos, mercadorias dentro dos sistemas tecnológicos da informação e da venda de dados. O que quer dizer que empresas como Google armazenam dados que nada mais são do que registros, marcas que deixamos a partir da nossa interação no meio digital. Tudo o que pesquisamos, as ações que realizamos na internet ficam registradas em bancos de dados. Quanto mais pesquisamos, interagimos, acessamos sites, mais informações deixamos no universo *on-line*.

“Uma das estratégias desenvolvidas para seduzir a atenção dos anunciantes, ainda desconfiados da Internet como veículo maduro de comunicação de massa, foi a construção de uma gigantesca base de dados que seria utilizada como suporte das agências publicitárias durante a captação do patrocínio. Para elaborar este catálogo de clientes, agências de publicidade, distribuidores de

³¹ [Google - Sobre \(about.google\)](https://www.google.com/about/)

acesso e empresas de softwares tornaram-se parceiras na criação de um rebuscado serviço de triagem.” (SATURNINO, 2011, p. 7)

Motivos pelos quais você vê um anúncio

- Seus dados:
 - Informações na sua Conta do Google, como sua faixa etária e gênero
 - Sua localização geral
- Sua atividade:
 - Sua consulta de pesquisa atual
 - Atividade de pesquisa anterior
 - Sua atividade enquanto você estava conectado ao Google
 - Suas interações anteriores com anúncios
 - Tipos de site que você acessa
 - Tipos de atividade em apps para dispositivos móveis
 - Sua atividade em outro dispositivo
- Outras informações:
 - Horário do dia
 - Informações que você forneceu a um anunciante, como o endereço de e-mail enviado ao assinar uma newsletter.

Fonte: <https://support.google.com/accounts/answer/1634057>

Segundo Saturnino (2011), inicialmente “como a Internet era ‘frequentada’ por um público, majoritariamente, masculino, os ‘marketeiros’ deveriam garantir espaço para que os grandes fabricantes atingissem, também, as mulheres” (p. 8). Assim, o ramo dos negócios precisou constituir esse novo grupo de consumidoras. A rede social Facebook, Saturnino aponta que esta empresa, em 2011, se tornou a rede mais lucrativa acumulando a soma de 100 bilhões de dólares. “Nos primeiros meses de 2010, de acordo com um documento distribuído pelo banco *Goldman Sachs*, gerou 1,2 bilhão de dólares em receita” (SATURNINO, 2011, p. 11). Embora essas empresas garantam algum sigilo de dados pessoais, guardam informações de pesquisas que fazemos e tem poder de influenciar em campanhas eleitorais, por exemplo, como foi o caso da campanha de Donald Trump nos Estados Unidos e de Jair Bolsonaro, no Brasil. Embora ambas campanhas estivessem disseminando notícias falsas, não barradas pelo facebook e, no caso do candidato Trump, houve o escândalo da empresa de mineração e análise de dados Cambridge Analytica envolvendo venda de dados para disseminar notícias falsas e angariar eleitores, o que acabou por definir sua vitória à presidência no ano de 2016. Na política de dados do Facebook encontramos a seguinte informação:

“...parceiros fornecem informações sobre suas atividades fora do Facebook, inclusive informações sobre seu dispositivo, os sites que você acessa, as compras que faz, os anúncios que visualiza e sobre o uso que faz dos serviços deles, independentemente de ter ou não uma conta ou de estar conectado ao Facebook. Por exemplo, um desenvolvedor de jogos poderia usar nossa API para nos informar quais jogos você joga, ou uma empresa poderia nos informar sobre uma compra que você fez na loja dela. Além disso, recebemos informações sobre suas ações e compras online e offline de provedores de dados de terceiros que têm autorização para nos fornecer essas informações³²”

Explicitado isto, não podemos deixar de nos perguntar pelas razões e como estamos utilizando as redes sociais, sites de busca, plataformas digitais, que estão preocupadas em garantir que estejamos cada dia mais tempo online para aumentar o faturamento de empresas, as quais não estão obrigatoriamente se importando com o que ocorre em nossas vidas, mas o quanto podem lucrar com elas e, sobretudo, definindo os rumos da política mundial. As mulheres, nesse caso, sem raça nem etnia, pois aqui se trata, num primeiro momento, de uniformizar experiências e pré-estabelecer um nicho de mercado, tornaram-se objeto de preocupação de multinacionais porque são entendidas como potenciais consumidoras tão somente. Quando há um refinamento na classificação, as ofertas se tornam mais e mais personalizadas. Na mesma esteira, nos mantemos conectadas, produzindo conteúdo gratuitamente para essas plataformas. Aqui reside um limite importante para o ciberativismo de mulheres negras: até que ponto aquilo que produzimos reverte para nós enquanto comunidade de mulheres negras. De que modo podemos exercer nossa liberdade de expressão, como uma garantia de direito, em plataformas comerciais? De que modo teremos agência sobre nossas escolhas, não apenas sermos produtoras passivas e até mesmo para que não se apropriem da nossa produção intelectual sem precisar nos devolver nada, já que os contratos que assinamos para utilização dessas ferramentas são bastante “claros” ao definir que há ciência (no sentido de estarmos cientes, avisadas)? Como podemos fazer escolhas sobre como a publicidade nos chega e como nos portamos diante dela? São questões que servem mais para reflexão do que para serem respondidas

³² [Facebook](#) (política de dados).

aqui, uma vez que ao utilizarmos as redes, não escapamos da publicidade. São desafios para o ciberativismo que está tentando combater, por dentro do próprio sistema, o capitalismo digital que tão sutilmente, com uma linguagem charmosa e astuciosa, nos oferta algo que parece gratuito, mas não é. Oferecemos um trabalho gratuito, que realizamos num meio aparentemente de entretenimento e de conexão entre as pessoas, de disponibilização de mercadorias que satisfaçam desejos que por vezes nem tínhamos ou que se exacerbam quando estamos expostas de maneira ordinária. Pesquisas sobre a questão do trabalho dentro do capitalismo digital podem aprofundar melhor essa discussão. Mas cabe ressaltar novamente que algum combate será feito por dentro desse sistema.

Na internet as pessoas projetam seus pensamentos, seja por meio daquilo que pesquisam de informações básicas como fazer um pudim de leite ou sobre dúvidas comerciais, afetivas, econômicas, prognósticas, acadêmicas, entre tantas outras, mas também descrevem superficial ou minuciosamente o que pensam sobre assuntos variados. Em se tratando de redes sociais, a expressão ganha espaço, mesmo a mais controversa. Mesmo as manifestações de ódio que aprofundam problemas sociais que resultam em catástrofes gigantescas, como a banalização de assassinatos, de tortura, aquilo que Jair Bolsonaro e seus seguidores propagam e as plataformas não realizam restrições, apesar de estarem previstas. Sendo alimentadas por supremacistas brancos que conectados agridem e propagam a violência de maneira que só seres humanos são capazes de fazer com outros seres humanos, com animais, com a natureza, porque incorporaram nas suas perspectivas de vida a total anulação da diferença e da biodiversidade. Além da pandemia de coronavírus que iniciou em 2020, também passamos por colossais calamidades públicas como o genocídio da população negra e indígena, a intolerância religiosa, o adoecimento psíquico de uma massa de cidadãos e cidadões, bem como devastações ecológicas que matam biomas inteiros, como os incêndios que se alastraram ainda mais pelo Pantanal³³. Violências que se explicam pela

³³ “É importante reforçar que, em uma soma para além de Mato Grosso, as queimadas já consumiram mais de 1,5 milhão de hectares de todo o Pantanal brasileiro, segundo pesquisa realizada pelo Laboratório de Aplicações de Satélites Ambientais (LASA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que inclui os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que recentemente uniram esforços inéditos para atuarem juntos no combate às chamas.” ([Fogo e devastação no Pantanal mato-grossense - A Lente](#))

formulação da teoria da necropolítica como o coração do necroliberalismo, discutido por Achille Mbembe. Para ele,

“esse sistema sempre operou com um aparato de cálculo. A ideia de que alguém vale mais do que os outros. Quem não tem valor pode ser descartado. A questão é o que fazer com aqueles que decidimos não ter valor. Essa pergunta, é claro, sempre afeta as mesmas raças, as mesmas classes sociais e os mesmos gêneros.” (MBEMBE, 2020)

No necroliberalismo, a extração de dados faz parte da expropriação como continuidade de invasão de territórios dos continentes africano, asiático e americano pelos europeus nos primórdios que resultaram no sistema capitalista, como um câncer se alastra em metástases.

Situando brevemente as redes mais populares, o Facebook, uma página que comparava rostos de pessoas, por isso o nome. Foi criado como uma página que literalmente utilizava dados pessoais sem autorização da instituição onde seu principal idealizador, Mark Zuckerberg estudava, a saber, Harvard. Isto em 2004. Em 2005, o Facebook passa a ser utilizado por estudantes de outras universidades ao redor do mundo, que se conectam como comunidade de rostos e informações compartilhadas. Em 2007 ganha outras ferramentas, novos recursos e a popularização se torna ainda mais “aberta”, qualquer um pode ter uma conta, não apenas estudantes. Zuckerberg juntamente com seus sócios, também adquiriu as empresas Instagram, em 2012 e WhatsApp em 2014 por somas estratosféricas de dólares. Já o Twitter, entrou em atividade em 2006 como rede e *microblog*, idealizada por Jack Dorsey, na qual os usuários podiam utilizar até 140 caracteres e que, com o passar do tempo, para “facilitar” a expressão, a empresa aumenta o número de caracteres para 280, em 2017.

O engajamento, premeditado por aqueles que nos designaram como usuários, operam por uma série de recursos, entre eles a curtida (ou *like*, como alguns preferem), o compartilhamento, o “seguir” tal ou tal pessoa ou página e também os *Trending Topics*, que são basicamente os assuntos mais comentados do momento. Todas essas informações estão, ironicamente ou não, disponíveis no Google, empresa de que já tratei brevemente aqui. Trata-se de informações públicas, assim como todas as postagens de bilhões de pessoas

que informam diuturnamente essas redes, por meio de fotografias, vídeos, textos curtos, textos longos, tweets e threads³⁴. Vivemos uma era tecnológica em que somos constantemente vigiadas/os, que nos expomos de formas nunca antes possíveis ou vistas.

Contraditoriamente, na ética universitária, as pesquisas têm a intenção de “proteger” as identidades das pessoas, apesar de usá-las como objeto de pesquisa. Muito da intelectualidade das mulheres negras se situam aí, pois a maioria a contribuir com as nossas formulações ditas intelectuais são elas. Podemos colocar aqui que o recorte da área da saúde é um campo vasto para entrevistas, realização de diários de campo, de coleta de dados e de informações preciosas que mulheres negras dão a estudantes de graduação e pós-graduação, mas que tem seus nomes trocados por nomes fictícios para protegê-las de sabe se lá o quê. De certo, de que se sintam expostas por informações desde onde não se reconhecem, ou que aquilo que é coletado em nome delas, não condiz com suas realidades, com aquilo que elas considerariam válido e replicável. Fica a pergunta se a omissão das universidades não é exatamente a reprodução daquilo que fizeram esses empresários das grandes redes sociais, uma forma de ocultar identidades ao mesmo tempo em que coletam dados para gerar algum capital simbólico: dinheiro ou *status* social.

³⁴ *Thread* (fio), trata-se um encadeamento de *tweets*, o que permite com que a quem publica algo no escrevendo no *microblog* possa seguir em uma linha de raciocínio, o que não seria possível em apenas 280 caracteres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espaço seguro, espaço entre irmãs, primas, mulheres negras

Retomando, mulheres negras se articulam em qualquer lugar onde se torne possível, e essa articulação se fortalece quando conseguem estabelecer espaços seguros (COLLINS, 2019, p. 185). A liberdade de utilizar a voz ou outras formas expressão são componentes centrais nessa discussão. Ao escutarmos, lermos, vermos umas às outras, podemos realizar espaços de confiança para troca de informações sobre nossas experiências, ideias sobre como agir, sobre o que pensamos sobre nós mesmas e sobre outros espaços por onde circulamos e/ou necessitamos estar.

Os espaços seguros também se organizam pela necessidade de nós mulheres negras, de certo modo, desabafarmos, conversarmos, desnaturalizarmos vivências e, acima de tudo, para nos autoavaliarmos e autodefinirmos. As experiências trocadas entre mulheres confiando umas nas outras pode ser potencializador de práticas de liberdade. O que é expresso por mulheres negras diversas produz subjetivação, onde a confrontação permitindo estranhamentos resulta em compor o que podemos chamar de consciência coletiva de mulheres negras para reafirmação da nossa humanidade. As expressões de mulheres negras quando nos chegam de muitos lugares, criam uma força para autovalorização e pertencimento, sobre modos de enfrentar a visibilidade e a invisibilidade, uma vez que ambas nos colocam em perigo. Almejamos viver plenamente, fora das zonas de perigo e para isso precisamos umas das outras, pois como afirma Collins, “se não escutarmos umas às outras, quem vai nos escutar?”

Eu era criança quando assisti “A Cor Púrpura”, um filme estadunidense de 1985, estrelado por Whoopi Goldberg e com a participação de Oprah Winfrey, baseado no livro homônimo de Alice Walker (1982). Na estória, Celie é separada da irmã ainda criança. Lembro até hoje do medo que tinha de me separar das minhas irmãs e primas, algo tão aterrador. A irmã de Celie foge de casa, deixando-a para trás por causa da violência doméstica, mas sobretudo, podemos dizer, por conta das políticas de segregação no início da era pós-escravista. Essa

estória foi bastante incisiva para mim, explicou anos mais tarde quando finalmente li o livro, já adulta, que o medo de separação entre irmãs era uma forma muito profunda de perceber a realidade de que meus antepassados foram separados de seus entes, de suas terras, de sua comunidade, mas também de que na minha própria família houveram situações parecidas em que mulheres solitariamente precisaram migrar de uma cidade para outra em busca de uma vida mais digna.

Americanah, de Chimamanda Ngozi Adichie (2013), trouxe-me pela primeira vez a vontade real de escrever sobre ciberativismo, porquanto a protagonista Ifemelu vai para os Estados Unidos estudar e se torna uma conhecida blogueira. Passa a se entender como negra naquele território marcado por políticas segregacionistas, estando fora de sua comunidade nigeriana, fora de África, ser negra não era algo com o qual se confrontava. Quando retorna para sua terra natal, não é mais compreendida como uma nigeriana comum, mas como *americanah*. Traço um paralelo com o embranquecimento da nossa subjetividade, quando mulheres negras de famílias de comunidades “periféricas” entramos na academia. Este retorno marca a perspectiva da *outsider within*, a mulher que retorna já não é mais a mesma que saiu e precisará, desse modo, conviver com enfrentamentos que antes de sua academicização não existiam: o que diz e o que faz é estranho para os seus, desaprendeu a falar de um determinado modo, empolou a linguagem. As redes sociais se transformaram em espaços por onde articular um pensamento informado teoricamente se tornou possível. Retornando à personagem de Chimamanda, Ifemelu, ela passa a construir uma perspectiva de história sobre racialidade contada pelo olhar de uma nigeriana blogueira, escritora.

Como não querer saber o que se passa com mulheres africanas e afrodiaspóricas quando a experiência delas informa e é tão poderosa para uma menina e, posteriormente, mulher, por acaso de Porto Alegre, a partir de onde pode se entender? Quando as vozes e pensamentos de mulheres negras se tornam acessíveis, as chances de se ter uma relação de identificação se ampliam. Isto porque essas vozes e pensamentos aproximam realidades ou no mínimo permitem um reflexo que não seja meramente branco, de compreensão de que alguns processos estão longe de ser individuais, mas de muitas outras.

No caso das ciberativistas com quem conversei, o que pude perceber foi que os encontros se tornavam espaços para exercício de uma relação segura. Obviamente, pude contar com a presença e as colaborações das irmãs Larissa e Raísa, mas também com Winnie como prima-irmã e com quem tenho bastante intimidade. As trocas entre nós têm sido atravessadas pelo espírito de que estamos construindo uma rede de mulheres negras que pensam, dialogam com suas comunidades e que têm vontades que andam em direção ao fortalecimento das nossas práticas. Quando pensamos, por exemplo, na famigerada solidão da mulher negra, chegamos ao entendimento de que o ato de nos reunirmos umas nas casas das outras põe em suspensão aquilo que muitas vezes é defendido como algo permanente, imutável, da qual precisaremos nos acostumar e conviver. A realidade da solidão da mulher negra pode ser combatida por experiências de união que não sejam romantizadas, quero dizer, não idealizadas como perfeitas e com ausência de conflito. Vai ter conflito, vai ter tensionamento, vai ter dificuldades, mas essas características do encontro não devem ser impeditivos para que o espaço seguro aconteça.

“eu acho que a gente reproduz muito que as mulheres negras estão sozinhas, quando na verdade a gente não está sozinha. A gente está aqui, quatro mulheres negras que estão juntas, compartilhando coisas juntas, que se encontram no mínimo uma vez no mês para fazer coisas juntas... Eu não vejo isso como solidão sabe? Sei lá, ela colocou isso e eu fiquei muito pensando sobre isso. Inclusive, a que serve essa... como pode ser perigosa a propagação dessa ideia de que a gente está sozinha. (Winnie Bueno)

Tive a mesma sensação quando dediquei meu tempo a conversar com Irimara e com Rita, de que não estamos sozinhas e de que estamos operando em uma racionalidade colaborativa. Ambas me informando de suas reflexões, suas experiências, contribuíram com minha pesquisa e afirmo que pude sentir que realmente estava dialogando com as práticas ciberativistas delas e até mesmo de muitas outras mulheres negras. Nesse último caso, além de Irimara e Rita serem mulheres que ousam se expressar nas redes sociais e provocar com seus ciberativismos, estavam dispostas a falar desde um lugar amistoso,

com uma certa informalidade, livre, e exprimiram a forma como trabalham nas redes e os desafios de estarmos ali e em quaisquer outros lugares.

O espaço seguro que se dá fora das redes, se configura pela familiaridade de mulheres que não necessariamente precisam gostar umas das outras, pois a prerrogativa do encontro é que ele possa ser produtivo para elas, para que possam sair fortalecidas desse espaço, que possa render-lhe frutos. A própria dissertação é um efeito dessa relação de colaboratividade entre mulheres negras: aquilo que estou escrevendo, dissertando é composto na relação com elas, a partir das minhas experiências de vida confrontadas com as delas.

Parece que existe uma relação de familiaridade, que pode ser tomada como ponto de vista de demanda das mulheres negras, para firmar o espaço seguro como espaço social em que mulheres negras falam livremente, sem a interferência de pessoas de outros grupos, não para uma política de exclusão, mas para que a inclusão aconteça, que necessita anteriormente ser construída segurança para levar adiante aquilo que se acredita. A gente se esbarra com a questão do espaço seguro acompanhada de fantasias de que é uma prática segregativa. Antes dessa ladainha retrógrada e insensível, se faz oportuno afirmar que impera em sociedades ocidentais como a brasileira a antinegitude em convergência com construções sociais de opressões interseccionais, impondo que mulheres negras reunidas é operar exclusão ao excluir mulheres brancas e homens negros. Sobre este tema, concordo com a reflexão de Collins, na qual ela ratifica que:

“Historicamente, os lugares seguros eram ‘seguros’ porque ali nós mulheres negras, podíamos tratar livremente de questões que nos diziam respeito. Por definição, tais espaços se tornam menos ‘seguros’ se compartilhados com pessoas que não são negras nem mulheres. Os espaços seguros das mulheres negras não foram feitos para ser um estilo de vida. Ao contrário, constituem um mecanismo dentre muitos destinados a promover o empoderamento das mulheres negras e nos capacitar para participar de projetos de justiça social. Estrategicamente, os espaços seguros dependem de práticas excludentes, mas seu objetivo geral é uma sociedade mais inclusiva e justa. Como sugere o trabalho das cantoras de *blues* e das escritoras negras, muitas ideias geradas nesses espaços foram bem-vindas fora das comunidades de mulheres negras.

Como, porém, as mulheres negras poderiam gerar esses entendimentos sobre as realidades das mulheres negras sem antes conversar umas com as outras?” (COLLINS, 2019, p. 199-200)

Além da relação de parentesco que se faz evidente nesta dissertação e da qual não posso me furtar de reconhecer, as identidades passam a ser afirmadas em espaço familiar – no sentido daquilo que se torna familiar, através da indispensabilidade de uma comunicação onde o que se diz e o que se faz possa ser avaliado não a partir de sobredeterminações. Acima disso, aquilo que se compreende ser necessário para si e para as outras, com uma perspectiva autodefinida. Os espaços seguros são lugares bastante heterogêneos, podem surgir tanto de dentro de instituições quanto encontros formais ou informais entre mulheres, bem como da relação umas com as outras, como é o caso de mães e filhas, irmãs, primas. Podemos dizer que espaços seguros são espaços familiares, não exatamente dado ao consanguíneo, embora também possa ser.

O espaço de confiança (espaço seguro) se torna potente para trabalhar as questões que vão para a rede, pois na medida em que uma convergência entre modos de pensar e agir no mundo entram em consonância nas redes sociais, mais mulheres negras e pessoas de outros grupos se beneficiam do que é publicado. Quando mulheres autodefinidas entram nas redes sociais, elas oferecem seus pontos de vista, trazendo novos significados para os espaços cibernéticos e podemos ali também pressionar as instituições, resistir às opressões, entender quais são os riscos de expor nosso pensamento e o potencial micropolítico de atingir outras mulheres em outros lugares do nosso próprio território ou os longínquos.

E aqui me encontro finalizando essa dissertação. O tema do ciberativismo de maneira ampla e o de mulheres negras especificamente é bastante complexo e muitas lacunas ficarão para um próximo movimento, quem sabe, mais amadurecido. Inclusive para desenvolver melhor Capitalismo Digital e suas implicações. Desde as questões pertinentes ao trabalho para o movimento de mulheres e, ainda, naquilo que concerne ao campo problemático das informações públicas. Porém, neste ponto, me detenho um pouco, à guisa de considerações finais que não necessariamente se finalizam para manter o debate em aberto.

Quando me propus fazer esta escrevivência, minha grande preocupação era não falar por ninguém, mas refletir a partir das mulheres que me trouxeram seu próprio pensamento, assim como dizer quem eram essas mulheres, intelectuais plenas reconhecidas por suas reflexões, as que estão sendo publicadas em suas linhas do tempo em redes sociais que são também formas de captura, assim como o saber que produzem na academia e/ou para além dela. Mulheres que estão em ciberativismo, como um desdobramento de outros ativismos agenciados por continuidade de uma tradição de mulheres negras que se comunicam entre si, com outros grupos e com as instituições que fazem parte ou que as excluem sistematicamente. Também me pergunto de que ética estamos falando quando teorizamos sobre a vida dos outros produzindo esse outro, ou ainda conforme Grada Kilomba, produzindo essa Outra, homogeneizando ao mesmo tempo invisibilizando, pela racionalidade embranquecida.

Então, cabe retomar que mulheres negras por se entenderem como heterogêneas, a singularidade no que concerne o ativismo cibernético que não se deixa reduzir às artimanhas do capital, necessariamente. Uma das chaves para uma mudança de perspectiva, um convite que teorização perspectivista faz, é de que olhemos para esses movimentos de autoinscrição, autovalorização e autodeterminação que brotam de lugares de enunciação que se proliferam. O que é extremamente importante em termos de saúde mental e que encaminha uma proposta muito maior do que parece, um projeto de sociedade. Nesse compartilhar de ideias, apontamos soluções em uma rede que se faz solidária em torno do cuidado, de modos de resistir, de ser mais: plural, inventiva, criativa, mandingueira.

Aqui, o corre (gíria) está na preocupação por não sucumbir à sedução cibernética, e apontar para os caminhos curativos que existem mesmo nesses emaranhados fios capilares e tão emaranhados que não encontramos começo nem fim. Quero dizer, trata-se justamente disso, não é sobre começos, alinhamentos, tampouco sobre fins com pontas duplas, mas sobre meios, sobre encruzilhadas, curvaturas, encrespadas, sobre o que se faz com as ferramentas que nos apropriamos, ainda que precarizadas. Atentar para o que está sendo dito, para o que está sendo conversado, também para o que *não* está sendo dito aqui está acontecendo em outro lugar, devido às contradições dos sistemas

opressivos, operando naquilo que há de mais próprio na natureza de todas as coisas: fluxos caóticos, de não ordenamento, de anticaptura, para fora das conclusões. Apostemos nas coisas inconclusas que mulheres negras continuam a nos provocar, mesmo as angustiantes, mesmo insuportáveis. Não é à toa que uma das formas de controlar nossas narrativas seja pela ideia de que somos impertinentes, agressivas, emocionadas. Se mulheres negras apontam para direções diferentes, é porque existem muito mais bifurcações do que se supõe, muitas formas de solucionar problemas sociais para além do desastre, do fatídico. Não é sobre proibicionismo, como sugerem aqueles que estão discursando sobre políticas de controle a partir de visibilidades tão massificantes.

As redes acontecem invisíveis, naquilo que parece supérfluo, desnecessário. As fraturas expostas dos sistemas que matam, que interrompem, refletem jogos de forças. Não nos cabe, desse modo, desistir, sequer faremos isso, pois assim estaríamos fadadas a deixar o racismo e o fascismo atuar/atualizar suas propagandas, ditando novas formas de morrer. Eis que isso não é sobre ideais românticos e, portanto, catastróficos de apocalipse. É sobre o que está no gesto, como escreve Toni Morrison (2020), sobre aquilo que apesar de mortífero, nos liberta e rasga a escuridão de suas sentenças./

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, Rosane. Mídia, racismos e representações do outro: ligeiras reflexões em torno da imagem da mulher negra. In.: Mídia e racismo - Coleção Negras e Negros: Pesquisas e Debates. BORGES, Roberto Carlos da Silva; BORGES, Rosane.(orgs.). Brasília: ABPN, 2012.

BUENO, Winnie de Campos. Processos de resistência e construção de subjetividades no pensamento feminista negro: uma possibilidade de leitura da obra *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment* (2009) a partir do conceito de imagens de controle. Disponível em <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/8966>>. Acesso em 11 jan. 21.

CARNEIRO, Aparecida Sueli; FISCHMANN, Roseli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em <<https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>> Acesso em 11 jan. 21.

CHIMAMANDA, Ngozi Adiche. *Americanah*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

COLLINS, Patricia Hill (1986). Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. In: Revista Sociedade e Estado, nº1. Brasília, janeiro/ abril de 2016, pp. 99-127. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-69922016000100099&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em 14 jan. 21.

COLLINS, Patricia Hill (1986). *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo, Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade política emancipatória. Parágrafo. Jan/Jun. 2017, V.5, N.1, 2017. Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559>>.

Acesso em 14 jan. 21.

EVARISTO, Conceição. Gênero e Etnia: uma escre(vivência) de dupla face. Texto publicado em Mulheres no Mundo – Etnia, Marginalidade e Diáspora, Nadilza Martins de Barros Moreira & Liane Schneider (orgs), João Pessoa, UFPB, Idéia/Editora Universitária, 2005.

EVARISTO, Conceição. Escrevivência. Leituras Brasileiras. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QXopKuvxevY&ab_channel=LeiturasBrasil
[eiras](https://www.youtube.com/watch?v=QXopKuvxevY&ab_channel=LeiturasBrasil)>. Acesso em 14 de jan. 2021.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: Ed. UFBA, 2008.

FRANCO, Marielle. A emergência da vida para superar o anestesiamiento social frente à retirada de direitos: o momento pós-golpe pelo olhar de uma feminista, negra e favelada. In: Tem saída? Ensaio crítico sobre o Brasil. BUENNO, Winnie; BURIGO, Joanna; PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SOLANO, Esther. Tem Saída? Ensaio Crítico sobre o Brasil. Editora Zouk: Porto Alegre. 2017.

FOUCAULT, Michel. A coragem da verdade: o governo de si e dos outros II: curso no Collège de France (1983-1984). São Paulo, Editora WMF Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GONZÁLEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, N°. 92/93, jan./jun., 1988. Disponível em: <<https://institutoodara.org.br/wp-content/uploads/2019/09/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf>>. Acesso em 14 de jan. 2021.

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%20%20C3%A9lia%20-

[%20Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira%20%281%29.pdf](#)>. Acesso em 14 de jan. 2021.

GONZÁLEZ, Lélia. Por um feminismo Afro-latino-Americano. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf> Acesso em 14 de jan. 2021

GILROY, Paul. O atlântico negro: modernidade e dupla consciência. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Editora 34, 2012.

HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro, DP&A, 2006.

hooks, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

hooks, bell. Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Elefante, 2019a.

hooks, bell. Olhares negros: raça e representação. São Paulo: Elefante, 2019b.

hooks, bell. Vivendo de Amor (1993). Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>> Acesso em 11 jan. 21.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Estudos Feministas, Ano 10, 171-188, 2002. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acesso em 14 jan. 21.

LIMA, Dulcilei da Conceição. O feminismo negro na era dos ativismos digitais. Conexão Política, Teresina v. 8, n. 1, 49 – 70, jan./jun. 2019. Disponível em:

<<https://revistas.ufpi.br/index.php/conexaopolitica/article/view/9388>>. Acesso em 14 jan. 21.

LIMA, Dulcilei da Conceição. Trajetórias políticas de mulheres negras na primeira metade do século XX: Laudelina de Campos Mello, Maria de Lurdes Vale Nascimento e Maria Brandão dos Reis. In.: *Violência e sociedade: o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro* / Maria Lucia da Silva, Marcio Farias, Maria Cristina Ocariz, Augusto Stiel Neto (Orgs.). – São Paulo: Escuta, 2018.

LORDE, Audre. *Zami: a new spelling of my name (a biomythography by Audre Lorde)*. Berkeley: The Crossing Press, 1982.

MARQUES, Lorena de Lima. Diáspora africana, você sabe o que é? Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/?p=53464>>. Acesso em 14 jan. 21.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2017.

MBEMBE, Achille. Pandemia democratizou poder de matar, diz autor da teoria da 'necropolítica'. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/pandemia-democratizou-poder-de-matar-diz-autor-da-teoria-da-necropolitica.shtml>>. Acesso em 16 jan. 21.

MORRISON, Toni. *A fonte da autoestima: ensaios, discursos e reflexões*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MOURA, Clóvis. A imprensa negra em São Paulo: in *A imprensa negra – estudo crítico de Clóvis Moura*. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/moura/1984/mes/imprensa_negra.pdf>. Acesso em 14 jan. 21.

NASCIMENTO, Beatriz. *Textos e narração de Ori*. Transcrição (mimeo), 1989. IN.: RATTI, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Instituto Kuanza, 2006.

PADILHA, F. e FACIOLI, L. Colonialismo tecnológico ou como podemos resistir ao novo eugenismo digital – entrevista com Sérgio Amadeu Silveira. *Estud.*

sociol. Araraquara v.25 n.48 p.363-378 jan.-jun. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/issue/view/793/243>>. Acesso em 14 jan. 21.

RATTS, Alex. Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza, 2006.

RIBEIRO, BIANCA ZANELLA; BILLA, CLEO ZANELLA; PRATES, HELENA ZANELLA. Educação, inclusão e exclusão em preto e branco: uma análise sobre a representação de estudantes através de bancos de imagens digitais. Sillogés – v.3. n.2. jul./dez. 2020. Disponível em: <<http://historiasocialecomparada.org/revistas/index.php/silloges/article/view/120>>. Acesso em 14 jan. 21.

SAAD, Layla F. Eu e a supremacia branca: como reconhecer seu privilégio, combater o racismo e mudar o mundo. Rio de Janeiro: Rocco, 2020.

SATURNINO, Rodrigo. O capitalismo digital e a mundialização da economia. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2011. Disponível em: <[Capítulo Teórico - Scrivener \(d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net\)](#)>. Acesso em 12 jan. 21.

SEGATO, Laura. O Édipo brasileiro: a dupla negação de gênero e raça. Universidade de Brasília, 2006.

WALKER, Alice. A cor púrpura (1982). Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.